

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

CRISTIANE TONEZER

**VELHICES RURAIS NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
AMPLIADO – ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS NA METADE SUL DO RIO
GRANDE DO SUL**

Porto Alegre

2014

CRISTIANE TONEZER

**VELHICES RURAIS NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
AMPLIADO – ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS NA METADE SUL DO RIO
GRANDE DO SUL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof^a Dr^a Marta Júlia Marques Lopes

**Série PGDR – Tese n° 78
Porto Alegre
2014**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

CIP - Catalogação na Publicação

Tonezer, Cristiane

Velhices rurais na perspectiva do desenvolvimento social ampliado: estudo de casos múltiplos na Metade Sul do Rio Grande do Sul / Cristiane Tonezer. -- 2014.

182 f.

Orientadora: Marta Júlia Marques Lopes.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Envelhecimento. 2. Desenvolvimento social ampliado. 3. Idosos rurais. I. Lopes, Marta Júlia Marques, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CRISTIANE TONEZER

**VELHICES RURAIS NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
AMPLIADO – ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS NA METADE SUL DO RIO
GRANDE DO SUL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof^a Dr^a Marta Júlia Marques Lopes

Aprovada em: Porto Alegre, 28 de julho de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Marta Júlia Marques Lopes – Orientadora
UFRGS

Prof^a. Dr^a Carolina M. Silva F. Sousa
UALG

Prof.^a Dr^a Deise Lisboa Riquinho
UFCSPA

Prof. Dr. Sergio Antonio Carlos
UFRGS

RESUMO

Este estudo é dedicado à compreensão de experiências de envelhecimento rural nos municípios de Camaquã e Canguçu na perspectiva do desenvolvimento social ampliado. Insere-se em um Programa Interdisciplinar de Pesquisa que busca integrar enfoques multidisciplinares e interdisciplinares na análise do desenvolvimento rural em municípios da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Analisa as convergências e ou divergências das evidências sociais, os reflexos na vida prática das populações rurais envelhecidas, considerando a transição demográfica no país e a noção de desenvolvimento social ampliado. Trata-se de um estudo de casos múltiplos (multicaso), do tipo qualitativo. A geração dos dados deu-se por meio de pesquisa documental das políticas públicas setoriais que se embasam no envelhecimento populacional e nas dimensões locais dessas políticas e em entrevistas e grupos focais, com 31 gestores e prestadores de serviços dos municípios estudados. Desenvolveram-se dois grupos focais, um em Camaquã e outro em Canguçu, participando em cada grupo oito idosos rurais. A análise considerou o conteúdo temático e as formas como apareceram nas comunicações as dimensões sociopolíticas da problemática estudada. Os resultados mostraram o envelhecimento crescente tanto em Camaquã quanto em Canguçu, com destaque para o rural. Constatou-se que as velhices rurais expressam as incongruências da implementação das políticas públicas referendadas em tratados e políticas nacionais e internacionais. Observaram-se características e limitações próprias do rural, expressas e diferenciadas entre os espaços da agricultura familiar, dos assentamentos rurais e das fazendas, encontrando-se os dois últimos em situação desfavorável se comparados ao primeiro. No plano da vida prática, para suprir a carência da oferta de ações e serviços públicos aos idosos no rural, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camaquã e de Canguçu assumem papel importante na vida dessa população. É possível afirmar que, considerando o desenvolvimento social ampliado, tanto em Camaquã quanto em Canguçu os idosos rurais encontram-se “des” (não) envolvidos nas ações e serviços, quer nos limites do rural dos municípios como em termos de inclusão na sociedade mais ampla.

Palavras-chave: Envelhecimento. Desenvolvimento social ampliado. Idosos rurais.

ABSTRACT

This study is devoted to understanding the experiences of rural aging in the cities of Camaquã and Canguçu from the prospect of expanded social development. It is inserted into an Interdisciplinary Research Program that integrates multidisciplinary and interdisciplinary approaches in the analysis of rural development in cities in the southern half of the state of Rio Grande do Sul. It examines the convergences and or divergences of social evidences, the reflections on the practical life of the aging rural population, considering the demographic transition in the country and the notion of social development expanded. It is a multiple case study (multicase), a qualitative approach. The generation of data was done through desk research of public sector policies that underlie the aging population and local dimensions of these policies and interviews and focus groups, with 31 managers and service providers in the cities studied. Two focus groups were developed, one in Camaquã and another in Canguçu, participating in each group eight rural elderly. The analysis considered the thematic content and the ways communications appeared in the socio-political dimensions of the problem studied. The results showed the growing aging both in Camaquã as in Canguçu, especially rural. It was found that rural old age express inconsistencies of implementation of public policies ratified in treaties and national and international policies. We observed the characteristics of the rural, expressed and differentiated among the spaces of family agriculture, rural settlements and farms, lying the last two at a disadvantage compared to the first. In terms of practical life, to supply the deficiency of actions and services for the elderly in the rural, the Rural Workers Union from Camaquã and Canguçu play an important role in the life of this population. It is possible to say that, considering the wide social development, both in Camaquã as in Canguçu the rural elderly are “un” (not) involved in the actions and services, either within the boundaries of rural cities and in terms of inclusion in wider society.

Keywords: Aging. Expanded social development. Rural elderly.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa político do Rio Grande do Sul identificando a região da Metade Sul (104 municípios)	28
Figura 2	Mapa dos oito Municípios pertencentes ao PROINTER – 2008	29
Figura 3	Níveis de análise para a abordagem da realidade em estudo	32
Figura 4	Ilustração da integração Sociedade/Natureza para a compreensão do materialidade e da imaterialidade	37
Figura 5	Ilustração da interação Sociedade/Natureza para a compreensão das condições e situações do envelhecimento rural em Camaquã e Canguçu	38
Figura 6	Mapa dos municípios de Camaquã e Canguçu.	47
Figura 7	Valorização e participação – motivos de felicidade! Pesquisar se torna uma forma de incluir, 2012	53
Figura 8	“Somos velhos, mas jovens de espírito”: mulheres, antes só do que...!	78
Figura 9	Sonhar é preciso - reis e rainhas reconstituem um imaginário de beleza no baile dos idosos em Camaquã	79
Quadro 1	Matriz síntese da situação dos municípios de Camaquã e Canguçu	31
Quadro 2	Ações e serviços relativos à habitação/moradia oferecidos aos idosos nos municípios de Camaquã e Canguçu	70
Quadro 3	Ações e serviços de saúde oferecidos aos idosos nos municípios de Camaquã e Canguçu	92
Quadro 4	Ações e serviços relativos aos benefícios e renda oferecidos aos idosos nos municípios de Camaquã e Canguçu	112
Quadro 5	Município, idade, sexo, categoria e benefício recebido pelos idosos rurais participantes da pesquisa em Camaquã e Canguçu	117
Quadro 6	Ocupações rurais e situação dos idosos	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Porcentagem de idosos nos Municípios pertencentes à área de estudo do PROINTER – 2011	15
Tabela 2	PIB per capita Camaquã, Canguçu, Rio Grande do Sul e Brasil para o ano de 2011	58
Tabela 3	IDH de Camaquã, Canguçu, Rio Grande do Sul e Brasil para o ano 2000	58
Tabela 4	Perfil etário, sexo, estado civil e categoria dos idosos rurais participantes da pesquisa de Camaquã	62
Tabela 5	Perfil etário, sexo, estado civil e categoria dos idosos rurais participantes da pesquisa de Canguçu	63
Tabela 6	Porcentagem de mulheres e homens idosos no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Camaquã e em Canguçu para o ano de 2010	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEBES	Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
CONASS	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
CREAS	Centros de Referência Especializados de Assistência Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAPTR	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FEPAGRO	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICS	Índice de Carência Social
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
INE	Estatuto Nacional de Estatística
ITS	Instituto de Tecnologia Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MAPA	Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
OPS	Organização Panamericana de Saúde
PACS	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PBF	Programa Bolsa Família
PGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROINTER	Programa Interdisciplinar de Pesquisa
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRORURAL	Programa de Assistência Rural
PSF	Programa de Saúde das Famílias
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
PSF	Programa da Saúde da Família
STR	Fundação de Economia e Estatística
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UTI	Universidades de Terceira Idade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ENVELHECIMENTO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL AMPLIADO E OS IDOSOS RURAIS	24
2.1 Rural, espaço, envelhecimento demográfico e individual, idoso e geração: articulando conceitos	24
2.2 O envelhecimento rural na Metade Sul do Rio Grande do Sul: elementos para o debate do desenvolvimento social ampliado	27
2.3 Experiências de envelhecimento no rural - Articulando ideias “em tese”	39
3 METODOLOGIA	46
3.1 Desenho de estudo	46
3.2 Campo de estudo	46
3.3 Participantes da pesquisa	47
3.4 Geração de dados	48
3.5 Análise dos dados	49
3.6 Trajetória de investigação	50
3.7 Considerações éticas	54
4 OS MUNICÍPIOS, AS INSTITUIÇÕES E OS PARTICIPANTES DO ESTUDO	55
4.1 Os municípios de Camaquã e Canguçu	55
4.2 As instituições analisadas e os participantes da pesquisa	59
5 ENVELHECIMENTO E VULNERABILIDADES DO RURAL DE CAMAQUÃ E CANGUÇU	64
5.1 Envelhecimento: evidências e percepções dos participantes da pesquisa	64
5.2 No papel e na prática: as ações e serviços oferecidos (ou não) aos idosos rurais de Camaquã e Canguçu	67
5.2.1 <i>Habitação/condições materiais – conforto e vida digna</i>	68
5.2.2 <i>Integração social e lazer – convívio e inclusão</i>	76
5.2.3 <i>Educação – Valorização e potencialidades</i>	82
5.2.4 <i>A saúde, a vulnerabilidade geracional e as desigualdades espaciais</i>	88
5.2.5 <i>Proteção social e direito a vida sem violência</i>	100
5.2.6 <i>Renda e necessidades humanas básicas</i>	108
5.2.7 <i>O transporte e a acessibilidade a bens e serviços – universalidade e equidade?</i>	119

6 O DESENVOLVIMENTO DOS “DE FORA’... DE TUDO – É POSSÍVEL PENSAR EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL AMPLIADO PARA O RURAL?	126
6.1 Das condições às situações: as múltiplas vulnerabilidades dos idosos nos espaços rurais de Camaquã e Canguçu	126
6.2 Na teoria e na prática: caminhos para o desenvolvimento social ampliado rural na Metade Sul do Rio Grande do Sul a partir da percepção das instituições e dos idosos em estudo	129
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	144
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	156
ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA	157
ANEXO B – ARTIGO: SÃO BRÁS DE ALPORTEL E SEUS “VELHOTES” – AÇÕES E SERVIÇOS AOS IDOSOS RURAIS EM PORTUGAL	159

1 INTRODUÇÃO

Ao crescer em um espaço rural, interior de um município chamado Encantado, herdei o amor pela agricultura e por tudo que dela provem. Porém, ao mesmo tempo em que vivia a liberdade de uma criança do interior, observava que aquele lugar passava por um processo contínuo de empobrecimento. Observava também que as pessoas já não queriam mais permanecer no rural, muitos migrando para os grandes centros urbanos, principalmente os mais jovens, e ao retornarem mostravam aos que ficavam que havia um mundo diferente na cidade, “melhor”, de maior acessibilidade a serviços e renda. Assim, fica difícil estabelecer o início do meu interesse pelo rural, faz parte da minha vida.

Esta Tese de Doutorado está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, na linha de pesquisa Mediações Político-Culturais, Estruturas Produtivas e Formas Sociais do Mundo Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Busca-se analisar o envelhecimento demográfico e as ações e serviços prestados aos idosos rurais dos municípios de Camaquã e Canguçu a partir da noção de desenvolvimento social ampliado.

O início deste estudo acadêmico está associado à minha trajetória no Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), onde, participando de um projeto de pesquisa, que envolveu a população rural, intitulado *A multifuncionalidade da agricultura à mesa: hábitos alimentares e produção para autoconsumo; identidade e estratégias de reprodução social de famílias rurais*¹ que se desenvolveu na região do Vale do Taquari – Rio Grande do Sul, foi possível constatar através de informações demográficas, o aumento da população de idosos e a diminuição da população jovem, o que confirma o envelhecimento rural nessa região.

A partir daí surgiu o interesse em compreender quais as influências dessa mudança demográfica no rural e como estão vivendo esses idosos e suas famílias.

¹ Esse projeto de pesquisa, que contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (projeto MCT/MESA/CNPq/CTA Agro 503566/03-09), teve como instituição executora a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO), e como instituições parceiras a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS).

Os conhecimentos e experiências vivenciadas durante a graduação foram impulsionadores da busca de aprofundamentos teóricos e conceituais no mestrado. Destaca-se que, já no primeiro ano de curso, fui convidada a inserir-me em um Programa Interdisciplinar de Pesquisa (PROINTER), o qual tem por objetivo integrar enfoques interdisciplinares na análise do desenvolvimento rural, ou seja, discutir as relações dos sistemas naturais e sociais, contribuir com reflexões para a formulação de novas concepções de desenvolvimento rural, contribuir com propostas de planos de ação ou políticas de desenvolvimento que levem em consideração as condições de reprodução dos sistemas naturais e sociais das populações e fortaleça laços cooperativos entre pesquisa e a ação para o desenvolvimento regional, estabelecendo mecanismos de colaboração entre pesquisadores, serviços e os diferentes atores sociais. A temática central do Programa é o desenvolvimento rural em regiões do Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente a chamada Metade Sul, uma região social e economicamente marginalizada que sofre crescente desaceleração econômica, com reflexos sociais importantes, quando comparada a outras regiões do Estado. (UFRGS, 2005).

A partir dessa vinculação desenvolveu-se um estudo em Santana da Boa Vista, município da Metade Sul, que teve como objetivo investigar a temática do envelhecimento demográfico rural e as mudanças ocorridas nas condições de vida da população de idosos desses espaços, a partir do acesso aos benefícios previdenciários. Nesse estudo evidenciou-se que os benefícios previdenciários, embora, muitas vezes, tenham pouca importância para os padrões urbanos, foram recebidos pelos idosos rurais como suficientes para garantir-lhes mudanças nas dinâmicas familiares, maior empoderamento no meio familiar e comunitário, e auxiliar de forma significativa na renda familiar. (TONEZER, 2009).

Observou-se, também nesse estudo, número significativo de mulheres idosas morando sozinhas; e a baixa escolaridade dos entrevistados, elementos que se constituem em fatores agravantes das desigualdades e dificultam a integração inclusiva nas transformações do mundo contemporâneo. Em relação à situação econômica, apesar de serem observadas melhorias nas condições materiais de vida desses idosos, decorrentes dos benefícios da previdência, evidenciou-se a precariedade de algumas moradias. Entre essas precariedades se destacaram a ausência de luz elétrica, água encanada e instalações sanitárias, fatores esses que

comprometem o bem-estar dessa população. Em relação à saúde, a maior parte dos idosos do sexo masculino entrevistado, ao serem perguntados sobre alterações na saúde nos últimos meses referiram ter um ou dois problemas de saúde. Por sua vez, as mulheres, em sua maior parte, autorreferiram três a quatro problemas no período, mostrando que as idosas expressam mais “queixas” quando o assunto é saúde. Além dessa constatação, observou-se que muitos desses idosos apresentavam sinais e sintomas não diagnosticados nos serviços de saúde, que, no entanto, afetam sua qualidade de vida e estão relacionados principalmente à saúde bucal, visão, audição e estados depressivos. Observou-se que com problemas dessa natureza encontravam-se desassistidos no âmbito do sistema de saúde. Em relação ao Sistema Único de Saúde (SUS), em sua dimensão de atenção gratuita, muitos idosos se mostraram insatisfeitos e, ao serem inquiridos, geralmente citavam a concentração dos serviços nos espaços urbanos, as más condições estruturais e de qualidade de atendimento à saúde, a falta de especialistas no Município, e dificuldades de acesso e acessibilidade² geográfica pela necessidade de deslocamentos e falta de transporte público regular.

Assim, mesmo constatando o impacto positivo da previdência rural, observou-se que idosos, em particular, carecem de maior atenção das instituições públicas e não públicas, sendo que seu isolamento tensiona a própria ideia de desenvolvimento em sentido amplo, para além da sua dimensão econômica.

Surge assim o interesse em ampliar os estudos sobre o envelhecimento a partir de uma análise multissetorial e multi-institucional, ou seja, a necessidade de analisar diferentes setores e diferentes instituições, na busca pela compreensão do oferecimento (ou não) de ações e serviços aos idosos rurais.

Para tanto, foi necessário e fundamental a formação acadêmica interdisciplinar, que permitiu exercitar o diálogo com diferentes áreas do conhecimento. Ousa-se dizer que sem uma formação interdisciplinar, os objetivos propostos não teriam sido alcançados com êxito.

² Os termos acesso e acessibilidade muitas vezes são tratados como sinônimos. O termo acesso relaciona-se ao uso adequado de serviços para alcançar resultados possíveis. (STARFIELD, 2002). A acessibilidade, por sua vez, é vista como um conceito mais amplo por ocupar papel preponderante na promoção da igualdade social. A acessibilidade, segundo Prado (2006), permite o exercício pleno da cidadania e participação ativa nos diversos domínios de atividade da sociedade. (PRADO, 2006). De uma forma mais geral, para este estudo, acesso refere-se à oferta e acessibilidade, às condições para se chegar aos serviços.

A interdisciplinaridade, por sua vez, enquanto abordagem de pesquisa diferente da pesquisa disciplinar, analisa realidades ampliando as lentes da investigação, isso não significando a ausência de um foco, mas a capacidade de analisar situações complexas, a partir de múltiplos olhares, para os quais equipes de pesquisadores contribuem.

Assim, construir as análises faz lembrar uma bordadeira, que interliga delicadamente os fios. Inicialmente, esses parecem desmanchar-se, mas conforme avança-se nas delicadas interligações, constrói-se um desenho sólido, possível de sustentar-se sozinho. Para tanto, é necessário apropriar-se das diversas partes, sempre sabendo a hora de parar uma e iniciar outra sem deixar a primeira no vácuo.

Dando suporte a esta discussão, Almeida e Navarro (1998) associam essa forma de pensar a uma postura referida como holística ou sistêmica. Essas ideias, segundo os autores, pressupõe que as partes só podem ser entendidas a partir da compreensão da dinâmica do todo, e não como no paradigma ainda dominante, que as partes determinam o todo. Todavia, Rapoport (1978), aponta que na concepção holística ou sistêmica não está ausente a necessidade de compreender-se profundamente as partes. Mais do que compreender as partes antes do todo ou de perceber o todo como sendo mais do que as partes, importa aqui reconhecer que as partes são diferentes do todo, ou seja, todo e partes são distintos, mas indissociáveis.

Outra experiência importante de ser citada e que auxiliou na construção desta tese foi o “doutorado sanduíche” de seis meses em Portugal. Nesse período foi realizado um estudo a campo no concelho³ de São Brás de Alportel, que possibilitou mapear ações e serviços disponibilizados aos idosos rurais. Como resultado foi possível observar um rural cada vez mais envelhecido, com idosos sobrevivendo quase que exclusivamente dos benefícios da previdência, que não são suficientes para atender todas as suas necessidades básicas. Observou-se também que as ações e serviços que são oferecidos pelas instituições analisadas em São Brás de Alportel, além de limitadas, localizam-se quase que em sua totalidade na sede do concelho, o que faz com que muitos idosos rurais enfrentem problemas na hora de acessá-los. Essa proximidade com a nossa realidade rural do Rio Grande do Sul apontou outros elementos para o enriquecimento das análises.

³ O concelho em Portugal desempenha função semelhante aos municípios no Brasil.

Por sua vez, a escolha do campo empírico desta tese deu-se a partir do PROINTER, mais especificamente, optou-se pelos municípios de Camaquã e Canguçu, que, segundo relatório (UFRGS, 2005), apresentam disparidades marcantes, encontrando-se o primeiro em situação de “dinamismo” e, o segundo, de “estagnação”⁴, características essas que desencadearão discussões importantes ao longo desta tese.

A escolha desses municípios deu-se também pelo fato de que, segundo dados do IBGE (2000, 2010), a população idosa cresceu significativamente nos últimos 10 anos, representando um aumento de 4,6 % em Camaquã e 5,1 % em Canguçu. Observa-se ainda que a porcentagem de idosos nesses municípios é maior do que a média do estado, como ilustra a tabela 1.

Tabela 1 - Porcentagem de idosos de Municípios pertencentes à área de estudo do PROINTER – 2011

Zona geográfica	Idosos (n)	Idosos (%)	Total Geral (n)
Camaquã	9.865	15,71	62.764
Canguçu	9.987	18,75	53.259
Rio Grande do Sul	1.661.498	15,5	10.693.929

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), elaborada pela autora C.T, Porto Alegre, 2014.

Surge assim a perspectiva de estudo do envelhecimento rural nos municípios de Camaquã e Canguçu, mais especificamente buscando analisar como os direitos dos idosos se concretizam em ações e serviços nesses espaços e/ou constituem e impactam no desenvolvimento social rural.

O estudo assenta-se no fato de que a preocupação com o envelhecimento não é algo novo, pelo contrário, a velhice é tida como uma preocupação da humanidade desde sempre, mas é preciso deixar claro, no entanto, que o século XX marcou os grandes avanços da ciência do envelhecimento, fruto da tendência do crescimento do interesse nas pesquisas e estudos sobre esse processo, que já se anunciava nos séculos anteriores. (NETTO, 2006).

Porém, se por um lado o envelhecimento populacional é considerado como uma das principais conquistas sociais no mundo todo, por outro, observa-se que traz

⁴ As situações de “dinamismo” e “estagnação” foram determinadas pelo conjunto de características de oito municípios estudados na Metade Sul do Rio Grande do Sul, comparativamente. (UFRGS, 2005).

grandes desafios à sociedade atual devido às transformações e vulnerabilidades decorrentes desse fenômeno e ao despreparo das sociedades para enfrentá-lo. Entre esses, destaca-se o dever de proteção do Estado em assegurar à população idosa seus direitos econômicos e sociais. Por outro, realidades de vida na velhice, situações de desamparo, vulnerabilidade e abandono social e familiar, trazem à tona incertezas que se traduzem em “dúvidas” se a longevidade se constitui em “prêmio ou castigo” como sugere Pereira (1984). Isso porque, segundo a autora, paralelo ao aumento da expectativa de vida percebe-se que o idoso continua sendo a massa que superlota as instituições, que povoa as praças e ruas, além de ser considerado uma “despesa improdutiva” numa sociedade onde o que interessa é apenas o número de anos vividos e ativos.

Hoje, em termos numéricos, o envelhecimento populacional pode ser considerado como uma das transformações sociais mais importantes do mundo. Isso porque no século XX produziu-se uma revolução da longevidade, e a expectativa média de vida ao nascer aumentou 20 anos desde 1950, e se prevê que até 2050 tenha aumentado mais 10 anos. “O mundo está passando por uma transformação demográfica sem precedentes”, e até 2050, aproximadamente, o número de idosos aumentará de 600 milhões a quase 2 bilhões. (ONU, 2002).

Segundo o Departamento de Estatísticas Censitárias e da População do INE (2002), o envelhecimento irá assumir uma tendência mais universal e homogênea nas próximas décadas, mas persistirá uma grande diversidade em termos de momento da ocorrência e ritmo das mudanças demográficas. Essa diversidade torna-se particularmente evidente quando se analisa o fenômeno do envelhecimento nas regiões desenvolvidas⁵ e nas regiões em desenvolvimento. Ainda segundo esse Departamento, embora, atualmente, as populações dos países em desenvolvimento sejam relativamente jovens, muitos destes deverão conhecer um ritmo de duplo envelhecimento sem precedentes, em virtude de uma forte redução nos níveis de fecundidade e de um rápido aumento da longevidade. Em 2050 prevê-se que o número de pessoas idosas com 65 anos e mais, nas regiões menos desenvolvidas, seja aproximadamente o quádruplo do número verificado em 2005 (subindo de 292

⁵ Segundo classificação das Nações Unidas, as regiões desenvolvidas compreendem toda a Europa, América do Norte, a Austrália/Nova Zelândia e o Japão e as regiões em desenvolvimento compreendem todas as regiões da África, Ásia (exceto Japão), América Latina e Caribe, e mais Melanésia, Micronésia e Polinésia.

milhões para 1.166 milhões). Esse grupo etário representará 19% da população dos países menos desenvolvidos em 2050, contra 8% verificados na atualidade. Por sua vez, no que se refere aos países desenvolvidos, o ritmo de envelhecimento se mantém, mas a um ritmo mais lento do que nos países menos desenvolvidos. As pessoas idosas representarão 33% da população desses países em 2050, contra 19% para o ano de 2012. Por sua vez, a porcentagem de jovens continuará a diminuir nesses países. (INE, 2002).

Segundo Camarano e Pasinato (2004), o envelhecimento populacional nos países desenvolvidos ocorreu em um cenário socioeconômico favorável, ao contrário dos países em desenvolvimento, onde o processo de envelhecimento está ocorrendo em meio a uma conjuntura recessiva e a uma crise fiscal que dificultam a expansão do sistema de proteção social.

Kalache (2008) foi um dos primeiros especialistas dentro da ONU a enxergar o enorme desafio que os países em desenvolvimento terão que enfrentar se não começarem a pensar o envelhecimento da população. Este destaca que em 2050 o mundo terá 2 bilhões de idosos, e mais de 80% deles estarão vivendo em países como o Brasil. Por esse motivo, o autor elabora a crítica de que políticas públicas que não contemplam alternativas para essa mudança demográfica, assim como da Previdência Social e a idade da aposentadoria, estarão condenando pessoas a viverem em péssimo estado de saúde e sem qualidade de vida. (KALACHE, 2008).

Segundo o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010), a população brasileira de hoje é de 190.755.199 milhões de pessoas, sendo que 51% são mulheres e 49% são homens. Por sua vez, o contingente de pessoas com 60 anos ou mais, é de 20.590.599 milhões, ou seja, aproximadamente 10,8 % da população total. Desses, 55,5% (11.434.487) são mulheres e 44,5% (9.156.112) são homens.

O rural brasileiro, por sua vez, desde 1950 vem sendo ameaçado pelo êxodo. Segundo Graziano (2001), geralmente são os jovens que deixam o negócio familiar e buscam oportunidades mais promissoras de geração de renda, por não verem futuro na agricultura, o que reforça o envelhecimento populacional rural e acelera a queda da fecundidade, ocorrida nas últimas décadas. Os idosos rurais brasileiros, por sua vez, vivem sob a salvaguarda da aposentadoria, com dificuldades de acesso a serviços sociais, de saúde e assistenciais. Morais et al. (2008), ao descrever esses idosos, cita a diferença de ser idoso no rural e no urbano,

[...] as diferenças existentes vão além dos aspectos quantitativos e dimensionais, apontando para uma realidade onde predomina a pobreza, isolamento, baixos níveis educacionais, residências mais precárias, limitações de transporte, problemas crônicos de saúde e distância dos recursos sociais e de saúde, dentre outras. (MORAIS et al., 2008, p. 382).

Esta realidade é questionada a partir do momento em que se confrontam os direitos constitucionais dos idosos, destacando que a Constituição da República Brasileira preconiza que

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito a vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar comunitária. (BRASIL, 1998).

Desta forma, observa-se que apesar de o Brasil contar com amplo arcabouço legal para garantia dos direitos dos idosos, grande parte dessa população encontra-se excluída, dentre eles, muitos idosos rurais. Neri (2007) reforça esta afirmação ao citar que não obstante os idosos rurais viverem em uma sociedade democrática, estes não têm acesso ao consumo dos bens e serviços de cidadania. Assim também, segundo a autora, embora a lei lhes garanta direitos civis, sociais e políticos, essa garantia legal não se traduz em usufruto efetivo de tais direitos.

A situação de pobreza, isolamento, dificuldade de acesso, vulnerabilidade e abandono, vivida por muitos idosos rurais, leva a necessidade de analisar estas áreas, destacando-se a importância de pensar formas de inclusão dessa população.

Ao se valer a ideia de desenvolvimento para desencadear discussões a esse propósito, mostra-se que se torna mundialmente conhecido, quando é publicado em 1990, o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), que traz à tona o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), onde, além do Produto Interno Bruto (PIB), se acrescenta medida baseada em três dimensões: alfabetização; expectativa de vida; bem como a renda. (PNUD, 2010).

Nesse sentido, a “nova ideia” de desenvolvimento serviu de orientação para 20 anos de Relatórios de Desenvolvimento Humano globais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010), além dos 600 Relatórios de Desenvolvimento Humano nacionais e dos muitos relatórios regionais,

desenvolvidos no mundo inteiro, e apoiados pelos gabinetes regionais do PNUD, abrindo assim espaço para uma variedade de informações e análises relacionadas com diversos aspectos da vida humana.

Pode-se afirmar em relativo consenso que o sucesso de um país ou o bem-estar de um indivíduo não pode ser avaliado somente pelo dinheiro, pois, como bem observado no Relatório de Desenvolvimento Humano “As pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação”. (PNUD, 2010, p. 4). O mesmo relatório trouxe à tona que, apesar do rendimento ser crucial, é necessário também levar em conta se as pessoas conseguem ter vida longa e saudável, se têm oportunidades para receber educação, se são livres de utilizarem os seus conhecimentos e moldarem os seus próprios destinos.

Neste sentido, acredita-se que o desenvolvimento requer não o “des” mas o “envolvimento” dos múltiplos setores da vida social, sendo que os idosos rurais têm direitos, como cidadãos, de participarem ativamente da sociedade. Por sua vez, é necessário reconhecer que não existe desenvolvimento sem vontade política, diz Santos (2002), esta última, considerada instrumento indispensável na busca pela inserção e respeito aos limites e potencialidades dessa população.

Porém, autores como Abramovay (2003) e Ferreira et al. (2001) afirmam que as políticas que estão sendo pensadas para os espaços rurais no Brasil estão muito mais relacionadas aos conceitos e atributos por onde se pensa que “deveria” passar o desenvolvimento, mas, na prática, não há mudanças significativas. Isso porque o rural continua focado na dimensão produtiva do espaço agrícola, deixando de levar em conta as questões sociais, políticas, culturais e ambientais, estas consideradas indispensáveis para o desenvolvimento rural.

É importante observar que hoje o rural brasileiro inscreve-se em uma lógica na qual políticas públicas atestam, institucionalmente, a dualidade desse mundo, esta evidenciada pela partilha desigual de terras entre a agricultura familiar e a agricultura patronal, também consequência das políticas adotadas nas décadas de 70 e 80. Esta dualidade, por sua vez, é responsável pela existência de dois Ministérios: o Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsáveis pelas políticas direcionadas ao agronegócio e à agricultura familiar, respectivamente. (KAGEYAMA, 2008).

Ainda, segundo Kageyama (2008), o surgimento do MDA possibilitou um aumento no debate sobre desenvolvimento rural, sendo que a missão do ministério é “criar oportunidade para que as populações rurais alcancem plena cidadania”, assim também atesta que o rural não se resume ao agrícola. Mais do que falar de um setor econômico, o que define o rural, segundo o documento-guia do MDA, são as suas características espaciais, ou seja, apresenta o menor grau de artificialização do ambiente quando comparado com espaços urbanos, a menor densidade populacional e o maior peso dos fatores naturais, entre outros. (BRASIL, 2002).

Por sua vez, uma das conquistas do MDA foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. Este inaugura um novo marco histórico na intervenção do Estado na agricultura brasileira, isso porque, desde os anos 1970, com a modernização da agricultura⁶, a intervenção do Estado sempre privilegiou as grandes propriedades rurais.

O Pronaf, em sua formulação original, coloca-se como uma política de desenvolvimento rural para os agricultores familiares⁷, porém, muitos autores (ABRAMOVAY, 2003, FERREIRA et al., 2001, GAZZOLA, 2004) observam que sua orientação geral, hoje, é a de ser uma política de desenvolvimento agrícola, setorial e com um intenso viés modernizante.

Isso implica que a melhoria das condições de reprodução social dos agricultores, em parte, é entendida como sinônimo de aumento da produção agrícola, o que nem sempre é verdadeiro, como o próprio processo de

⁶ A modernização da agricultura ocorreu a partir da década de 1960, teve como característica as modificações da base técnica e tecnológica alterando o processo de produção e comercialização. Com a implantação do setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a agricultura, foi marcada uma nova fase da economia brasileira, substituindo o chamado modelo de substituição de importação pela modernização do setor agrário e nascimento dos complexos agroindustriais. (TEIXEIRA, 2005).

⁷ Agricultura familiar, segundo Wanderley (1999), é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Ainda referente à agricultura familiar, Abramovay, Camarano e Pinto (1997) afirmam que essa abrange os seguintes aspectos: a gestão da unidade produtiva é feita pelos proprietários; os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; o trabalho é fundamentalmente familiar, o capital pertence à família; o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família e os membros da família vivem na unidade produtiva ou no aglomerado. Ainda, segundo esse autor, a agricultura familiar abrange uma multiplicidade de atividades voltadas para a comercialização e também para a manutenção da família. Portanto, não deve ser confundida com pequena produção, mesmo nos países desenvolvidos essa categoria de profissionais é responsável por uma grande parcela da produção de alimentos, tanto para o consumo interno, quanto para a exportação.

desenvolvimento desigual da modernização agrícola já demonstrou. (GAZZOLA, 2004).

Esperava-se que esta situação de financiamento e fortalecimento do padrão agrícola e produtivista dominante fosse reorientada. Contudo, estas continuam a apoiar o processo de estreitamento das condições objetivas de reprodução social da agricultura familiar. As políticas públicas para o meio rural ainda estão muito voltadas para a produção, o PRONAF, por exemplo, por mais que beneficie a agricultura familiar, volta-se para a produção. (GAZZOLA, 2004, p. 2).

Frente a estas informações, pode-se argumentar que as políticas públicas voltadas aos idosos nos espaços rurais no Brasil, refletem esse viés produtivo (velhos são “im” produtivos), pois, além de precárias, também desconsideram a ideia de desenvolvimento social em seu sentido amplo. Isso porque a renda concedida aos idosos através dos benefícios previdenciários, apesar de importante, não é suficiente para proporcionar um maior bem-estar a essa população. Ir além da dimensão produtiva requer agregar diversos setores específicos, entre eles: saúde, educação, seguridade social, transporte, lazer; habitação e igualdade no acesso a bens e serviços, que devem ser providas como direito de todos os cidadãos.

Neste sentido, reconhecendo estas especificidades, fez-se um esforço para conhecer e analisar situações de vida de idosos rurais, muitas vezes esquecidos pelos pesquisadores que estudam a população idosa, não levando em conta suas particularidades e construindo generalizações analíticas, a partir de contextos urbanos.

Com esses argumentos, buscou-se aprofundar o debate sobre envelhecimento populacional, considerando-o, hoje, como uma das transformações sociais mais importantes do mundo. (ONU, 2002).

Assim, considerando os diversos elementos presentes e apontados na constituição da problemática em estudo questionou-se: ***Como os direitos constitucionais dos idosos concretizam-se, na vida prática, em benefícios, ações e serviços que consideram o rural em sua especificidade e o desenvolvimento social em sua dimensão ampliada?***

Porém, destaca-se que o envelhecimento é generificado. Isso porque, em consequência da sobremortalidade masculina, as mulheres predominam entre os idosos em quase todas as sociedades. (ONU, 2002). Sabe-se que as mulheres,

durante longo período da história, foram discriminadas socialmente, através de hierarquias sociais produzidas com base em naturalizações de suas capacidades, e muitas das disparidades consequentes desta discriminação ainda não foram superadas. (DUBY; PERROT, 1990). Sendo assim, o gênero constitui-se hoje como uma categoria de análise, necessária à reflexões sobre desigualdades historicamente construídas e expressas em iniquidades sociais entre os sexos, em diferentes contextos. (LOPES, 1996).

Em relação às mulheres idosas, no Plano Internacional sobre Envelhecimento ocorrido em Madri (ONU, 2002), as mulheres mostram-se alvo de muitas políticas públicas, quando mais de 40 artigos defendem programas voltados a elas (ONU, 2002). Este Plano deixa claro que a formulação de políticas sobre a situação de mulheres idosas deveria ser prioridade em todas as partes, isso porque elas correm mais riscos de serem objeto de maus tratos físicos e psicológicos devido às atitudes sociais discriminatórias e ao desrespeito dos direitos humanos da mulher. Também, é evidenciado que as mulheres idosas enfrentam com maior frequência situações de pobreza do que os homens, isso está diretamente relacionado à falta de oportunidades econômicas, acesso à educação e aos serviços de apoio. (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Sendo assim, pensa-se que dentre os estudos sobre envelhecimento populacional, a “feminização da velhice” e a feminização da “velhice rural” são temáticas merecedoras de análises que perpassam as discussões seguintes e as demais, até o final deste estudo.

Por fim, inserido em uma abordagem sociológica, este estudo leva em conta que o processo de envelhecimento é diferenciado por grupo social, sexo, cor/raça e principalmente por localização geográfica. (CAMARANO, 2004). Esta última pensada enquanto limitações de acesso e acessibilidade a serviços configurada na exclusividade urbana dessa oferta.

Para a construção desta Tese estruturou-se o texto em capítulos. Assim, após a introdução, apresenta-se no capítulo 2 a construção do objeto e objetivo de pesquisa, com base nos elementos teóricos, conceituais e no diálogo com a literatura. Neste capítulo, primeiramente apresentam-se elementos teóricos e conceituais sobre rural, espaço, envelhecimento individual, envelhecimento demográfico, sobre a definição adotada para idoso e o conceito de geração; na

sequência busca-se articular o envelhecimento demográfico e a noção de desenvolvimento social ampliado; em um terceiro momento são os idosos rurais da Metade Sul que permitem articular ideias “em tese”.

No capítulo 3 descreve-se a metodologia desenvolvida para atender os objetivos propostos. Contempla-se, neste capítulo, o desenho de estudo, o campo de estudo, os participantes da pesquisa, a geração de dados, a análise dos dados, as vivências das etapas de investigação e as considerações éticas.

No capítulo 4 inicia-se a análise dos resultados, apresentando-se, primeiramente, um descritivo dos municípios, das instituições e dos participantes deste estudo. No capítulo 5 analisam-se elementos objetivos que evocam a materialização das políticas públicas setoriais para o envelhecimento e sua configuração em ação e serviços aos idosos nos municípios de Camaquã e Canguçu na perspectiva do desenvolvimento social ampliado.

No capítulo 6 são desenvolvidas reflexões que articulam as bases teóricas, buscando pensar em desenvolvimento social ampliado para o rural. Por último são apresentadas as considerações finais.

2 ENVELHECIMENTO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL AMPLIADO E OS IDOSOS RURAIS

Apresenta-se, neste capítulo, elementos de fundamentação teórica. Parte-se das noções de rural, espaço, envelhecimento individual, envelhecimento demográfico e da definição adotada para idoso e geração. Na sequência busca-se articular envelhecimento demográfico rural à noção de desenvolvimento social ampliado; em um terceiro momento são os idosos rurais da Metade Sul que permitem articular ideias “em tese”.

2.1 Rural, espaço, envelhecimento demográfico e individual, idoso e geração: articulando conceitos

Segundo Kageyama (2003) no início do século XX a Sociologia Rural definia o *rural* a partir de algumas variáveis, dentre elas, o tamanho das comunidades, a densidade populacional e mobilidade social, porém esses elementos foram se modificando ao longo do tempo, destacando-se que a população rural passou a obter rendimentos nos arredores das cidades e a própria indústria penetrou no rural, reduzindo as diferenças culturais entre campo e cidade. A partir de então, segundo a mesma autora, o rural passa a ser procurado por urbanos, consumidores da natureza; o mercado, por sua vez, impulsionado pela modernização, não mais se limita às trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, estas características fazendo com que rural e urbano se envolvessem numa teia diferenciada de atividades e fluxos econômicos, o que dificulta a definição destes espaços.

Não havendo uma definição exata do que vem a ser rural, o presente estudo leva em conta que este é: multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); não é sinônimo de e nem tem exclusividade sobre o agrícola; tem densidade populacional relativamente baixa (o que pode mesmo constituir sua própria definição legal), assim como não há um isolamento absoluto entre rural e urbano. (KAGEYAMA, 2003).

Assim como a definição de rural, a definição de *espaço* também é complexa, isso porque, no processo de construção do espaço geográfico, a vivência e a

percepção são dimensões essenciais e complementares, como fenômenos que consolidam os aspectos subjetivos associados a esse espaço. Nessa perspectiva, o ser humano é o promotor da construção do espaço geográfico e, ao imprimir valores a esse processo, confirma-se como sujeito social e cultural. (SANTOS,1988).

A partir desta definição, os espaços rurais podem ser delimitados por qualquer sujeito. Ou seja, mesmo que os critérios político-administrativos não considerem determinado espaço como rural, o “sentir-se rural” para este estudo já define este conceito, isso porque se acredita, assim como Santos (1988), que o espaço geográfico não se limita à compreensão do real, por meio de uma avaliação objetiva, pois está subordinada a uma avaliação subjetiva do espaço como meio percebido.

Em síntese, o espaço geográfico ora está associado a uma porção específica da Terra, identificada pela natureza, pelas marcas que a sociedade ali imprime, ora refere-se a simples localização, situando-se indiscriminadamente em diferentes escalas, como a global, a continental, a regional, a estadual, a escala da cidade, do bairro, da rua e, até, de uma casa apenas. (KAGEYAMA, 2003).

Trazendo o envelhecimento para articulá-lo ao rural e assim produzir potencial para análise do envelhecimento rural e no rural, o mesmo pode ser entendido sob dois ângulos: individual e demográfico. Segundo Squeire (2005), o *envelhecimento individual* decorre desde o nascer, a partir das alterações fisiológicas, psicológicas e comportamentais, sendo que cada indivíduo envelhece de um modo particular, diferente de outro, conforme os modos de vida, da profissão, dos acontecimentos traumáticos, bem como outros fatores de ordem social, como a escolaridade e a condição social, e fatores que influenciam o processo de envelhecimento, tais como a obesidade, hábitos tóxicos (álcool, tabaco e outras drogas), a alimentação, o exercício físico e, claro, a incidência de doenças.

Ainda nesta mesma linha, Fernandes (2007) observa que envelhecer é “uma experiência única, é um processo multifacetado, depende de fatores fisiológicos, sociais e psicológicos”, sendo que esses fatores variam e não ocorrem ao mesmo tempo, nem estão necessariamente relacionados com a idade cronológica da pessoa.

Por sua vez, o *envelhecimento demográfico* analisa este fenômeno sob o ângulo da demografia. Segundo Rosa (2012, p. 129),

O aumento da população idosa resulta da chamada transição demográfica que é definida como a passagem de um modelo demográfico de fecundidade e de mortalidade elevados, para um modelo em que ambos os fenômenos atingem valores baixos, originando o estreitamento da base da pirâmide de idades, com redução da população jovem e alargamento do topo, com acréscimo da população idosa.

Os conceitos de envelhecimento individual e envelhecimento demográfico não podem ser confundidos com o conceito de idoso, este entendido como a transição da idade adulta para a velhice. Porém, a delimitação do período em que se considera o ser humano como idoso, é difícil de concretizar-se, uma vez que o envelhecimento individual é um fenômeno que ocorre em vários níveis e varia de pessoa para pessoa.

Sendo assim, não há uma concordância clara de que, por meio de características físicas, psicológicas, sociais, culturais e espirituais, possa ser anunciado o início da velhice. Segundo Netto (2006, p. 10) alguns parecem velhos aos 45 anos de idade e, outros, jovens aos 70.

Apesar da complexidade que implica a delimitação entre a idade adulta e a velhice, este estudo opta por seguir a Resolução 39/125 da Assembleia Mundial das Nações Unidas, que define os 60 anos de idade como o início da terceira idade nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento e 65 anos nos países desenvolvidos.

Assim, pensar as velhices rurais na perspectiva geracional introduz elementos de complexidade, as análises. Geração, em um sentido amplo, representa a posição e atuação do indivíduo em seu grupo de idade e/ou de socialização no tempo. (MOTTA, 2010).

Para Motta e Weller (2010), há duas direções fundamentais nos estudos e pesquisas sobre gerações. Primeiro, pela tradição antropológica, referindo-se principalmente a várias formas de grupos e categorias de idade, em um sentido genealógico ou de filiação. Mais recentemente, os trabalhos abrangem também outra dimensão, mais diretamente sociológica e política, destacando-se as relações entre as gerações, em um reconhecimento de que se trata de relações de poder. Aí um ponto de encontro ou fusão possível com a segunda direção teórica, esta orientada pela tradição sociológica, que assume o seu maior amadurecimento e completude com Mannheim ([1928]), o qual destaca que geração não se constitui a

partir do fato de alguém haver nascido, se tornado jovem, adulto ou velho no mesmo tempo cronológico, mas, da possibilidade - dada a partir desse fato concreto - de participar dos mesmos acontecimentos, dos mesmos conteúdos de vida etc., e, sobretudo, de fazê-lo a partir do mesmo padrão de estratificação de consciência.

Sintetizando, geração para Mannheim ([1928]), e também para este estudo, designa um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência, ou têm a potencialidade para tal. (MOTTA, 2010).

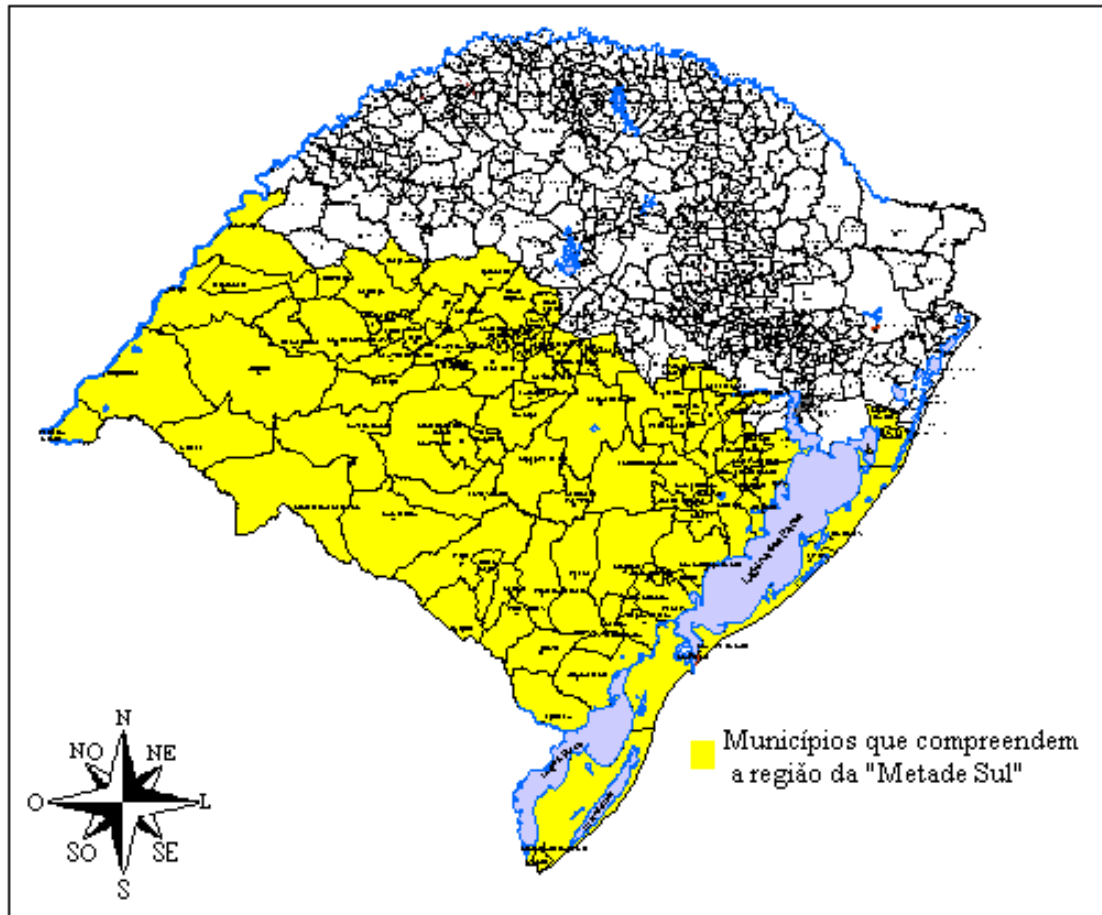
Ao trazer o conceito de geração na pesquisa sobre o envelhecimento, Motta (2010) observa que a sociedade capitalista, regulamentada pelo Estado nacional moderno, prescreve uma idade "certa" para cada participação ou pertinência social dos indivíduos. Esta prescrição, por sua vez, resulta em discriminação, marginalização ou exclusão igualmente baseadas na idade e gênero dos indivíduos, com destaque para os que "não estão" mais aptos para o trabalho (poderíamos citar os idosos), ou para os "menos" aptos ao trabalho (as mulheres em relação aos homens).

Com estas articulações reflexivas, parte-se para pensar as "nossas velhices" inseridas nos espaços e cenários que deram vida a esta tese.

2.2 O envelhecimento rural na Metade Sul do Rio Grande do Sul: elementos para o debate do desenvolvimento social ampliado

Escolher caminhos analíticos mais complexos e capazes de dar conta deste estudo foi a motivação que levou a autora ao Programa Interdisciplinar de Pesquisa do PGDR (PROINTER), que tem como temática central o desenvolvimento rural em áreas do Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente a chamada Metade Sul, região social e economicamente em desaceleração econômica, com reflexos sociais importantes, quando comparada a outras regiões do Estado (UFRGS, 2005). Na figura 1 pode-se observar o mapa da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul apontando a área citada acima.

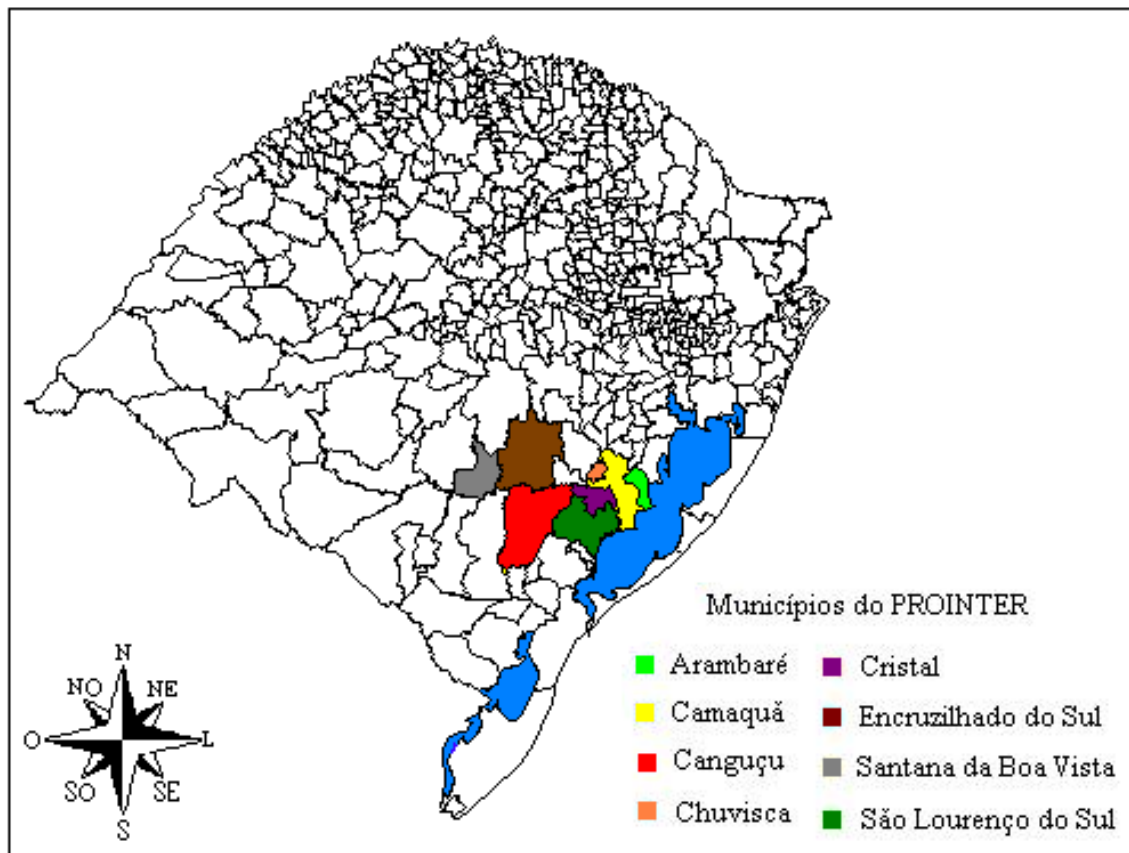
Figura 1 – Mapa político do Rio Grande do Sul identificando a região da Metade Sul (104 municípios)



Fonte: Adaptada de UFRGS (2002), C.T, Porto Alegre, 2014.

Devido à extensão da área citada, os estudos propostos pelo programa foram focados primeiramente em oito municípios: Arambaré, Camaquã, Canguçu, Chувиска, Cristal, Encruzilhada do Sul, Santana da Boa Vista e São Lourenço do Sul (UFRGS, 2002). Os Municípios podem ser observados na figura 2.

Figura 2 – Mapa dos oito Municípios pertencentes ao PROINTER – 2008



Fonte: Adaptada de UFRGS (2002), C.T, Porto Alegre, 2014.

O Programa estrutura-se, inicialmente, considerando uma problemática comum para os oito municípios, baseada em estudos gerais que elegeram perspectivas ,dentre as quais destacam-se: a estrutura social e produtiva incapaz de alavancar o desenvolvimento econômico e social regional; relativa diversidade de formas de agricultura, seja em termos de atividades desenvolvidas, seja em termos de grupos sociais e modos de produção; desigualdades sociais, pois grande parte das principais atividades econômicas se caracteriza por baixa capacidade de geração de riqueza; histórica deficiência em infraestrutura produtiva (estradas, energia, etc.); agricultura de cunho familiar implantada nas áreas de platô e domos, marcada por uma crise socioeconômica bastante profunda, apresentando um baixo dinamismo econômico e produtivo. (UFRGS, 2008).

A partir de estudos que originaram reflexões e múltiplos olhares sobre o mesmo empírico empreendido pelo Programa acerca dos oito municípios, evidenciaram-se dois grandes espaços que aglutinam situações definidas no

programa como “dinamismo” e “estagnação”, fortemente ilustrativas das dinâmicas rurais presentes na área abrangida. Ou seja, de um lado, constatou-se a existência, em parcela considerável dos municípios estudados, de situações marcadas pela “estagnação”. De outro lado, foram identificados municípios onde se constatou a existência de um processo de transformação do sistema produtivo local, com consequências de intensidade variável sobre o sistema social e natural, muitas das quais recentes e, portanto, de difícil avaliação. (UFRGS, 2008). Assim, admitindo as limitações que reduzir situações complexas a casos emblemáticos para fins de sistematização de estudos produz, o Programa adota como parâmetros comparativos duas realidades distintas sob os seguintes aspectos: Situação Demográfica, Situação da Apropriação Privada do Fundiário, Situação Técnico-agrícola, Situação do Uso Agrosilvopastoril do Solo e Situação Econômica.

Nessas dimensões, Camaquã apresenta “dinamismo” e Canguçu “estagnação”. O quadro 1 ilustra a diferenciação dos dois municípios eleitos também para esta tese.

Quadro 1 – Matriz síntese da situação dos municípios de Camaquã e Canguçu

Municípios	Situação Demográfica**	Situação da Apropriação Privada do Fundiário	Situação Técnico-agrícola	Situação do Uso Agrosilvopastoril do Solo	Situação Econômica
Camaquã	Polo	Em processo de parcelamento/ Concentração fundiária/Elevada da exploração indireta	Agricultura especializada em lavoura com rendimento superior, elevado uso de mão de obra e motomecanização	Elevado uso para lavoura e baixo uso para pastagens e reflorestamentos	Igualitária, em expansão e base diversificada
Canguçu	Estacionária	Estabilidade parcelamento/ Baixa concentração fundiária/Elevada da exploração indireta	Agricultura diversificada com rendimento superior da lavoura e inferior da pecuária, baixo uso de mão de obra e elevado uso de tração animal	Elevado uso para lavoura e baixo uso para pastagens e reflorestamentos	Precária, em expansão e base agrícola/ terciária

Fonte: Adaptado de UFRGS (2008), C.T, Porto Alegre, 2014.

** Situação demográfica:

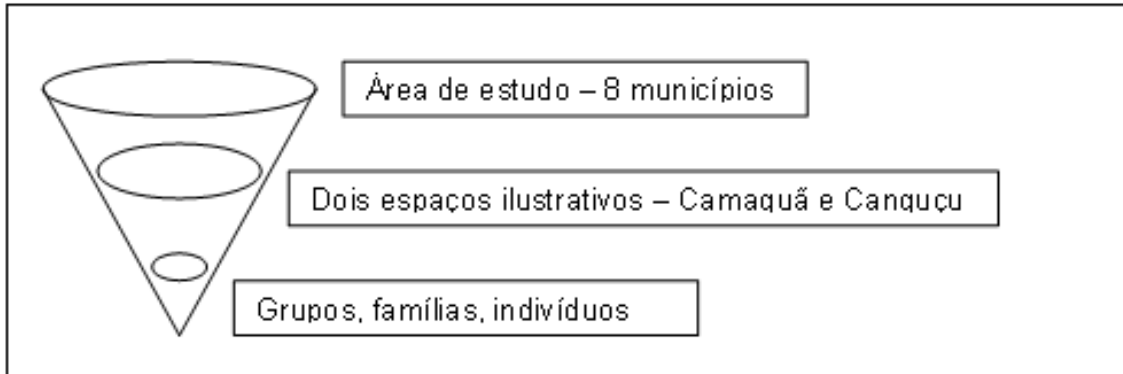
- **Polo**: taxa de crescimento populacional maior que a média (4,18%) e a densidade populacional maior que à média (15,42 hab/km²). A situação Polo representa uma taxa de crescimento e de densidade superior a média indicando uma tendência de crescimento populacional (área urbana grande).

- **Estacionária**: Taxa de crescimento menor que 0,0% até 4,18% e densidade populacional menor que 15,42 hab/km². A situação Estacionária representa uma taxa de crescimento e densidade populacional menores que a média indicando uma tendência de variação populacional menor que os demais municípios das outras classes.

Outra noção adotada para o desenvolvimento de estudos foi a de “diferenciação”, isso porque, segundo o PROINTER (UFRGS, 2008) o meio rural congrega disparidades e heterogeneidades socioespaciais que condicionam a diversidade de situações de vida e expressam as dinâmicas da sociedade na construção do espaço e dos processos de diferenciação social, econômica, ambiental, política e cultural. Agregar inovações a partir da sustentação interdisciplinar do Programa, exigiu novas posturas teóricas e metodológicas para dar conta dessas situações.

Assim, os caminhos metodológicos para a abordagem dos processos de geração de desigualdades socioeconômicas e heterogeneidades ambientais na área de estudo do PROINTER seguiu diferentes formas de aproximação ao empírico e de níveis de análise possíveis de serem visualizados na figura 3.

Figura 3 - Níveis de análise para a abordagem das situações em estudo



Fonte: Adaptada de UFRGS (2008), C.T, Porto Alegre, 2014.

Foi necessário, em um primeiro momento, ampliar o campo de investigação para as realidades da área de estudo como um todo para, em seguida, passar-se a níveis de análise mais aprofundados. Este procedimento forneceu instrumentos de análise através de escalas crescentes e sucessivas de observação que conduziram o estudo de um nível mais amplo (o da grande área de estudo) a níveis mais profundos da realidade local (aquele dos municípios e das famílias, grupos e indivíduos em sua situação de vida).

Até o momento, esses olhares diversos e complexos permitiram observar que o Programa evidenciou, na Metade Sul, uma grande diversidade de espaços, apresentando *condições e situações* variadas e potencialmente susceptíveis de contribuir para o desencadeamento de processos diferenciados de geração de desigualdades. Estão em andamento estudos que, como esta tese, buscam compreender as dinâmicas de vida e de trabalho nesses espaços.

Admite-se, de forma geral, que as populações rurais da Metade Sul do Rio Grande do Sul são afetadas por processos diferenciados de geração de desigualdades que implicam uma relação dialética de empobrecimento e enriquecimento. Estes são percebidos como dinâmicas nas condições de existência dos agricultores que não se reduzem a modificações de seu nível de renda ou de seu poder aquisitivo, mas envolvem uma variedade de outros aspectos de sua existência referentes, por exemplo, ao grau de oportunidades e espaços de decisão; à capacidade de formular projetos para si e para sua descendência, assim como se projetarem no futuro; à capacidade de se reproduzirem socialmente enquanto indivíduos, entidades sociais com determinada organização, corpus de valores,

identidade cultural; à capacidade de se reproduzirem fisicamente (satisfação das necessidades básicas, saúde, composição demográfica); e, ao grau de satisfação em relação às suas condições de existência. Ainda em relação a estes aspectos, as variações de nível de renda apenas se constituem como um fator que influencia as variáveis acima, mas que não definem por si só o empobrecimento e o enriquecimento. (UFRGS, 2008).

Trazendo mais elementos para as reflexões, observa-se que o processo de modernização da agricultura brasileira dos anos 1970, ao mesmo tempo em que permitiu um forte crescimento da produção, implicou a exclusão social e a pobreza de muitas pessoas nos espaços rurais. (TONNEAU; TEIXEIRA, 2002). Por sua vez, a agricultura no Rio Grande do Sul, já na primeira metade do século XX, figurava entre as mais modernizadas do Brasil. Segundo Schneider e Fialho (2000), as grandes propriedades de arroz na região sul-sudoeste do estado aceleraram a introdução de formas capitalistas de produção, assim como, a partir do final da II Guerra Mundial, a triticultura contribuiu significativamente para acelerar o processo de transformação tecnológica da agricultura no Estado.

Após a estagnação da cultura do arroz e do trigo, introduz-se a soja como principal produto comercial da lavoura gaúcha, porém, a expansão desta produção localizou-se na zona colonial do noroeste do Rio Grande do Sul, sendo que nas regiões sul e oeste do estado, o que predominou foram as médias e grandes propriedades dedicadas ao cultivo de arroz irrigado e a pecuária extensiva. (SCHNEIDER; FIALHO, 2000). Nessas regiões também, na década de 1980, a produção de arroz irrigado registrou aumentos favoráveis, ao passo que a pecuária extensiva permaneceu estagnada. (ALONSO; BENETTI; BANDEIRA, 1994).

Assim, afirma-se que a modernização agrária gaúcha ocorreu de forma desigual, ou seja, o incremento de novas tecnologias atingiu um determinado conjunto de agricultores, ao passo que outros foram forçados à migração e à proletarianização. (SCHNEIDER; FIALHO, 2000). Porém, ainda segundo os autores, essas transformações não tiveram apenas impactos sobre os processos produtivos, mas também causaram graves distorções sociais.

Em 1995, a Fundação de Economia e Estatística (FEE) realiza um estudo no Rio Grande do Sul apoiando-se na construção de dois indicadores de desenvolvimento, quais sejam: o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e o Índice

de Carência Social (ICS). Como resultado, os municípios mais desenvolvidos, segundo esses indicadores, estavam situados na região norte do Rio Grande do Sul e, os menos desenvolvidos, na região sul do Estado, onde predominam a pecuária de corte extensiva e a orizicultura irrigada.

Alguns estudos (FEE, 1995, SCHNEIDER; FIALHO, 2000) também atribuem às desigualdades das regiões sul e norte do Rio Grande do Sul a sua estrutura fundiária, a primeira apresentando uma estrutura fundiária com maior concentração das grandes propriedades, e a segunda caracterizando-se pela pequena propriedade, onde predomina a agricultura familiar.

Também, para Schneider e Fialho (2000), é possível falar em dois tipos de pobreza no estado: uma denominada como histórico-estrutural, que se localiza na Metade Sul e caracteriza-se como mais intensa por concentrar os piores índices de desenvolvimento social e de qualidade de vida; e outra denominada pobreza colonial, localizada na Serra do Sudeste e na região do Alto Uruguai que, mesmo não produzindo renda suficiente para o agricultor, permite-lhe o acesso aos bens, serviços e alimentos, que obtém com seu trabalho, em sua pequena propriedade de terra. É na Metade Sul que se localizam os municípios de Camaquã e Canguçu.

Essa complexidade dos processos de geração de desigualdades, para o PROINTER, coloca em jogo fatores e mecanismos de variada natureza (internos e externos; materiais e imateriais), que se impõem aos atores sociais na qualidade de “dados”. Mas o processo não é apenas uma consequência direta e mecânica destas condições, esta relação é mediatizada pela atuação dos atores sociais que reinterpretam e remanejam suas *condições*, dando nascimento a uma nova realidade que o programa propôs-se chamar de *situação*. Reforça-se a ideia de que para entender os processos de geração das desigualdades, não basta pesquisar as relações referentes às *condições* (pertencentes à esfera da materialidade), mas torna-se necessário entender as relações referentes às *situações* que integram a atuação dos atores sociais (pertencentes à esfera da imaterialidade).

Até o momento os resultados alcançados pelo PROINTER falam das dinâmicas demográficas e produtivas, resta analisar a capacidade dos indivíduos se reproduzirem social e fisicamente (satisfação das necessidades básicas), seus valores, identidade cultural; e grau de satisfação em relação às suas condições de existência, dentre outros aspectos pertencentes à esfera da imaterialidade. Estes

últimos, apenas possíveis de serem analisados a partir do contato direto entre o pesquisador e o pesquisado, no campo empírico, dando voz aos atores sociais, porque a imaterialidade não está dada, a imaterialidade é constituída pelas pessoas, para esta tese são os idosos, os prestadores de serviços e os gestores públicos das políticas setoriais que contam.

Essa é a proposta desta tese, ir além dos dois primeiros níveis de aproximação e análise ilustrados na figura 3. Ou seja, busca aprofundar o olhar sobre as desigualdades sociais e sociogeracionais enquanto geradoras de pobreza e baixa qualidade de vida, que podem expressar impactos em diferentes domínios da vida social, nos grupos, famílias e indivíduos. Para tanto, foi necessário ir além da análise das *condições*, da materialidade dos processos sociais, desafio que se fez possível após 12 anos de estudo na área do Desenvolvimento Rural.

Aceitando esse renovado desafio, uma ideia de “desenvolvimento” inicia por desencadear discussões a esse propósito. Nessa direção, a perspectiva que mais fez sentido na trajetória acadêmica da autora foi um estudo intitulado “Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável” de autoria de um professor do PGDR - Jalcione Pereira de Almeida (1998).

Segundo o mesmo autor, na sociedade liberal “o termo desenvolvimento substitui a noção de *progresso*, este vigorando de forma dominante até a década de 1930, associado a uma “outra” ideia de *crescimento*”. A noção de progresso, por sua vez, associava-se mais a um movimento evolucionista, a evolução do crescimento e a ampliação do conhecimento, porém limitada a uma visão econômica. Diz o autor que a crise dessa noção surge a partir do momento em que se observou que as civilizações possuem características distintas, descartando-se assim a ideia de um progresso evolucionista. Isso porque, quando se analisa uma determinada realidade, visualiza-se o “mito do progresso” nas diferentes formas de evolução nesta mesma realidade. Ou seja, as evoluções sociais se produzem sempre por diferenciações com, ao mesmo tempo, “ganhadores” e “perdedores” que aqui, nesta tese, são também entendidos como incluídos e excluídos, respectivamente. Poderíamos dizer que, em uma dada perspectiva (economicista), Camaquã está do lado dos “ganhadores” e Canguçu dos “perdedores”, se olharmos as dimensões da vida material. Os seres humanos produtivos, os trabalhadores, os incluídos, - os jovens -, são os “ganhadores”. Os improdutivos, os aposentados, os excluídos, os

vulneráveis, - os velhos - são os “perdedores”, se restringirmos nossas análises nos limites da visão desenvolvimentista “progressista”, materialista, economicista, apontada pelo autor.

Diante do “mito do progresso”, surge a noção de desenvolvimento, que ao contrário do primeiro, busca contemplar todas as dimensões – econômica, social, cultural e ambiental da vida social. Isso porque, ainda segundo Almeida (1998), a evolução dos modos de vida compreendem numerosas dimensões que não só econômicas. Sendo assim, adotamos essa noção e a chamamos “desenvolvimento ampliado” para nos subsidiar, ou melhor, para dar sustentabilidade a análises mais complexas da realidade sociogeracional a ser analisada, ao que chamamos velhices rurais.

Para uma melhor compreensão do exposto, destaca-se que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) trazido pelo primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2010), também acrescenta, além do Produto Interno Bruto (PIB), a alfabetização e a expectativa de vida em suas medidas, isso porque, segundo o relatório, a renda, apesar de crucial, não é suficiente para pensar Desenvolvimento Humano.

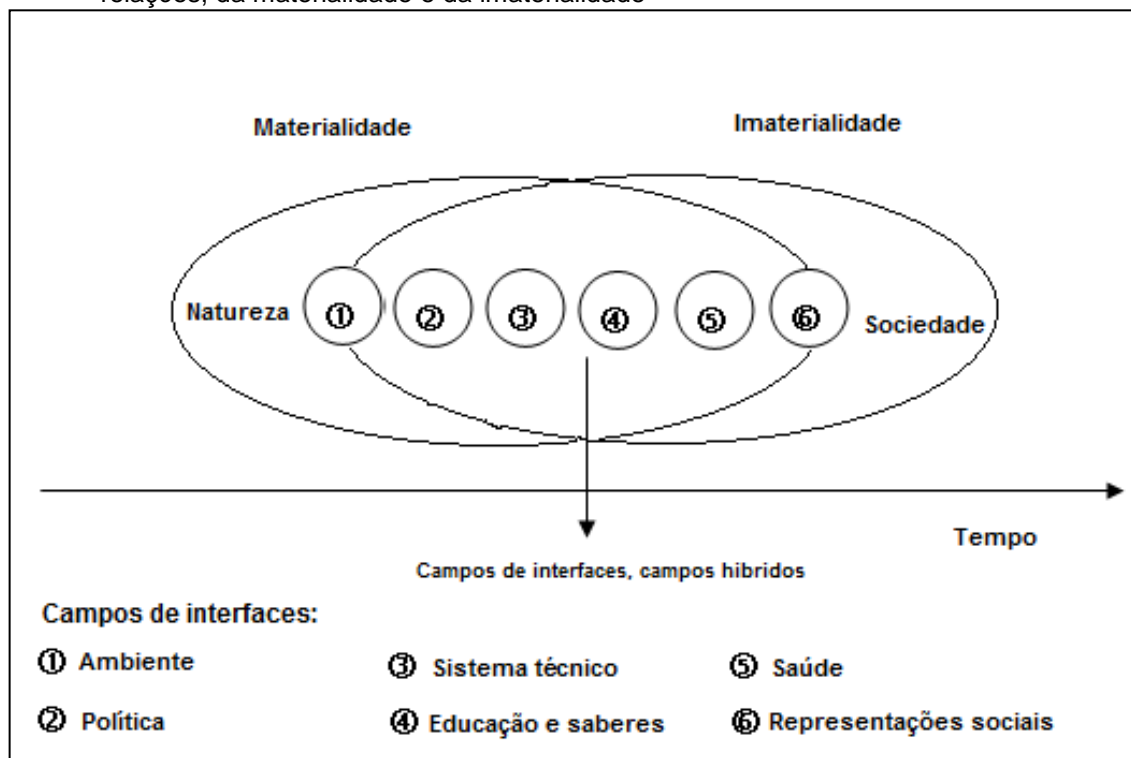
Frente a essas concepções ampliadas à análise das *condições e situações* de vida dos idosos rurais dos municípios de Camaquã e Canguçu, leva em conta aspectos ligados não apenas à materialidade, mas também à imaterialidade.

Assim, para além de modelos reducionistas de desenvolvimento social, buscou-se contribuição nos estudos de Raynaut (2006) sobre materialidade e imaterialidade. Para esse autor, o campo da “materialidade” compreende as relações físicas e biológicas que se dão no âmbito da atmosfera, pedosfera, hidrosfera e geoesfera e incluem o ser humano e suas ações. O campo da “imaterialidade” compreende as relações não-materiais que se dão no âmbito das representações mentais e das relações sociais e tem uma autonomia relativa em relação ao campo da materialidade.

Outras autoras participantes do PROINTER, Gerhardt e Lopes (2008, p. 6) salientam que nessas dimensões onde se interpenetram materialidade e imaterialidade se constitui “a representação de um campo híbrido que permite a superação da dicotomia da abordagem isolada da Sociedade/Natureza pela ênfase na articulação entre esses dois campos essenciais”. Nesse sentido, as interfaces,

ambiente e sistemas técnicos são as interfaces de maior conteúdo material, enquanto as representações sociais, os saberes apresentam maior conteúdo imaterial. (GERHARDT; LOPES, 2008, p. 6). Assim, ao se pensar na dimensão geracional do envelhecimento (físico e social), ficam evidentes as “interfaces”, aquilo que ocorre no campo híbrido, “combinando lógicas de naturezas distintas, mas em constante interação”. A figura 4 permite uma melhor compreensão dessas relações e interfaces proporcionando uma síntese explicativa da transversalidade de dimensões e conceitos implicados em fenômenos sociais como o que se analisou.

Figura 4 - Ilustração da integração Sociedade/Natureza para a compreensão das dimensões das relações, da materialidade e da imaterialidade



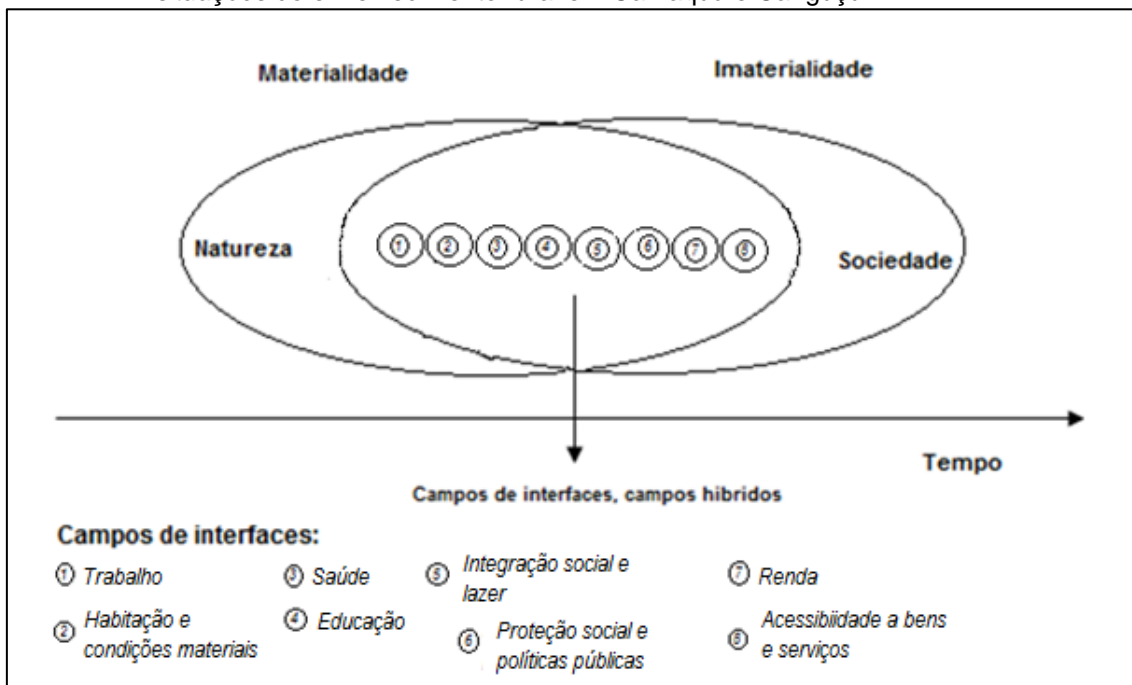
Fonte: Adaptado de Raynaut (2006, p.13), C.T, Porto Alegre, 2014.

Assim, se elege o conceito ampliado de desenvolvimento social e as noções de materialidade e imaterialidade dos estudos de Raynaut (2006), agregamos elementos para constituir as análises do envelhecer no rural que são oriundos das vivências de idosos rurais, das políticas públicas setoriais e das ações e serviços oferecidos aos idosos nos municípios de Camaquã e Canguçu. Essa (re)constituição considera a superação da definição de *dinamismo e estagnação* ao analisar as

convergências e ou divergências das *condições e situações* desse grupo populacional nesse espaço.

Propondo uma sistematização desses novos elementos, o campo híbrido ou de interfaces proposto para este estudo, adota as bases do PROINTER, agregando outras interfaces para análise, quais sejam: trabalho; habitação e condições materiais; integração social e lazer, educação; saúde; proteção social, renda, acessibilidade a bens e serviços (transporte), visualizadas na figura 5 abaixo.

Figura 5 - Ilustração da interação Sociedade/Natureza para a compreensão das *condições e situações* do envelhecimento rural em Camaquã e Canguçu



Fonte: Adaptado de Raynaut (2006, p.13) para esta tese, C.T, Porto Alegre, 2014

Destaca-se que, pela natureza qualitativa deste estudo, não se objetiva quantificar elementos relativos às condições materiais e sim analisá-los a partir da referência desses elementos pelas pessoas participantes, quer sejam os próprios idosos ou os representantes do poder público e da sociedade organizada envolvida nesses municípios. Assim, a imaterialidade caminha em conjunto com todas as abordagens propostas já que, os dados (nunca dados) constituem-se dos saberes, representações, valores e cultura de cada indivíduo participante.

Portanto, da mesma forma que Kageyama (2008), ao se trazer a ideia de “desenvolvimento ampliado” para os espaços rurais, admite-se que, no debate mais recente, um novo enfoque da ruralidade se faz presente, sendo que o rural passa a

ser visto, não mais como um espaço geográfico determinado, mas como uma *construção social*. Neste cenário se mesclam atividades econômicas de consumo, hábitos e culturas que antes eram típicos dos espaços urbanos.

A autora observa que esse enfoque está sendo proposto para estimular o “potencial de desenvolvimento” dos espaços rurais e visa à “melhoria da qualidade de vida e a luta contra o isolamento”. Epstein e Jezeph (2001) reforçam esta ideia ao citarem que os países em desenvolvimento esforçam-se para tornar mais atrativos os espaços rurais, da mesma forma que, consideram o desenvolvimento rural e o urbano como processos complementares.

Assim, ao se adotar esta “nova ideia” de desenvolvimento (ao se contrapor os limites estritos da ideia de progresso material) e chamá-la de “ampliada”, entende-se propiciar aos seres humanos (e aos idosos em particular) uma vida de boa qualidade, acesso a serviços sociais e assistenciais e boa infraestrutura para uma vida digna. Isso porque, como bem observado por Lopes (1999), a ideia de desenvolvimento ou o ato de se desenvolver, acompanhado por todas as pessoas, é o direito de usufruir de uma vida sem privações.

As próximas reflexões são dedicadas a dar visibilidade a esses elementos levantados até aqui, considerando as pessoas que lhes dão materialidade.

2.3 Experiências de envelhecimento no rural? Articulando ideias “em tese”

Observa-se que as sociedades capitalistas, dentre elas o Brasil, têm como característica excluir boa parte de sua população idosa, isso porque a condição de trabalhador está a frente da condição de cidadão, excluindo assim faixas etárias extremas, pois estas, teoricamente, não interessam ao sistema produtivo. Segundo Soeiro (2010), as sociedades contemporâneas são tidas como sociedades de consumo, regem-se por valores materiais, o que implica ter como principal objetivo a rentabilização da produção que privilegia os indivíduos ativos. Nessa sequência, exerce efeitos negativos e devastadores sobre os cidadãos, diminuindo a capacidade produtiva da pessoa fragilizada. O idoso sem autonomia é rapidamente excluído do trabalho, das funções de aquisição de produção, manutenção e transmissão de conhecimentos. Nessa *condição* não é difícil prever que tende ao isolamento, assumindo assim uma *situação* de dependência.

Por sua vez, nos espaços rurais brasileiros, em Camaquã e Canguçu e, mais especificamente, nas pequenas propriedades, esta realidade de exclusão não é diferente. Isso porque a modernização da agricultura (ocorrida entre as décadas de 60 e 70) favoreceu apenas as grandes propriedades, limitando a capacidade de capitalização dos pequenos produtores, o que gerou a descapitalização e a consequente exclusão de boa parte da população jovem que busca na cidade novas oportunidades, mantendo-se no rural quase que exclusivamente os idosos. (DELGADO; CARDOSO JR., 2000). À frente dessa realidade, a sustentabilidade dos espaços rurais brasileiros torna-se um problema, quando se observa uma população cada vez mais envelhecida e vivendo sob a salvaguarda dos benefícios previdenciários.

Apesar da relevância da discussão sobre o tema exclusão social, observa-se que este se associa mais aos aspectos da vida urbana, sendo mais difícil encontrar estudos rurais nessa perspectiva. Existe, portanto, a necessidade de estudar como ocorre esse fenômeno no rural e como os indivíduos desse meio e os idosos, em particular, enfrentam essa realidade. Isso porque esses mesmos indivíduos, muitas vezes, são confrontados com dificuldades na atividade produtiva, que vão desde o desemprego, falta de oferta de serviços sociais adequados, isolamento, escassez de habitação para as novas famílias, entre outros problemas. Essa realidade foi retratada em estudos anteriores em alguns municípios da Metade Sul do RS. (TONEZER, 2009, ALCÂNTARA, 2009, MORAIS, 2007).

A inspiração nesses estudos anteriores permitiu pensar em *situações de vulnerabilidade* que também são influenciadas pelas *condições* espaciais, mas não só por estas. Em muitos estudos da atualidade, o idoso é tomado como um sujeito vulnerável, por esse motivo é importante entender as dimensões de constituição dessa *condição\situação* de vulnerabilidade.

A “vulnerabilidade”, termo tomado do movimento de Direitos Humanos, foi desenvolvido por Mann e colaboradores (MANN, 1992), para pensar a epidemia da aids no contexto da Saúde Pública. Porém, tal abordagem, visualizava a prevenção da doença como resultado de informação e vontade pessoal, dependendo, portanto, da mudança de comportamento realizada voluntariamente pelo indivíduo. Com o intuito de ultrapassar esta compreensão, Ayres (1996) propõe ampliar o campo das reflexões para além do comportamento individual, destacando que a vulnerabilidade

só pode ser entendida como produto da interação de múltiplos fatores sociais, econômicos, culturais e políticos e nem sempre se reduz à vontade individual. Da mesma forma, visualizando vulnerabilidade como categoria de análise, essa nos aproxima do *desenvolvimento ampliado* e dos elementos da *materialidade e imaterialidade* presentes na perspectiva do envelhecimento no rural.

Reconhecendo esse elemento conceitual aperfeiçoado por Ayres (1996) como útil ao objeto desta tese, remete-se aos elementos elencados na definição dos campos híbridos referidos nas reflexões anteriores. Ayres, nessa direção do hibridismo conceitual, propõe que a vulnerabilidade seja pensada sob três planos: o social, o programático ou institucional e o individual, levando em conta que qualquer mudança em um dos planos sempre ocasionará consequências nos demais. Portanto, essa transversalidade está colocada nas dimensões acima referidas que aproximam sociedade e natureza, envelhecimento biológico e velhice social.

Assim, não se escapa de pensar a biologia, por exemplo, como um importante elemento que contribui para a exclusão do idoso, ao se pensar “capacidade física” na relação com o trabalho e a produtividade rural e a “incapacidade” (doença por vezes) atribuída e responsável pela “improdutividade” do idoso.

Nesse sentido, pode-se admitir que a vulnerabilidade biológico/individual (ou o adoecimento, mais frequente na velhice, acrescenta-se) está talvez mais próximo da natureza, mas não só dela, corresponde ao que Ayres (1996, p. 6) traduz como

[...] o grau e a qualidade da informação de que os indivíduos dispõem sobre o problema; a capacidade de elaborar essas informações e incorporá-las aos seus repertórios cotidianos [...], ao interesse e as possibilidades efetivas de transformar essas preocupações em práticas protegidas e protetoras.

Paz, Santos e Eidt (2006), ao analisarem a vulnerabilidade biológica/individual no envelhecimento citam que as alterações biológicas tornam os idosos mais suscetíveis às doenças, por sua vez, o declínio da capacidade funcional geralmente conduz a pessoa idosa à limitação da capacidade de desempenhar, de forma independente, suas atividades cotidianas. Essas atividades estão relacionadas à participação social do idoso ou à manutenção de sua integração ao meio social, desencadeando, assim, condição de dependência para tais atividades.

Já, a vulnerabilidade social, mais próxima dos sistemas sociais, refere-se,

Ao modo de obtenção de informações [...], como acesso aos meios de comunicação, escolaridade, disponibilidade de recursos materiais, poder de influenciar decisões políticas, possibilidades de enfrentar barreiras culturais, estar livre de coerções violentas ou poder defender-se delas. (AYRES, 1996, p. 6).

Ou seja, o plano social inclui, entre outras, as condições socioeconômicas, acesso à informação, escolarização, garantia de acesso aos serviços, garantia de respeito aos direitos humanos.

Nesse sentido, a vulnerabilidade social do idoso, para Paz, Santos e Eidt (2006), decorre da diversidade de circunstâncias enfrentadas no cotidiano pela população envelhecida. Tais circunstâncias referem-se aos aspectos relacionados a questões culturais, sociais, econômicas, de saúde, entre outras. As autoras ainda citam um exemplo ao observar que o baixo valor das aposentadorias no Brasil constitui uma vulnerabilidade social, pois expõe não apenas a pessoa idosa, mas todo o grupo familiar que sobrevive com esse recurso.

Acrescentam-se elementos da vulnerabilidade de gênero também como exemplo dessa fragilização, quando se observa que mulheres rurais enfrentam maiores dificuldades na hora de se aposentarem do que os homens, mesmo que estas, muitas vezes, exerçam múltiplas funções na casa, com a família e com o trabalho na roça, durante toda a sua vida. A vulnerabilidade, nesse caso, resulta das assimetrias de gênero na prática legal (leis e dispositivos para fazer cumpri-las) no campo dos direitos constitucionais. (BRUMER, 2002a, TONEZER, 2009).

Por fim, a vulnerabilidade programático/institucional refere-se, segundo Ayres (1996, p.6), “aos recursos sociais de que as pessoas necessitam para não se exporem aos agravos e se protegerem de seus danos que devem ser disponibilizados de modo efetivo e democrático”.

Trazendo o envelhecimento para esse espectro do debate, estariam aqui relacionados os serviços, programas, projetos e atividades voltadas à população idosa. O planejamento, por sua vez, ocorre em diferentes níveis e esferas públicas (e não públicas), nacional, regional ou local, e a incorporação das políticas na vida prática se dá através dos executores das práticas formais e dos profissionais envolvidos com a população envelhecida. Assim, julgou-se necessário na pesquisa em campo analisar não apenas os idosos, mas também os gestores e prestadores de serviços.

Portanto, nessa perspectiva observa-se que os idosos rurais são vítimas, muitas vezes, de dupla ou tripla vulnerabilidade, isso porque, além de serem mais suscetíveis às doenças do que a população adulta, são, não raramente, vítimas da vulnerabilidade social e programática/institucional.

Situando um exemplo relacionado à vulnerabilidade programática/institucional para os espaços rurais, destaca-se que os idosos que aí residem estão entre os mais vulneráveis no processo de exclusão dos serviços de saúde (OPS, 2003). Isso porque, além de reduzidos, estes residem distante das sedes dos serviços, o que significa, muitas vezes, a impossibilidade de acesso sem opção de escolha, pois a falta de transporte adequado é frequente nesses locais. (HINCK, 2004, ALCÂNTARA, 2009, TONEZER, 2009). Também o oferecimento de serviços ligados à educação para idosos rurais se concentra nos espaços urbanos.

Em relação às políticas e à vulnerabilidade de gênero, observa-se que mulheres idosas rurais diferem em suas demandas em relação aos homens, além de mais frágeis, estão mais expostas ao isolamento, à carência de cuidados, ao abandono e à violência. (NERI, 2007).

No campo das vulnerabilidades, pouco se fala sobre violência contra os idosos em espaços rurais, mas isto não significa que ela não ocorra. Alcântara (2009) e Tonezer (2009) exemplificaram o abandono e a solidão desta população no município de Santana da Boa Vista, município próximo de Camaquã e Canguçu, também inserido na Metade Sul do Rio Grande do Sul. Ao se considerarem essas condições dos idosos, podemos estar diante do que Minayo (1994) denomina violência por negligência. Se a invisibilidade na esfera de múltiplos setores sociais ainda é a tônica das situações de violência (em particular da doméstica) em espaços urbanos, no rural essa situação é ainda menos visível e, o mais grave, não é sequer admitida. (LEAL; LOPES; GASPAR, 2011, COCCO, 2012).

Por sua vez, ao se falar em interação social nos espaços rurais e dividi-las, conforme Pinto et al.(2006) em formais e informais, observa-se que a informalidade é mais intensa, isso porque as relações formais são prejudicadas pela acessibilidade geográfica. As moradias são geralmente mais distantes umas das outras, assim como se distanciam da sede das comunidades e do centro da cidade. Essa concentração atesta o direcionamento predominantemente urbano das ações e

serviços vinculados às políticas públicas que mostram um distanciamento crônico das áreas rurais.

Em relação à habitação, observa-se que os idosos rurais, por serem mais pobres que os idosos urbanos, enfrentam maiores limitações materiais, assim como dificilmente observam-se adaptações nas moradias ou nos lugares públicos que atendam as limitações físicas desta população. Estruturas protetivas e aparatos públicos que facilitem a vida da população rural são ainda mais raros, assim como o acesso a bens e serviços é dificultado pela falta de renda e pela distância geográfica, o que caracteriza a área em estudo. (ALCÂNTARA, 2009, TONEZER, 2009).

Portanto, observa-se que, na prática cotidiana, os direitos de muitos idosos, e aqui, em especial dos idosos que vivem em áreas rurais, são violados das mais variadas formas, tanto pelo poder público como pela família e pela sociedade. Os idosos rurais enfrentam o problema da exclusão, pouco ou nenhum acesso a algumas políticas públicas, entre estas as políticas de renda e produção, a política contra as violências, de saúde, educação, moradia e gênero.

Mas, é preciso admitir que a vulnerabilidade no envelhecimento em relação ao adoecimento, por exemplo, não é igual para todos. Desta forma, a vulnerabilidade não é algo inerente a algumas pessoas e grupos, mas diz respeito a determinadas situações, que podem ser revertidas ou minimizadas. Isso mostra o potencial que conhecer essas condições/situações tem de mobilizar práticas e profissionais para transformação.

Em síntese, para esta tese destacam-se duas dimensões de objetivos analíticos: uma dimensão exploratória que admite que **dar voz e cara aos idosos rurais do Brasil se faz necessário, e outra que busca compreender a geração de desigualdades em uma perspectiva ampliada de desenvolvimento social.** Assim geraram-se múltiplas indagações que nortearam o caminho, primeiro de aproximação dessa realidade e, em segundo, o caminho compreensivo para trazer à tona expressões das velhices rurais. Para tanto não foram definidos objetivos operacionais, mas questões norteadoras expressas como: **Como vivem idosos rurais de Camaquã e Canguçu? Existem políticas públicas setoriais que norteiam ações e serviços aos idosos nesses municípios? As condições de “dinamismo” de Camaquã e de “estagnação” de Canguçu, definidas em um**

primeiro momento pelo PROINTER, evidenciam-se em diferenças na vida prática dos idosos? A referência a Camaquã como polo de atração regional (considerando a análise de desenvolvimento nos limites econômicos) institui um diferencial de qualidade de vida aos idosos? Quais políticas públicas setoriais se expressam nas ações e serviços para os idosos rurais? Quais fatores atestam privações, carências, dificuldades de acesso, discriminação, vulnerabilidade, abandono e precariedade como fatores diretamente ligados a situações de exclusão nesses municípios? Quais fatores, ao contrário, expressam bem-estar?

Assim, é na articulação entre elementos materiais e imateriais que esta tese pensa os saberes investidos (da experiência) de ser velho no rural e os confronta com a ideia de desenvolvimento ampliado como potencial compreensivo das situações de vida nesse meio.

3 METODOLOGIA

Na sequência, são apresentados o detalhamento e as considerações de cada etapa da trajetória metodológica pela qual buscou-se compreender as questões expressas ao final da problemática em estudo.

3.1 Desenho de estudo

Trata-se de um estudo de casos múltiplos (multicaso), do tipo qualitativo (GIL, 2009), com caráter exploratório e analítico descritivo.

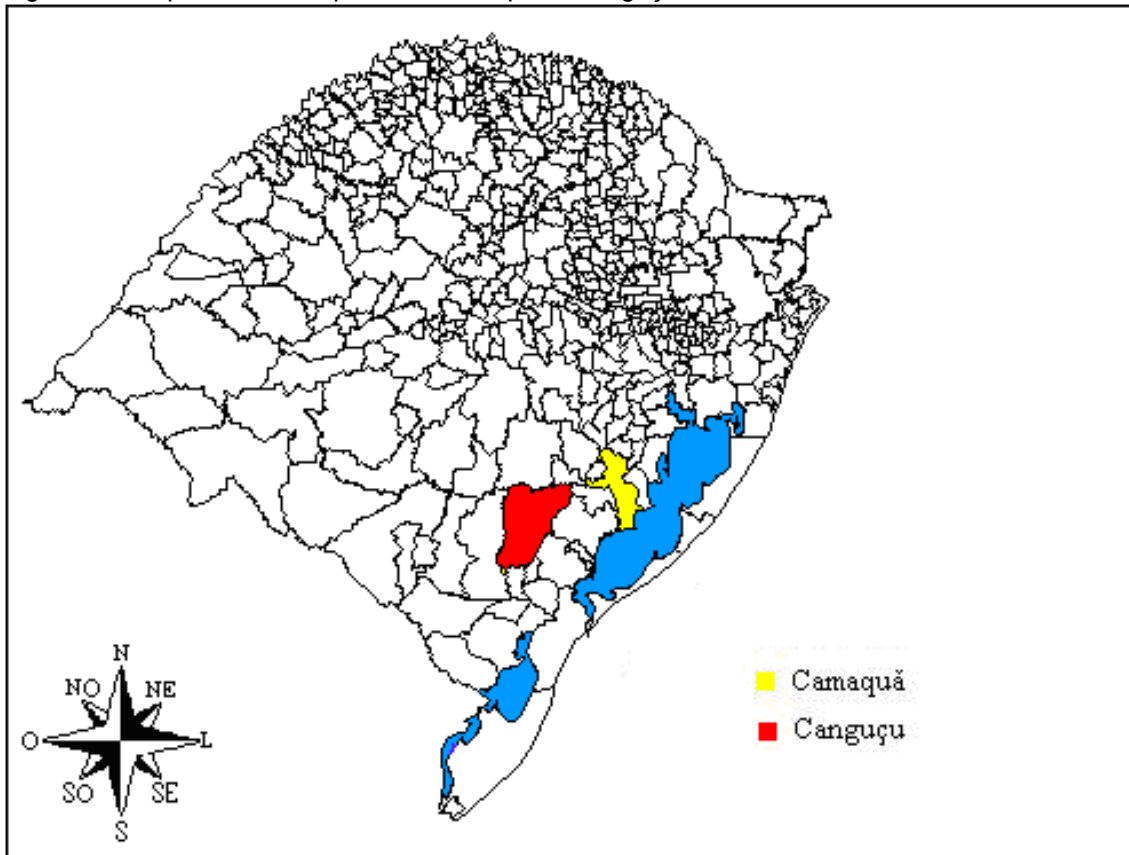
A eficácia explicativa decorre da profundidade da análise de caso e não da quantidade de casos, da mesma forma que cada caso é considerado uma unidade única (DENIS; CHAMPAGNE, 1997). Mesmo assim, o uso de casos múltiplos, permitiu estabelecer contrastes entre os casos (GIL, 2009), seja prevendo resultados semelhantes ou compreendendo os diferentes resultados dos casos pesquisados em decorrência de alguma razão previsível.

Nesse sentido, de acordo com Minayo (2001), argumenta-se que a metodologia qualitativa adotada preocupou-se menos com generalizações e mais com aprofundamento e abrangência da compreensão. Houve preocupação em ouvir o entrevistado, ter acesso aos seus sentimentos, aos seus problemas e ao seu comportamento. (NETTO, 2006). Portanto, a opção por este tipo de estudo justificou-se no sentido de aportar elementos para a compreensão das políticas, ações e serviços aos idosos rurais, considerando suas particularidades.

3.2 Campo de estudo

O estudo foi desenvolvido em dois municípios localizados na região sul do Rio Grande do Sul - Camaquã e Canguçu. Os municípios podem ser observados na figura 6.

Figura 6 – Mapa dos municípios de Camaquã e Canguçu



Fonte: Adaptada de UFRGS, C.T. Porto Alegre, 2002.

A razão da escolha deu-se a partir do engajamento no PROINTER, que obteve como resultado de uma de suas análises duas realidades distintas na Metade Sul do Rio Grande do Sul, quais sejam: Camaquã em “dinamismo” e Canguçu em “estagnação”.

3.3 Participantes da pesquisa

Os participantes da pesquisa foram constituídos por indivíduos de diferentes instituições locais públicas e não públicas responsáveis pelas políticas, ações e serviços oferecidos aos idosos de Camaquã e Canguçu, assim como por idosos residentes nesses dois municípios.

Os prestadores de serviços⁸ dos municípios de Camaquã e Canguçu foram contatados por indicação dos representantes da Secretaria da Ação Social e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Os critérios para participação da pesquisa

⁸ O termo “prestadores de serviços” foi escolhido pela pesquisadora para denominar os participantes responsáveis pelas ações e serviços aos idosos.

foram: ser responsável por pelo menos uma ação e/ou serviço aos idosos no local e no momento da pesquisa, aceitarem participar do estudo e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A). Por fim, entrevistou-se um total de 31 prestadores de serviços (16 em Camaquã e 15 em Canguçu).

Os idosos, por sua vez, foram contatados a partir de indicação dos prestadores de serviço entrevistados, sendo que os critérios de inclusão foram: aceitar participar do estudo e concordar em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; residir em espaços rurais; apresentar boas condições de saúde mental (lúcidos) e terem idade de 60 anos ou mais. O total de idosos participantes desta pesquisa foi de 16 (sendo 8 em Camaquã e 8 em Canguçu).

3.4 Geração de dados

Os instrumentos utilizados na geração de dados foram baseados em documentos de políticas públicas, fontes documentais locais, dados sociodemográficos secundários, entrevistas semiestruturadas e grupos focais:

- a) documentos de políticas públicas, fontes documentais e dados sociodemográficos secundários: os documentos de políticas públicas foram compostos por leis e planos internacionais, nacionais e locais voltados aos idosos. As fontes documentais foram os dados de registros e cadastros dos órgãos locais que prestam serviço aos idosos rurais; e os dados sociodemográficos secundários foram compostos por pesquisas on-line no site do IBGE (2010);
- b) entrevista semiestruturada: outro instrumento para a geração de dados foi o guia de entrevista semi-estruturada, onde o entrevistado teve a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Esse instrumento direcionou-se aos prestadores de serviço de Camaquã e Canguçu. A escolha desse instrumento, com base em Minayo (2008), deu-se na compreensão de que, diferente de um questionário, a entrevista, e aqui, mais especificamente, a semiestruturada, possibilita ao pesquisador apreender sistemas de valores, de normas, de relações e representações de determinado grupo social. Nesse sentido e buscando articular

elementos de materialidade e imaterialidade nas situações de vida dos idosos rurais, para uma melhor apreensão das informações coletadas, todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos sujeitos envolvidos. As transcrições também foram realizadas na íntegra pela pesquisadora;

- c) grupos focais: Para a geração de dados nas interações com os idosos em Camaquã e Canguçu, elegeu-se a técnica de Grupo Focal, que consistiu em introduzir aos participantes determinados tópicos ou assuntos motivadores de interação do grupo. Diferentemente das entrevistas individuais, esta técnica acrescentou a dimensão das interações entre seus membros, sendo que estes foram encorajados a se comunicar entre si, apresentando seus conceitos, impressões e concepções sobre determinado tema. (GOMES; BARBOSA, 1999). Assim também as interações verbais foram gravadas e as informações transcritas na íntegra.

3.5 Análise dos dados

Optou-se pela análise de conteúdo temático que consistiu em descobrir os núcleos de sentido das comunicações cuja presença ou frequência significassem alguma coisa para o objetivo analítico visado, ou seja, a presença de determinados temas denota os valores de referência e os modelos de comportamento presentes no discurso. Para desenvolver esta fase, seguiram-se as três etapas da análise de conteúdo temático propostas por Minayo (1992):

- a) a *Pré-análise*, escolhendo os documentos a serem analisados, retomando as questões norteadoras e reformulando-as frente ao material coletado;
- b) a de *Exploração do material*, que se constituiu essencialmente na operação de codificação, ou seja, na transformação dos dados brutos visando alcançar a compreensão do texto. A primeira fase desta etapa consistiu em recortar o texto em unidades de registro que foram uma palavra, uma frase, um tema, um personagem ou um acontecimento. Em segundo lugar, escolheram-se regras de contagem para a construção de índices que permitiram alguma forma de quantificação das repetições. Por último,

realizou-se a classificação e a agregação dos dados, escolhendo as categorias temáticas que melhor definiram a especificação dos temas. Entre essas, destacaram-se: trabalho; habitação/condições materiais – conforto e vida digna; integração social e lazer – convívio e inclusão, educação – valorização e potencialidades; saúde, vulnerabilidade geracional e desigualdades espaciais; proteção social – direito à vida sem privações, renda e necessidades básicas, transporte e acessibilidade a bens e serviços – universalidade e equidade;

c) o *Tratamento dos resultados obtidos e interpretação*, ou seja, os resultados encontrados nas etapas anteriores foram submetidos à operação estatística simples, que permitiu distinguir as informações obtidas. A partir daí passou-se a discutir os resultados e interpretá-los conforme o quadro teórico, ou abriram-se outras pistas em torno de dimensões teóricas sugeridas pela leitura do material.

3.6 Trajetória de investigação

A descrição da trajetória de investigação é considerada importante neste estudo, pois auxilia na compreensão dos resultados dos dados de campo. Optou-se por descrever conjuntamente os municípios de Camaquã e Canguçu.

Em Camaquã e Canguçu, a coleta de dados foi realizada entre os meses de junho a dezembro de 2012, destacando que, antes do início da coleta (mais especificamente entre os meses de janeiro a maio de 2012), contataram-se as instituições destes municípios, a fim de identificar quais delas prestavam serviços aos idosos, coletar as assinaturas de aceite para realização da pesquisa e aguardar a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (Plataforma Brasil).

Esta primeira etapa não foi tarefa fácil, isso porque, em relação à identificação das instituições que prestam serviços aos idosos desses municípios, destaca-se que estas (as instituições) não atendem apenas a população idosa, mas a população em geral, que inclui os idosos. Como exemplo, observa-se que, nas Secretarias Municipais da Saúde, não se encontraram serviços específicos aos idosos, mas, sim, “serviços à população vulnerável” do município. Outro exemplo foram as instituições ligadas diretamente à agricultura (Empresa de Assistência Técnica e

Extensão Rural, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretaria Municipal da Agricultura), onde os serviços são oferecidos para a categoria de agricultores (agricultores familiares, assentados rurais, empregados rurais), e não aos “agricultores idosos”. Por este motivo, optou-se por contatar as diferentes instituições que de alguma forma “contemplavam” os idosos em seus serviços. Este primeiro contato, que possibilitou identificar as instituições que oferecem, de alguma forma, atenção aos idosos, foi através de contato telefônico. Outro entrave desta primeira etapa foi a demora da aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da UFRGS, o qual perdurou por cinco meses. Isso porque este exigiu, como condição de aprovação, uma carta de aceite de cada instituição a ser analisada neste estudo.

Em relação à geração/coleta dos dados, optou-se por alternar semanalmente as idas aos municípios analisados, ou seja, iniciou-se na semana do dia 11 ao dia 15 de junho pelo município de Camaquã, e posteriormente Canguçu, e assim sucessivamente até o final da coleta. Isso possibilitou uma coleta mais homogênea dos dados de ambos os municípios, pois a cada semana evoluía-se na investigação através da organização e reorganização das ferramentas utilizadas. Esta estratégia metodológica evitou a sobrecarga das instituições com as visitas, dando-lhes sempre um intervalo de uma semana para que se organizassem antes de receberem a pesquisadora.

A geração/coleta de dados em ambos os municípios deu-se através de duas etapas, na primeira entrevistaram-se os gestores e prestadores de serviços das diferentes instituições e, na segunda, realizaram-se os grupos focais com os idosos rurais.

As duas primeiras semanas, por sua vez, foram reservadas para a aproximação do campo. Esta aproximação foi importante, pois criou-se, a partir daí, um vínculo maior com as instituições, o que possibilitou uma maior confiança dos prestadores de serviço. Observou-se, porém, que nem todos os entrevistados sentiram-se seguros, em um primeiro momento, para dar entrevistas, alguns se negando a participar. Essas negativas foram menos frequentes com o passar das semanas, já que a pesquisadora tornou-se mais conhecida.

Após os gestores e prestadores de serviços estarem mais à vontade com a pesquisadora e perceberem a seriedade da pesquisa, tudo fluiu bem. Os

prestadores de ações e serviços gestores, além de colaborarem com as entrevistas, ainda auxiliaram na indicação de novos entrevistados, das instituições, e dos idosos rurais para os grupos focais.

A segunda etapa foi a realização dos grupos focais. Para tanto, buscaram-se indicações dos prestadores de serviços de diferentes instituições, a fim de contemplar uma maior diversidade. Nas indicações destacou-se a importância da diversidade de sexo, idade (idosos mais novos e mais velhos) e de estado civil. As instituições também disponibilizaram os locais para os grupos focais. No total trabalhou-se com dois grupos, um em Camaquã e outro em Canguçu, totalizando seis encontros que se intercalaram semanalmente.

Uma dificuldade encontrada na realização dos grupos focais foi o deslocamento dos idosos. Como os encontros eram realizados na sede, muitos enfrentaram problemas devido à limitação dos transportes e pela distância, a qual variou de 9 a 84 km. Esta limitação fez com que alguns idosos participassem do grupo apenas em uma parte do tempo, ou seja, se o encontro iniciava às 14 horas, alguns permaneciam apenas até as 15 horas, isso porque depois não haveria mais ônibus naquele dia para retornar para a sua residência. Outra limitação dos dois grupos focais foi a inquietação decorrente da desconfiança dos idosos no primeiro encontro, sendo que apenas no segundo encontro estes sentiram-se à vontade para falar sem medo sobre os assuntos pactuados. No primeiro encontro, pode-se dizer, os idosos estavam mais interessados em conhecer a pesquisadora e saber suas “reais intenções” do que propriamente participarem da pesquisa. A figura 7 ilustra os idosos rurais participantes do grupo focal em Camaquã.

Figura 7 - Valorização e participação – motivos de felicidade! Pesquisar se torna uma forma de incluir, 2012



Fonte: Pesquisa de campo, fotografia C.T, 2012.

É importante destacar também que a técnica do grupo focal com idosos exigiu da pesquisadora muita flexibilidade, tanto na escolha das ferramentas a serem utilizadas, que necessitavam ser adaptadas às limitações dos idosos (muitos analfabetos ou com baixa escolaridade), quanto no decorrer dos encontros, isso porque os idosos sentiam a necessidade de falar durante todo o tempo, contar suas histórias de vida, muitas vezes desviando-se do objetivo pactuado. Pode-se dizer que foi difícil criar vínculo com os idosos e possibilitar que estes se sentissem à vontade, e, quando eles passavam a sentir confiança na pesquisadora, ficava “ainda mais difícil” fazê-los “parar de falar”. Observava-se naquele momento a carência de escuta e de interação e a necessidade de alguns idosos em falar sobre seus problemas, suas vidas.

Assim, mesmo considerando as limitações decorrentes da pesquisa de campo trabalhosa, as técnicas utilizadas para a geração/coleta de dados nos municípios

foram adequadas e possibilitaram acesso a um material de pesquisa rico e consistente.

3.7 Considerações éticas

Sempre que uma investigação envolve, direta ou indiretamente, seres humanos, é necessária atenção às implicações éticas. Para Fortin (1996) a ética na investigação com seres humanos é algo considerado fundamental. Este autor define ética como “o conjunto de regras que regem o caráter moral do processo de investigação” (FORDIN, 1996, p. 114) e cita a existência de cinco direitos fundamentais implícitos na investigação com seres humanos, nomeadamente: o direito à autodeterminação; o direito à intimidade; o direito a um tratamento justo e legal; o direito contra o desconforto e prejuízo, bem como o direito ao anonimato e à confidencialidade.

Tendo por base tais princípios, e considerando que, por vezes, a investigação constitui uma certa forma de intromissão na vida dos indivíduos, este estudo atendeu às exigências éticas e científicas da Resolução n.º. 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde. (BRASIL, 2012).

Para tanto, utilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado por todos os participantes da pesquisa em duas vias, uma para o pesquisador e outra para o participante, considerando a proteção aos legalmente incapazes; o compromisso em oferecer o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos; e a relevância social de pesquisa, com vantagens significativas aos sujeitos do estudo. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da UFRGS pelo Parecer de número 80891 (ANEXO A).

4 OS MUNICÍPIOS, AS INSTITUIÇÕES E OS PARTICIPANTES DO ESTUDO

Este capítulo tem como objetivo tornar conhecidos os municípios de Camaquã e Canguçu na perspectiva do objeto investigado, as instituições analisadas e os participantes deste estudo.

4.1 Os municípios de Camaquã e Canguçu

Camaquã localiza-se na margem direita da Laguna dos Patos e a margem esquerda do Rio Camaquã. Tem por limites, ao norte, os municípios de Sentinela do Sul, Cerro Grande do Sul, Barão do Triunfo e São Jerônimo; ao Sul, São Lourenço do Sul e Laguna dos Patos; ao leste, Arambaré; e, a oeste, Cristal, Amaral Ferrador, Dom Feliciano e Chувиска. Sua Área é de 1.680 km². (ROESE, 2005).

A população de Camaquã é de 62.764 residentes, dos quais 49.356 residem em áreas urbanas, e 13.408 em áreas rurais. (IBGE, 2013). A situação econômica atual do município destaca-se no estado do Rio Grande do Sul devido ao elevado valor do PIB per capita (R\$ 17.784 em 2011) e pela grande participação do setor industrial em sua composição (beneficiamento de arroz e curtumes), bem como pela presença do setor comercial, evidenciando diversificação da sua base econômica. (FEE, 2012). No setor primário, a agropecuária perfaz 26,9% do total; o setor secundário, industrial (transformação e beneficiamento) e comércio (atacadista e varejo) perfazem juntos 62,89%; e o setor terciário, de serviços, 10% do total. (UFRGS, 2005).

Conforme Ferreira (2001), o rural do município de Camaquã pode ser dividido em duas regiões, segundo as características morfopedológicas e transformações históricas. O solo, a oeste é constituído na sua maior parte por rochas graníticas que datam do período primário; e a leste, a superfície é arenosa, formando uma faixa litorânea que data do período quaternário, estando ainda em processo de acumulação de areia. Essas duas regiões podem ser identificadas como Serra do Sudeste (oeste) e Região Costeira (leste).

No geral, observa-se que na Região Serra se estrutura a produção agrícola voltada para o cultivo do fumo como atividade econômica principal, a qual se caracteriza por diferentes indicadores socioeconômicos de produção agrícola:

fumicultores sócios, pequenos fumicultores, médios fumicultores, grandes fumicultores, feirantes, fumicultores produtores de leite e graniteiros. Por sua vez, a produção agrícola na Região Costeira é totalmente mecanizada, tendo a mão de obra em grande parte terceirizada, sendo que apenas as propriedades rurais com menos de 20 hectares utilizam mão de obra familiar.

Canguçu, por sua vez, insere-se na Região da Serra do Sudeste, a 274 km da capital, Porto Alegre, e se limita com oito municípios: ao norte, Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador e Cristal; ao sul, Cerrito; a oeste, Piratini e a leste, Morro Redondo, Pelotas e São Lourenço. (COTRIM, 2003).

Ainda em relação a esse município, Canguçu possui uma área de 3518km² e tem uma população de 53.259 residentes, dos quais 19.694 cidadãos residem em áreas urbanas, e 33.565 em áreas rurais. (IBGE, 2010).

O município conta com uma agricultura bem diversificada, destacando-se o fumo, o pêssego, o feijão e o milho. Por sua vez, a pecuária possui um expressivo rebanho de corte e de leite. No município, a criação de gado abrange áreas de relevo mais suave, divididas pelas grandes e pequenas propriedades, estas últimas também denominadas como pecuária familiar.

Segundo o IBGE (2006), Canguçu se destaca pelo seu elevado número de estabelecimentos rurais, sendo que são 9.881 estabelecimentos, com área média de 16 ha, o que o faz ser conhecido como o município com maior quantidade de minifúndios da América Latina e a Capital Nacional da Agricultura familiar (o que não significa dizer que se trata de uma situação igualitária de divisão de terras, pois ainda muitos têm pouco e poucos têm muito). Por outro lado, embora o PIB per capita municipal apresente crescimento positivo constante, representando para o ano de 2011 R\$ 11.734,51, este continua baixo se comparado ao de Camaquã e do Estado que representam, R\$ 17.784 e R\$ 24.562, respectivamente. (FEE, 2012).

A agricultura, diferente da criação de gado, localiza-se em áreas de relevo mais acidentado, sendo que a produção de maior destaque no município, em nível estadual, é o tabaco. Segundo o IBGE (2004), em 2004 foram produzidos 20900 toneladas (área de 9.500 ha), o que representa 4,33% da produção nacional, sendo o terceiro maior município produtor do país.

Cotrim (2003) distingue duas zonas agroecológicas no município de Canguçu. A primeira, localiza-se a noroeste do município e é formada por grandes colinas de

relevo que varia de suave a médio ondulado. Nestas se encontram áreas de grandes extensões de campo nativo, denominado por Cotrim (2003) como “zona de campo”. Ao norte, desta mesma zona, encontram-se algumas áreas formadas por morros e escarpas com altitude que pode chegar a 500 metros. Seguindo sempre ao norte, até o limite entre os municípios de Canguçu e Encruzilhada do Sul, encontra-se o rio Camaquã.

A segunda zona agroecológica, ainda segundo o autor, localiza-se ao leste e sul de Canguçu e é denominada como “zona de floresta”. Ao sul o relevo caracteriza-se pela forte ondulação com formação de cristas e escarpas com afloramento rochoso e altitude entre 100-200 metros, ao leste, no limite com Pelotas, o relevo apresenta ondulação média a forte com altitude de 100 metros, e no limite com São Lourenço do Sul e Cristal as áreas são com ondulação suave-média.

Destaca-se que as diferenças ecológicas e ambientais destas duas zonas imprimiram diversas formas de ocupação das mesmas, assim como o desenvolvimento de distintos sistemas de produção por parte dos agricultores que nestes municípios se inserem.

Foi possível observar, a partir desses dados, que tanto o rural de Camaquã quanto o de Canguçu apresentam características fundiárias distintas, quais sejam: por um lado, e mais presentes em Camaquã estão as grandes extensões de terras planas, também denominadas de fazendas, que demandam menos esforço físico, pois permitem a mecanização. Nestas, a estrutura social compreende um patrão (dono da fazenda) e alguns empregados rurais, operadores de máquinas e responsabilizam pelo trabalho braçal menos intenso, que se restitui em troca de salário. Por outro lado, e mais presentes em Canguçu, estão as pequenas extensões de terras montanhosas, de agricultura pouco mecanizada e, conseqüentemente, demandante de mão de obra intensiva. Para tanto, a estrutura social caracteriza-se como familiar, ou seja, os membros da família são proprietários e trabalhadores de suas terras. Apesar disso, não se pode afirmar que, nestas últimas, a divisão de tarefas e da renda seja mais justa, alguns estudos atestam, pelo contrário, que, pela renda e tarefas desempenhadas, alguns membros da família são prejudicados, com destaque para as mulheres e os jovens. (BRUMER, 2002).

Assim como observado pelo diagnóstico do PROINTER, fica claro também na descrição acima que Camaquã encontra-se em dinamismo e Canguçu em

estagnação, porém, é importante destacar que até então se analisaram apenas dados referentes ao setor econômico, estes não sendo suficientes para analisar o desenvolvimento na perspectiva a que se propõe este estudo.

Para dar suporte a esta análise, apresenta-se na tabela 2 o PIB per capita de Camaquã, Canguçu, Rio Grande do Sul e Brasil para o ano de 2011.

Tabela 2 - PIB per capita Camaquã, Canguçu, Rio Grande do Sul e Brasil para o ano de 2011

Municípios	PIB per capita (2011)
Camaquã	R\$ 17.784
Canguçu	R\$ 11.734,51
Rio Grande do Sul	R\$ 24.562
Brasil	R\$ 21.252

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (2012).

Como se observa na tabela 2, o PIB per capita de Canguçu diferencia-se significativamente do PIB per capita de Camaquã, do Brasil e, principalmente, do Rio Grande do Sul, dado este que confirma o “dinamismo econômico” de Camaquã, se comparado a Canguçu.

Porém, numa visão ampliada de desenvolvimento dir-se-ia que apenas o PIB per capita não é suficiente para medir o nível de desenvolvimento social de um município. Por este motivo traz-se aqui também o IDH de Camaquã, de Canguçu, do Rio Grande do Sul e do Brasil, os quais permitem medir, além do Produto Interno Bruto (PIB), outras duas dimensões, além da econômica, quais sejam: alfabetização e expectativa de vida. A tabela 3 expressa essas distintas realidades.

Tabela 3 - IDH de Camaquã, Canguçu, Rio Grande do Sul e Brasil para o ano 2000

Municípios	IDH em 2000*
Camaquã	0,76
Canguçu	0,74
Rio Grande do Sul	0,81
Brasil	0,77

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2012).

* O IDH classifica-se como: até 0,499 baixo, de 0,500 a 0,799 médio e mais alto que 0,800 alto.

Mesmo que não hajam dados mais atuais referentes ao IDH dos municípios analisados, observa-se na tabela 3 que para o ano 2000 o IDH de Camaquã é semelhante ao de Canguçu, dado este que antecipa a informação de que a análise econômica não é suficiente para medir desenvolvimento em seu sentido amplo. Em

outras palavras, observa-se que uma análise limitada ao setor econômico não é capaz de medir indicadores importantes vinculados à qualidade de vida das populações.

Por esse motivo, este estudo tenta exercitar uma análise ampliada do desenvolvimento, que não se limita aos fatores econômicos. Para tanto, foi necessário fazer uma imersão no campo de análise, na identificação das imaterialidades pela compreensão de elementos componentes da vida em sociedade que habitam o campo das interações, portanto, pertencentes às pessoas.

Complementando informações, buscou-se descrever as instituições e os participantes desta pesquisa, visto que se acredita que alguns elementos descritivos, tanto humanos como organizacionais, influenciam quando o assunto são as políticas, ações e serviços aos idosos rurais.

4.2 As instituições analisadas e os participantes da pesquisa

Cada país apresenta um arcabouço legal que se concretiza através de ações e serviços⁹ nas diversas instituições¹⁰ existentes, no sentido de prover os direitos básicos de sua população.

As instituições de Camaquã e Canguçu que fizeram parte desta pesquisa foram: as Secretarias Municipais da Administração, da Saúde, da Ação Social, do Transporte, da Educação, da Agricultura, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Em relação à localização, observou-se que todas essas instituições encontram-se instaladas na sede urbana dos municípios analisados, assim como a maioria atende tanto o público rural quanto o urbano, apenas a Secretaria Municipal da Agricultura, o STR e a EMATER atendem exclusivamente a população rural.

Em relação aos gestores¹¹ e prestadores de serviços¹² em Camaquã e Canguçu, entrevistaram-se 31 pessoas, sendo quatro das Secretarias Municipais da

⁹ Em relação aos serviços, estes são entendidos como o conjunto de ações desenvolvidas por terceiros em prol da sociedade, podendo ser públicos, privados ou ambos. As ações, por sua vez, dão corpo aos serviços. Como exemplo, citam-se os serviços do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que desenvolvem diferentes ações, dentre estas, a de auxiliar os agricultores no encaminhamento dos benefícios previdenciários.

¹⁰ As instituições são entendidas aqui como um conjunto de normas, valores e regras que influenciam o funcionamento da sociedade e diferenciam-se significativamente entre si e de um lugar para outro. (CONCEIÇÃO, 2002).

Administração, quatro da Agricultura, quatro da Saúde, quatro da Ação Social, quatro dos Transportes, quatro da Educação, quatro da EMATER e três dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Em relação à escolaridade dos gestores e prestadores de serviços em Camaquã, observou-se que quatro possuíam ensino superior completo, quatro ensino médio completo, seis ensino fundamental completo e dois ensino fundamental incompleto. Por sua vez, quatro destes estão há mais de 20 anos, sete estão de 10 a 20 anos, e o restante há menos de 10 anos.

Estes dados mostram baixa escolaridade dos gestores e prestadores de serviços¹³ aos idosos em Camaquã, assim como o tempo de trabalho superior a 10 anos da maioria destes nas instituições. Característica esta que pode ser positiva pelo fato de que o tempo de trabalho contribui para o acúmulo de experiência, mas, por outro lado, isso significa que não há renovação de quadros e entrada de pessoas mais capacitadas para assumir estes cargos.

Por sua vez, em relação à escolaridade dos gestores e prestadores de ações e serviços aos idosos rurais em Canguçu, observa-se que sete possuíam ensino superior completo, quatro ensino médio completo, três ensino fundamental completo e um ensino fundamental incompleto. Ao comparar a escolaridade dos entrevistados das instituições em Camaquã e Canguçu, observa-se que estes últimos têm maior escolaridade.

Em relação ao tempo de serviço nas instituições de Canguçu, dois prestadores de serviço participantes da pesquisa estão há mais de 20 anos, cinco de 10 a 20 anos, e o restante está há menos de 10 anos na instituição. Comparando os dados de Camaquã e Canguçu, observa-se que os últimos estão há menos tempo nas instituições, sendo que sete entrevistados estão há mais de 10 anos, diferente de Camaquã onde este número sobe para 11 entrevistados.

¹¹ O termo gestor surge a partir da autodenominação dos próprios entrevistados das secretarias municipais de Camaquã e Canguçu

¹² O termo “prestadores de serviço” surge a partir da autodenominação dos próprios entrevistados dos STRs e EMATER de Camaquã e Canguçu.

¹³ Em relação aos gestores e prestadores de serviços, destaca-se que durante a análise dos dados, serão citadas apenas as instituições e o município em que estes estão inseridos, no intuito de preservar a identidade dos mesmos.

A escolaridade mais elevada, se considerarmos a maior qualificação para o trabalho, (nesse caso com idosos), pode ser um indicador de qualidade do serviço prestado.

Também participaram desta pesquisa 16 idosos rurais, oito de Camaquã e oito de Canguçu. Em relação aos idosos de Camaquã, quatro pertencem à categoria de agricultores familiares, dois assentados rurais e dois empregados rurais.

Destaca-se que a categorização de todos os idosos participantes, quanto ao trabalho que desenvolvem e ao espaço que habitam, foi arbitrada para este estudo e elaborada a partir das diferentes realidades expressas pelos idosos rurais de Camaquã e Canguçu. Antecipa-se também que tanto Camaquã quanto Canguçu possuem características fundiárias distintas que permitem dividir os espaços rurais em: fazendas, caracterizadas pelas grandes extensões de terras planas; campos, pequenas extensões de terras montanhosas; e assentamentos, microáreas divididas e distribuídas pela reforma agrária. (COTRIM, 2003). Por sua vez, a população que reside nestes diferentes espaços também possui características distintas, o que faz com que os participantes da pesquisa denominem os empregados das fazendas como “empregados rurais”, os que moram no campo como “agricultores familiares” e a população que mora nos assentamentos de “assentados rurais”.

Porém, a autodenominação supracitada não exclui a possibilidade de haver características semelhantes entre uma categoria e outra, até porque os assentados rurais, além de assentados, também são agricultores familiares, porém, suas condições neste estudo os colocam mais no papel de assentados características que os distinguem das do agricultor familiar colonial.

Na tabela 4 é possível visualizar esta categorização, além de variáveis como idade, sexo e estado civil.

Tabela 4 – Perfil etário, de sexo, estado civil e categoria de trabalho dos idosos rurais participantes da pesquisa de Camaquã

	Perfil etário	Sexo	Estado civil	Categoria de trabalho
Idoso 1	67	Masculino	Casado	Empregado rural
Idoso 2	69	Feminino	Casada	Empregado rural
Idoso 3	76	Masculino	Casado	Agricultor familiar
Idoso 4	75	Feminino	Casado	Agricultor familiar
Idoso 5	64	Feminino	Viúva	Agricultor familiar
Idoso 6	85	Masculino	Viúvo	Agricultor familiar
Idoso 7	60	Feminino	Casado	Assentado rural
Idoso 8	61	Masculino	Casado	Assentado rural

Fonte: Tabela elaborada pela autora (C.T), Porto Alegre, 2014.

Como se observa na tabela 4, os idosos rurais de Camaquã participantes da pesquisa apresentam idade entre 60 e 85 anos, o que possibilita a análise da diferenciação entre mais velhos e mais novos. O grupo também contempla um número significativo de homens (quatro) e de mulheres (quatro), assim como a diferenciação do estado civil (seis casados e dois viúvos).

Ainda em relação aos idosos rurais deste município, observa-se que estes foram indicados por responsáveis pelos serviços das seguintes instituições: Secretaria Municipal da Ação Social (quatro idosos), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (três idosos) e Secretaria Municipal da Saúde (um idoso).

Em Canguçu, por sua vez, participaram sete idosos agricultores familiares e apenas um idoso assentado rural. A limitação destes últimos e a ausência de empregados rurais neste município justifica-se pelo fato de que Canguçu caracteriza-se como o município com maior número de minifúndios da América Latina, isso não significando que não haja fazendas, mas sim que o número destas é limitado, se comparado ao município de Camaquã. (COTRIM, 2003).

A tabela 5 mostra o perfil etário, de sexo, o estado civil e a categoria de trabalho dos idosos.

Tabela 5 – Perfil etário, sexo, estado civil e categoria de trabalho dos idosos rurais participantes da pesquisa de Canguçu

	Perfil etário	Sexo	Estado civil	Categoria
Idoso 1	60	Feminino	Casada	Assentado rural
Idoso 2	76	Feminino	Viúva	Agricultor familiar
Idoso 3	73	Feminino	Casada	Agricultor familiar
Idoso 4	72	Feminino	Namorando*	Agricultor familiar
Idoso 5	82	Masculino	Namorando	Agricultor familiar
Idoso 6	73	Masculino	Casado	Agricultor familiar
Idoso 7	63	Masculino	Namorando	Agricultor familiar
Idoso 8	60	Feminino	Namorando	Agricultor familiar

Fonte: Tabela elaborada pela autora, C.T, Porto Alegre, 2014.

Nota: Termo utilizado pelos próprios idosos de Canguçu.

Observa-se na tabela 5 que os idosos rurais de Canguçu participantes da pesquisa apresentam idade entre 60 e 82 anos, o que, assim como em Camaquã, possibilita a análise da diferenciação entre mais velhos e mais novos. Também neste município contou-se com um número maior de mulheres (cinco) e de idosos que denominaram estar “namorando” no período da pesquisa.

Por fim, destaca-se que os idosos rurais participantes da pesquisa, em Canguçu, foram indicados pelos gestores e prestadores de serviço do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Secretaria Municipal da Ação Social, Secretaria Municipal da Saúde e EMATER. A partir da caracterização dos municípios, das instituições e dos sujeitos da pesquisa, busca-se no próximo capítulo analisar o envelhecimento e as ações e serviços aos idosos rurais a partir de uma visão ampliada de desenvolvimento social, dando voz aos participantes.

5 ENVELHECIMENTO E VULNERABILIDADES DO RURAL DE CAMAQUÃ E CANGUÇU

Este capítulo busca analisar o envelhecimento e as ações e serviços oferecidos aos idosos rurais em Camaquã e Canguçu a partir de uma visão ampliada de desenvolvimento social. Constitui-se a partir dos dados coletados nos municípios para este estudo, sendo estes inéditos e indicando caminhos para a busca de compreensão do investimento (ou não investimento) local em ações e serviços aos idosos das áreas rurais estudadas.

5.1 Envelhecimento: evidências e percepções dos participantes da pesquisa

Como ponto de partida desta análise, destaca-se que a população idosa aumentou significativamente nos municípios de Camaquã e Canguçu, informação esta trazida pelos participantes da pesquisa e sustentada pelos dados do IBGE, onde se observa que houve um aumento da população idosa de 4,61% para 5,1% entre os anos de 2000 e 2010 nos municípios acima citados, respectivamente (IBGE, 2000, 2010). Os dados de 2000 e 2010 do IBGE também comprovam um aumento da expectativa de vida em Camaquã de 69 para 73 anos e, em Canguçu, de 69 para 75 anos.

Estes primeiros dados evidenciam que o “dinamismo” de Camaquã e a “estagnação” de Canguçu (considerando a análise de desenvolvimento nos limites econômicos) não representa maior desenvolvimento social, em sentido amplo, do primeiro em relação ao segundo. Se desenvolvimento social inclui a capacidade de as pessoas viverem mais e melhor, observa-se que em Canguçu vive-se mais do que em Camaquã. Isso não permite falar que a população vive melhor e/ou com maior qualidade de vida, mas permite afirmar que, se a expectativa de vida é um fator que contribui para o desenvolvimento em seu sentido amplo, Canguçu é mais desenvolvido que Camaquã.

Por sua vez, o envelhecimento demográfico nos espaços rurais de Camaquã e Canguçu também é observado pelos participantes da pesquisa quando estes citam que apenas “os velhos estão ficando na agricultura”. Abaixo algumas referências desse fenômeno através das falas dos participantes.

Percebemos que pelo êxodo rural os produtores são de mais idade, os filhos estudam e dificilmente voltam. Vão para a cidade em busca de melhores condições de emprego e renda. (Prestador de serviço da EMATER, Camaquã).

A população idosa no rural aumentou, porque os filhos crescem, vão trabalhar fora e os velhos ficam lá. Eles ganham aposentadoria e os demais que não ganham tem que sair para procurar emprego, porque não tem serviço lá no interior, eles vivem da agricultura e esta não consegue sustentar toda a família. (Gestor da Secretaria Municipal da Saúde, Canguçu).

Ao discorrer sobre os espaços rurais de Camaquã e Canguçu, os gestores e prestadores de serviços atestam que o êxodo rural, principalmente da população jovem, decorre da falta de oportunidade destes em relação ao emprego e renda. Este fator mais uma vez questiona o desenvolvimento social em seu sentido amplo nestes espaços, isso porque, nas áreas rurais de Camaquã e Canguçu, o grau de oportunidade de emprego e renda são reduzidos, o que faz com que a população tenha dificuldades visíveis para formular projetos para si e para sua descendência, colocando em risco a sustentabilidade da propriedade rural e da família.

O fenômeno do envelhecimento demográfico no rural vem ocorrendo há algum tempo não apenas nos municípios de Camaquã e Canguçu, mas em boa parte do rural brasileiro, consequência da descapitalização crescente desses espaços que impulsiona o aumento do êxodo. Segundo Abramovay, Camarano e Pinto (1997, p. 2), desde 1950 o rural brasileiro vem sendo ameaçado pelo êxodo, “a cada dez anos, um em cada dez brasileiros que vivem no rural opta pela emigração”, sendo que geralmente são os jovens que deixam o negócio familiar e buscam oportunidades mais promissoras de geração de renda, por não verem futuro na agricultura, o que gera um envelhecimento populacional que aumenta ainda mais com a queda da fecundidade, ocorrida nas últimas décadas.

Outro dado referente ao envelhecimento demográfico nos municípios em estudo é o de que, em Canguçu, a população idosa concentra-se nos espaços rurais, ou seja, 63 % dos idosos desse município residem no rural, diferente de Camaquã onde esta porcentagem se reduz para 15 %. (IBGE, 2010). Pode-se afirmar, a partir dos dados acima, que, em Canguçu, os idosos estão se mantendo mais no rural, o que pode ser um dos motivos que influenciam para que estes vivam mais. Certamente esta é uma hipótese merecedora de maiores estudos, até porque o fato de os idosos rurais de Canguçu estarem vivendo mais do que os de Camaquã

não significa que os primeiros estejam vivendo com qualidade, no entanto só o fato de serem mais longevos já é indicativo de fatores que favorecem a vida longa.

A característica de haver mais idosos nas áreas rurais de Canguçu do que Camaquã também leva a questionar a capacidade ou “in” capacidade produtiva desses espaços, isso porque, se o rural de Canguçu caracteriza-se pelo elevado número de idosos, estes supostamente produzem menos, já que se encontram, em sua maioria, na condição de aposentados ou pensionistas.

A partir da visão econômica, temos então dois rurais distintos: o produtivo e dinâmico de Camaquã e o (im)produtivo e estacionário de Canguçu, que comprovam os dados até então analisados pelo PROINTER (2008). Porém, olhando sob a perspectiva do desenvolvimento social ampliado, dir-se-ia o contrário, que Canguçu é mais desenvolvido do ponto de vista do envelhecimento demográfico, como já se observou anteriormente. E poder-se-ia elaborar a hipótese de que Canguçu cuida melhor dos seus velhos.

Dando continuidade à análise, destaca-se também, segundo gestores e prestadores de serviços, que o envelhecimento demográfico se diferencia de uma área rural para outra dentro dos próprios municípios. Para os entrevistados, nos assentamentos há um envelhecimento demográfico maior do que na agricultura familiar, isso porque nos primeiros os filhos não têm como permanecer com os pais, pois “a terra é pouca”, o que intensifica a falta de oportunidade de emprego e renda nesses espaços. Isso não significa que os filhos dos agricultores familiares não migrem para a cidade, “mas é mais fácil nestas áreas permanecer na família pelo menos um filho para dar continuidade à propriedade”, observaram os prestadores de serviço entrevistados de ambos os municípios.

As falas dos idosos agricultores familiares comprovam o exposto quando observam que:

Onde eu moro as pessoas são aposentadas e tudo é colônia, é tudo pequenas lavouras então eles se aposentam e já ficam em casa com a família e aquela lavoura já é dividida para os filhos, aí os filhos começam a plantar. Se tem uma colônia de 15, 16 ha e tem um filho ou dois, divide para os dois, aí já fica menor a plantação, outros ficam ali com os pais e outros vão para cidade, estudam, vão para a cidade trabalhar, a pessoa idosa fica ali, mas quase sempre fica um filho junto. (Idosa de Canguçu, 73 anos).

Por outro lado, nos assentamentos e fazendas a realidade é outra, citam os empregados e assentados rurais frases como: “Se eu tivesse alguém da família para morar estaria bom, mas aqui é só nós dois”, “Tudo está muito difícil, os filhos não podem ficar com nós, eles têm que trabalhar, vão para longe”. O sentimento de solidão e carência presentes nas falas dos idosos empregados e assentados rurais demonstra que o bem-estar dos idosos não se resume apenas aos bens materiais e as suas condições de vida, mas também às “situações” de exclusão, muitas vezes, em que estes se encontram.

Esta informação atesta a incapacidade da reprodução social principalmente nos assentamentos, mas não apenas nestes. Isso porque, também segundo os idosos participantes da pesquisa de Canguçu, na sua maioria agricultores familiares (7 dentre os 8 participantes), “Não há oportunidade para os jovens no rural”, intensificando a informação de que o problema da reprodução social é uma característica que compromete o futuro dos espaços rurais analisados como um todo.

Sintetizando, observa-se que o envelhecimento demográfico nas áreas rurais dos municípios de Camaquã e Canguçu é intensificado pelo êxodo da população jovem, assim como este é diverso nos diferentes espaços rurais. Não se visualizam, pelo menos a curto prazo, soluções capazes de frear essa realidade, como se verá ao longo desta tese.

5.2 No papel e na prática: as ações e serviços oferecidos (ou não) aos idosos rurais de Camaquã e Canguçu

Estas reflexões têm como objetivo analisar as ações e serviços que são oferecidos (ou não) aos idosos rurais de Camaquã e Canguçu a partir de uma visão ampliada de desenvolvimento social. Para dar conta desta proposta, destacaram-se como categorias analíticas: o trabalho; a habitação e condições materiais; a integração social e lazer; a educação; a saúde; a proteção social; a renda e a acessibilidade a bens e serviços (transporte). Assim se busca compreender não apenas as dinâmicas demográficas e produtivas, mas também a capacidade (ou não) de os indivíduos se reproduzirem social e fisicamente, seus valores, identidade cultural, grau de satisfação em relação às suas condições de existência, dentre outros aspectos pertencentes à esfera da imaterialidade.

5.2.1 *Habitação/condições materiais – conforto e vida digna*

Sabe-se que as condições de moradia influenciam na vida e no bem estar dos idosos. Segundo o IBGE (2002), a estrutura da habitação e a posse de alguns bens duráveis são fatores que contribuem para as condições de vida e de saúde, além de facilitarem a comunicação, o conforto e o bem-estar da população.

Nesse sentido, referindo-se à segunda Assembleia sobre Envelhecimento ocorrida em Madri, um dos objetivos foi chamar a atenção para a moradia e condição de vida em que se encontram os idosos em todo o mundo. Segundo o plano, nos países em desenvolvimento, os espaços urbanos, mais frequentemente, conseguem oferecer aos idosos condições adequadas de moradia e acesso a serviços, porém, no rural, grande número de pessoas estão envelhecendo na solidão e não mais no ambiente tradicional da família, assim como a pobreza rural impossibilita o idoso de viver em condições dignas. No rural muitas moradias ainda carecem de luz elétrica, instalações sanitárias, entre outros bens indispensáveis para esta etapa da vida. Além disso, “abandonados a seus próprios meios, com frequência não têm transporte adequado nem sistemas de apoio”. (ONU, 2002, p. 67).

Nesta mesma linha reflexiva e ainda segundo a ONU (2002), não basta que os idosos tenham acesso a uma moradia, mas estas devem estar adaptadas aos seus habitantes, além de atenderem as suas necessidades, apoiando a eliminação de obstáculos à mobilidade de acesso dos idosos.

Em relação ao direito de habitação no Brasil, o Estatuto do Idoso, Lei 10.741, Art 37. preconiza que,

O idoso tem direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada. (BRASIL, 2003).

Segundo esse Estatuto, na necessidade de instituições de longa permanência, a assistência integral será prestada pelo Estado quando verificada a inexistência do grupo familiar, ou carência de recursos financeiros próprios do idoso em questão.

Porém, em relação às condições de moradia no rural brasileiro, considerando a diversidade e especificidades regionais, observa-se que, por serem frequentemente mais pobres que as da população urbana, a população rural enfrenta maiores limitações materiais, sendo que estas têm impacto ainda maior quando se trata da população idosa.

Na região estudada, observou-se no município de Santana da Boa Vista (TONEZER, 2009) que, apesar das mudanças positivas ocorridas nas condições materiais de vida dos idosos rurais entrevistados, advindas do recebimento dos benefícios previdenciários, muitas habitações não possuíam luz elétrica, água encanada, e instalações sanitárias. Isso configura condições de vulnerabilidade, agravadas pelo que se considera “habitação inadequada a uma população envelhecida do ponto de vista de acesso a recursos como luz, água, esgotamento sanitário adequado, entre outros, além das adaptações necessárias às limitações provocadas, com frequência, por doenças crônicas ou mesmo por eventos próprios do envelhecimento físico.

Ao analisar os dados referentes aos municípios de Camaquã e Canguçu observou-se que essa realidade não é diferente, encontrando-se muitos casos de idosos rurais que necessitam de moradia, com destaque para aqueles que se encontram na condição de empregados rurais.

No que se refere às ações e serviços de habitação aos idosos nos espaços rurais de Camaquã e Canguçu, destaca-se que a questão que norteou a coleta de dados referente foi a seguinte: “Fale sobre as ações e os serviços habitacionais que são oferecidos aos idosos no município e como os idosos rurais são beneficiados”. O quadro 2 sintetiza algumas dessas informações.

Quadro 2 - Ações e serviços relativos à habitação/moradia oferecidos aos idosos nos municípios de Camaquã e Canguçu

Ações e serviços	Municípios	Descrição
Encaminhamento ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	Camaquã e Canguçu	O PNHR dispõe de subsídio federal para a construção, conclusão, reforma ou ampliação das moradias nas áreas rurais. O indivíduo solicitante necessita comprovar que é trabalhador (a) rural com renda familiar bruta anual de até R\$ 15.000,00. Todos os interessados necessitam fazer o pedido em uma Entidade Organizadora que avalia os pedidos por ordem de inscrição.
Pequenas construções e/ou reformas das moradias	Camaquã e Canguçu	Ação municipal que busca auxiliar nas pequenas construções e reformas das moradias das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade. Para os idosos, destacam-se as construções de “puxadinhos” ao lado da casa dos filhos e a construção ou adaptação de banheiros principalmente dentro da casa. O auxílio depende da disponibilidade das verbas municipais. Dá-se prioridade aos casos de maior vulnerabilidade, fator este avaliado por uma comissão organizadora em cada município.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, C.T, Porto Alegre, 2014.

Observou-se, em relação ao município de Canguçu, que quem encaminha as demandas do Programa Nacional de Habitação Rural é a Secretaria Municipal da Ação Social, diferente de Camaquã, onde o programa é encaminhado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Por sua vez, quem auxilia nas pequenas construções e reformas das moradias de famílias vulneráveis é a Secretaria Municipal da Ação Social de ambos os municípios analisados.

Segundo gestores e prestadores de serviços participantes, hoje o agricultor tem uma “ajuda boa” do governo para construir sua casa, porque o governo incentiva os agricultores a permanecerem na agricultura.

Por sua vez, os idosos não têm prioridade ao solicitar o PNHR, tanto em Camaquã quanto em Canguçu, dizem os entrevistados, “mas o programa impõe que todas as moradias sejam adaptadas aos idosos e deficientes”, observam eles, mesmo não havendo pessoas nessas condições no momento do pedido. Dentre as adaptações destacam-se as rampas, as portas maiores para cadeirantes e os corrimões nos banheiros e nas escadas.

Ainda em relação às ações e serviços habitacionais nos municípios analisados, foi possível observar que em Canguçu existe uma mobilização maior do que em Camaquã em auxiliar a população mais vulnerável nas reformas e construções das moradias. Segundo entrevistada da Secretaria Municipal da Ação

Social de Canguçu, “A gente nunca deixa uma família sem abrigo, tem vezes que nós próprios organizamos um mutirão para ajudar na construção da casa ou para fazer uma reforma”. Também observou-se nesse município uma preocupação particular com os idosos quando o assunto são as condições de moradia: “Se tiver um idoso precisando de um auxílio, aí a gente se preocupa ainda mais, porque para eles tudo é mais difícil, né?”.

Estas informações são confirmadas pelos idosos participantes da pesquisa em Canguçu quando citam que “a Secretaria da Ação Social dá uma boa assistência para os idosos, não os deixa morarem na rua”.

Em Camaquã, por sua vez, os gestores e prestadores de serviços com frequência observam a carência de verbas municipais para atender às populações “mais vulneráveis”. Segundo entrevistados das instituições desse município, “Se não há verba não há ação, o que faz com que parte da nossa população seja desassistida”. Tal característica questiona também o “dinamismo” econômico de Camaquã, isso porque, apesar deste município apresentar um elevado PIB per capita, que se aproxima-se de R\$ 18.000 anuais, na prática observam-se desigualdades que se manifestam em carências por ações e serviços sociais indispensáveis à população deste município.

Os participantes da pesquisa foram questionados sobre a existência ou não de idosos sem moradia nos municípios analisados, estes observando que são poucos os que não a possuem. Segundo entrevistados das instituições, os idosos geralmente “dedicam boa parte de suas vidas para construir suas casas, só os assentados não”, por isso é mais difícil encontrar um idoso que não tenha onde morar.

A importância atribuída à moradia pela maioria dos idosos participantes da pesquisa, e aqui mais especificamente dos pertencentes à categoria agricultor familiar, foi algo que chamou a atenção tanto em Camaquã quanto em Canguçu. Observa-se que ter uma casa própria, principalmente para os idosos agricultores familiares, é ter uma “identidade”. Mesmo morando próximo dos filhos, muitas vezes na mesma propriedade rural, eles preferem ter “um canto” que seja apenas deles, isso porque, ser dono de suas casas geralmente propicia uma maior independência, vista como fundamental para o bem-estar dos idosos. Em alguns casos, estes preferem abrir mão de certos confortos, para buscar maior liberdade em uma casa

mais modesta, característica também comum dos idosos rurais de outro município próximo, o de Santana da Boa Vista. (TONEZER, 2009).

Os idosos rurais agricultores familiares, por sua vez, estão há mais tempo morando nos municípios analisados, muitos nasceram lá, por este motivo criaram uma identidade de pertencimento ao lugar em que vivem. Esse aspecto responde pelos laços socioculturais e afetivos com o “lugar”. Analisando na perspectiva de Raynout (2006) são os valores imateriais que movimentam a vida. Observou-se que, ao pedir informações nos espaços rurais de Camaquã e Canguçu, os moradores costumam dar como referência um nome, “perto da casa de J...”, “após a casa de T...”, estes sendo geralmente idosos. A fala de uma idosa ilustra esta identidade cultural,

Para mim minha casa é meu canto, ter uma casa é ter uma identidade. Tendo um canto para morar é importante, não precisa ser um palácio, mas um lugar com um quarto, um banheiro, uma cozinha já tem um palácio. (Idosa Camaquã, 75 anos).

Porém, apesar de importante, “a casa não é tudo”, ou ainda “não é o mais importante”, “ter saúde é o mais importante”, citam eles. Observou-se que, mais vulneráveis a doenças e às perdas, os valores desses idosos se modificam conforme a idade vai avançando. Se antes era importante ter uma casa, uma terra para plantar, agora o mais importante é ter saúde, assim como “rezar para que as pessoas próximas também tenham saúde”. O medo de perder alguém próximo, da doença se sobressai nesse período da vida. Dessa forma é possível compreender que ter condições é importante, desde que as situações de vida lhes permitam continuarem saudáveis e acompanhados da família, dos amigos e dos vizinhos. A fala abaixo mostra que os vínculos são insubstituíveis:

Quando eu era jovem eu era muito seguro na realidade, mas hoje eu sou diferente, porque eu perdi minha mulher. Inclusive eu tenho lá na minha casa uma plaquinha de quando eu me casei, eu não tinha nada e estava até pagando aluguel para começar, e aí eu fui para Esteio e lá tinha umas casinhas para vender e eu comprei, naquela época eu só tinha vontade de ter uma casa. Aquilo parece que me ajudou a comprar a minha casa, aquela casinha é até parecida com a minha hoje, eu comprei para provar que eu podia ter uma família e uma casa. Mas o que me falta hoje não tem como repor, porque é a mulher que eu perdi. (Idoso de Camaquã, 85 anos).

Entender as “situações” de vida dos idosos rurais a partir de suas percepções permite pensar políticas, ações e serviços mais “adequados” as suas realidades, destacando que para muitos idosos de Camaquã e Canguçu, mais importante que ter uma casa e uma identidade é ter saúde e alguém com quem compartilhar a vida.

Observou-se também que a moradia, para os idosos rurais agricultores familiares, não se resume à casa, mas também ao que a rodeia, citando como exemplo a terra, a lavoura e a criação. A fala da idosa abaixo exemplifica o que foi exposto.

Casa da gente, onde a gente tá morando, eu acho que é muito bom, nós temos bastante criação, bastante galinha, bastante pinto, nós estamos criando, né? Um porquinho para comer, boi para lavar. O véio já mando lavar para plantar milho. (Mulher idosa de Canguçu, 72 anos).

A afirmação acima intensifica a necessidade de pensar os idosos rurais a partir de suas particularidades, isso porque moradia para estes não se resume à casa, mas também a sua extensão. Observa-se que esses idosos têm suas vidas ligadas à natureza, ou seja, o homem (ser humano) e a natureza (lavoura, criação) são inseparáveis. É comum, nas falas dos idosos, ouvirem-se afirmações como “Se a gente para de trabalhar, a gente adocece”, isso porque, assim como a natureza (humanizada) depende do ser humano (idoso rural), este também depende da natureza.

Ao se perguntar se os idosos participantes da pesquisa gostariam de morar na sede do município, todos atestaram que não, que gostam de morar “no interior”, que quando vão para a cidade desejam logo retornar para suas casas, pois “lá [referindo-se ao rural] se tem sossego”, característica esta que atesta o bem-estar dos idosos em relação ao local em que residem.

Nesse sentido, observou-se que as condições de moradia dos idosos são influenciadas pela renda. Segundo os prestadores de serviço de Camaquã e Canguçu, “Quanto mais o idoso ganha, melhor são as condições da sua moradia”. Este fator foi também observado em Santana da Boa Vista (TONEZER, 2009), onde muitos idosos rurais, após receberem os benefícios da previdência social, passaram a fazer melhorias em suas casas.

Por sua vez, também como consequência das condições de renda, os prestadores de serviço e gestores de Camaquã e Canguçu observaram que as

moradias dos idosos rurais destes municípios se diferenciam entre as categorias analisadas. Ou seja, as casas dos assentados rurais são padronizadas, “pois são oferecidas pela reforma agrária”, já as casas dos agricultores familiares geralmente “são maiores e melhores que as dos assentados e empregados rurais”. Por fim, as casas dos empregados rurais “geralmente são mais precárias, quando eles têm uma casa, porque alguns sequer têm”, observam os prestadores de serviço e gestores participantes da pesquisa.

Dando suporte a esta discussão, observou-se que muitos ex-empregados das fazendas são condenados à “miséria” e ao “abandono”, isso porque, após atingirem idades mais avançadas, são demitidos das fazendas não tendo onde morar, “enquanto eles trabalhavam nas fazendas, eles tinham aquele lugar garantido, mas quando eles não servem mais para trabalhar, os patrões não querem mais saber deles”, observam os participantes da pesquisa. Também, segundo estes, existem aqueles idosos que trabalhavam nas fazendas e que nunca tiveram a carteira de trabalho assinada, cujos filhos já não estão mais no município, “aí resta apenas o asilo, pois eles não têm onde morar nem como se sustentar”.

As condições citadas comprovam as difíceis situações em que se encontram muitos idosos, principalmente os empregados ou ex-empregados rurais, o que intensifica a necessidade de maiores estudos, principalmente no município de Camaquã que, como se sabe, apresenta um maior número de fazendas e assentamentos.

Sintetizando, observa-se que, apesar de o Brasil e, mais especificamente, a Política Nacional do Idoso (1994), incluir nos programas de assistência ao idoso formas de melhoria de condições de habitabilidade e adaptação de moradia, considerando seu estado físico e sua independência de locomoção, na prática, isso nem sempre é uma realidade, fator observado no rural de Camaquã e Canguçu, com destaque para os assentamentos rurais.

Necessita-se também incluir a estes dados o fato de que, no Brasil, 24,6 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência, sendo que, dentre estes, 17 milhões são idosos, não sabendo quantos destes residem em áreas rurais. (IBGE, 2010). Isso atesta também a invisibilidade desta população quando o assunto é vulnerabilidade biológica decorrente das deficiências adquiridas, estas mais frequentes na idade avançada.

Segundo o Instituto de Tecnologia Social (2008), por muito tempo, a visão da deficiência era vista como um problema individual, onde cada pessoa responsabilizava-se por “adaptar-se” à sociedade, porém, a partir da década de 1960, essa visão começou a mudar, sendo que a deficiência passou a ser entendida a partir daí como a interação dos indivíduos com o contexto em que vivem, cabendo à sociedade adaptar-se para acolher essas pessoas, promovendo condições de acesso para todos os cidadãos, sejam eles portadores de deficiência ou não.

Observa-se também que, atualmente, as políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil superaram a visão do chamado “modelo médico”, passando a adotar o chamado “modelo social”. (ITS, 2008). Para esta mudança de visão, destaca-se aqui a chamada Tecnologia Assistiva, ou ajudas técnicas, que se tornam extremamente relevantes, isso porque estas integram diversas áreas do conhecimento para auxiliar a vida das pessoas com deficiência. Essas tecnologias reduzem ou eliminam as limitações decorrentes das deficiências física, mental, visual e/ou auditiva, a fim de colaborar para a inclusão social das pessoas portadoras de deficiência e dos idosos. (ITS, 2008).

Porém, se na teoria existe a perspectiva de que a sociedade necessita adaptar-se para acolher as pessoas com deficiência, na prática isso nem sempre acontece. Os municípios de Camaquã e Canguçu, segundo os participantes, “não dispõem de condições adequadas para seus deficientes”, destacando que os ônibus dos espaços rurais que dão acesso à sede do município não são adaptados para cadeirantes. Outra característica também observada pelos participantes da pesquisa é que muitos idosos, mesmo não sendo cadeirantes, não conseguem subir em um ônibus por impossibilidade física tendo estes que pagar valores elevados de taxis para se deslocarem até a sede do município.

Nos espaços privados, por sua vez, uma pequena parcela da população dispõe do PNHR, que inclui na construção das casas as adaptações para deficientes, a maioria da população idosa encontra-se desassistida, invisível perante as instituições. Essa situação é confirmada nas falas dos prestadores de serviços e gestores, que, ao serem inquiridos sobre a existência de idosos com deficiência no rural, atestam que “não conhecem nenhum caso de idoso deficiente no rural, mas pode haver algum nestas condições que a gente não sabe”, complementam citando

que “muitos moram distante da sede e a gente não consegue ter acesso a todos, saber sobre todos”.

Analisando outros elementos, busca-se no tópico seguinte, pensar diferentes formas de integração social e lazer como direito dos idosos, e como estes se concretizam em ações e serviços nas áreas rurais de Camaquã e Canguçu.

5.2.2 *Integração social e lazer – convívio e inclusão*

A integração social e o lazer são fatores que, assim como a habitação e as condições de moradia repercutem na saúde física e mental no envelhecimento. Segundo Sousa (2003), o isolamento social pode provocar o aparecimento da angústia e da solidão, tão frequente no idoso quando este se afasta, ou é afastado das outras pessoas de convívio.

Para dar suporte a esta discussão, destacam-se os Planos de Ação de Viena e Madri que preconizam que a última etapa da vida demanda condições de estabilidade econômica e pessoal, através de uma ativa participação na vida familiar e social. No âmbito da família, segundo o Plano de Madri, os vínculos intergeracionais são muito importantes, mesmo com toda mobilidade geográfica da vida contemporânea, a grande maioria das pessoas de todas as culturas mantêm estreitas relações com seus familiares por toda a vida.

No Brasil, por sua vez, a Política Nacional do Idoso destaca a responsabilização da família, da sociedade e do estado no dever de assegurar aos idosos sua participação na comunidade. (BRASIL, 1994). Porém, observa-se que no rural a integração social e o lazer são prejudicados pelo isolamento, isso porque, se por um lado as relações de vizinhança se acentuam como estratégias de sobrevivência e relacionais, por outro existem idosos totalmente isolados, longe dos serviços e da sociedade. (TONEZER, 2009).

Pinto et al. (2006), ao citar as relações sociais no rural brasileiro, sugerem que estas se dividem entre formais e informais. As primeiras, segundo os autores, provem das instituições da comunidade, igrejas, serviços governamentais e serviços privados e, as segundas, são compostas por todos os indivíduos e suas ligações com quem se tem uma relação familiar mais próxima ou envolvimento afetivo, como a família, amigos, vizinhos e a comunidade. Os autores ainda observam que as

segundas são mais intensas, isso porque as relações formais são prejudicadas pelo acesso e mobilidade dificultados no rural. As moradias geralmente são mais distantes umas das outras, assim como se distanciam da sede da comunidade e do centro da cidade, o que atesta o direcionamento predominantemente urbano das ações vinculadas às políticas públicas.

Confirmando os dados citados, observou-se que em Santana da Boa Vista a participação em eventos sociais pelos idosos rurais geralmente está vinculada à religião, estes organizados pela própria comunidade, o poder público, por sua vez, não se envolve nesses eventos. (TONEZER, 2009).

Alcântara (2009), também, ao falar sobre formas de socialização em Santana da Boa Vista, focalizando aspectos relacionados à saúde, cita que, ao serem inqueridos sobre os motivos desses idosos não participarem de associações ou grupos, estes mencionaram que inexistem opções próximas às suas moradias e o deslocamento até a cidade torna difícil a acessibilidade em razão da falta de transporte e das implicações financeiras.

Em Camaquã e Canguçu, por sua vez, esta realidade não é diferente, isso porque, se existe integração social e lazer entre os idosos rurais, estes são resultado das estratégias criadas pelos próprios idosos, que, em sua maioria, se encontram desassistidos pelas instituições analisadas. Dado confirmado pela fala dos idosos dos grupos focais dos municípios analisados,

Divertimento é péssimo, só alguns aniversários quando somos convidados, nem festas na comunidade não estão saindo mais. Lá na minha comunidade não tem nada, nada para a gente se divertir, só indo num vizinho pra gente se distrair. (Idosa de Camaquã, 60 anos).

Não tem nenhum divertimento na minha comunidade, lá não tem mesmo, se a gente quer vim numa festa, numa atividade, só aqui na cidade e não temos condução também, aí dependemos de taxi, aí sai muito caro para a gente, então dificilmente a gente vem. (Idosa de Canguçu, 76 anos).

Ao se analisarem as ações e serviços de integração social e lazer aos idosos em Camaquã e Canguçu, destaca-se que a questão que norteou a geração de informações desta natureza foi: Quais são as ações e serviços que possibilitam a integração social e o lazer dos idosos, e como os idosos rurais se beneficiam?

Em relação aos gestores e prestadores de serviço participantes da pesquisa, estes citam que as atividades que promovem tanto integração social quanto lazer

aos idosos nesses municípios são os Grupos de Idosos, porém a população rural dificilmente tem acesso. Em termos numéricos observou-se que dos 9.865 idosos de Camaquã 240 participam, destes, sendo apenas três rurais. Em Canguçu, por sua vez, dos 9.987 idosos, 340 participam dos Grupos, sendo 60 rurais.

A pouca adesão dos idosos rurais aos Grupos de Idosos, segundo participantes é consequência do local em que estes são oferecidos. Em Camaquã localizam-se todos na sede do município e em Canguçu apenas um é oferecido em uma comunidade rural, os demais também se localizam na sede. Nas figuras 8 e 9 é possível visualizar o Grupo de Idosos de Camaquã em um baile do rei e da rainha.

Figura 8 - “Somos velhos, mas jovens de espírito” Mulheres, antes só do que...! nos bailes da vida



Fonte: Pesquisa de campo, fotografia, C.T, Camaquã, 2012.

Figura 9 - Sonhar é preciso - reis e rainhas reconstituem um imaginário de beleza no baile dos idosos em Camaquã



Fonte: Pesquisa de campo, fotografia, C.T, Camaquã, 2012.

Ainda em relação aos Grupos de Idosos, os gestores e prestadores de serviço observam o quanto estes são importantes à geração idosa. A fala abaixo ilustra essa valorização:

Eu vejo que os idosos que participam dos nossos Grupos encaram o processo de envelhecimento como algo natural, não como algo ruim, que possa deixá-los mais debilitados. O convívio com os demais, da mesma faixa etária, faz com que esse processo não seja tão pesado para eles, porque eles dividem a experiência de serem idosos com outros idosos e isso é muito importante para eles. (Gestora da Secretaria Municipal da Ação Social, Canguçu).

Os gestores e prestadores de serviço de Canguçu também salientaram que os Grupos que são oferecidos na sede deste município são pensados de forma diferente do Grupo oferecido na comunidade rural. Segundo estes entrevistados, os idosos rurais têm mais dificuldade de coordenação, não se adaptam muito aos cursos de artesanato, gostam mais das atividades físicas, das brincadeiras, das “atividades mais lúdicas”. Ainda observam que, na cidade, os idosos são mais abertos às discussões, isso porque no rural “existem ainda muitos tabus”, onde os próprios idosos rurais criticam a participação nos Grupos, “porque é feio um idoso

participar do grupo”, “porque tem uma idosa que tá rebolando lá no meio do salão e é feio”.

A maneira negativa com que alguns idosos percebem estes Grupos retrata os valores e costumes particulares das comunidades rurais analisadas, que são expressos nas falas e interações no grupo focal.

Por sua vez, os idosos rurais participantes da pesquisa e que compuseram os Grupos de Idosos destacam sua importância. Segundo estes, os grupos são “tudo de bom”, “nos fazem esquecer de tudo”, “se tem dor passa”, também observam que no grupo eles têm a oportunidade de rever amigos e de “se distrair, porque ficar só em casa cansa”. Essas percepções, por sua vez, questionam o “pré” conceito daqueles idosos que visualizam os grupos de forma negativa, isso porque pressupõe-se que estes não conhecem os Grupos, muito provavelmente apenas “ouvem falar”, porém é mais fácil criticá-los do que sentir-se excluído. Em outras palavras, é melhor criar uma imagem negativa do que não se pode ter, do que suportar o sentimento de exclusão quando se observa que uns têm [acesso aos Grupos] e outros não.

Para fazer frente à carência por ações e serviços de integração social e lazer “formal”, esses idosos buscam na igreja, nos vizinhos, na “bodega” e principalmente no trabalho formas de se integrarem socialmente e “passarem o tempo”. Em relação aos vizinhos, estes desempenham diferentes funções na vida desses idosos, podendo-se afirmar que são estes que oferecem os primeiros auxílios na busca por estratégias que suprem a carência das ações e serviços oferecidos pelas instituições, o que se observou também no estudo em Santana da Boa Vista. (TONEZER, 2009).

As igrejas também são importantes nos espaços rurais analisados, porém, segundo entrevistados das instituições, estas atuam de forma diferente nas áreas de predomínio da agricultura familiar e nos assentamentos, isso porque, nas comunidades onde predomina a agricultura familiar, a igreja católica tem a função de integrar através de festas e encontros “os agricultores familiares que se reúnem mais em festas nas comunidades. Eles se articulam na própria comunidade, através da igreja”, observa prestadora de serviço da Secretaria Municipal de Ação Social de Canguçu. Por sua vez nos assentamentos, além da limitação das ações e serviços oferecidos pelas instituições dos municípios, “eles [referindo-se aos assentados

rurais] têm dificuldade de se integrar socialmente pela diversidade cultural caracterizada nesses espaços”, o que atesta mais uma vez a maior vulnerabilidade dos idosos assentados rurais se comparados com os agricultores familiares. Abaixo, uma fala exemplifica a afirmação acima.

Por exemplo, de repente apareceu uma quantidade grande de religiões lá no assentamento, quando tinha uma ou duas igrejas eles ficavam juntos e agora acaba dividindo muito eles, aí eles não sabem mais para que igreja ir. Esses dias eu estava olhando, vem pastor de tudo o que é lado nos assentamentos, aí eles ficam os coitados numa confusão e parece que assim. Eles perdem a identificação de conjunto. Nos assentamentos também como não existe um salão comunitário, uma associação comunitária independente da religião eles acabam indo nessas igrejas, o que perde aquele sentido de grupo porque às vezes as diferentes religiões separam as pessoas. (Secretaria Municipal da Ação Social, Canguçu).

Dando continuidade a esta análise, observou-se também que, assim como os vizinhos e a igreja, o trabalho é citado pelos participantes como uma forma de integração social e lazer no rural nos municípios de Camaquã e Canguçu:

Eu já vi que os idosos rurais continuam trabalhando, cuidam de uma horta, cuidam dos bichos, eles não param, só se estiver impossibilitado por problema de saúde, mas na cidade, quando a pessoa se aposenta ela para e para, se não procura um serviço de convivência ele passa a não ter nem vida social. E na zona rural ele sempre continua fazendo uma atividade. (Prestadora de serviço da Secretaria Municipal da Ação Social, Camaquã).

Idosos deste município confirmam esta afirmação.

O meu lazer é a minha propriedade, eu gosto de cuidar dos meus bichos, da minha horta, isso aí eu faço pra me distrair. (Homem idoso de Camaquã, 76 anos).

Eu pra me divertir? Eu trabalho [risos]. (Homem idoso de Camaquã, 67 anos).

As manifestações acima permitem observar que, mesmo aposentados por idade, muitos idosos rurais continuam trabalhando. Por sua vez, o trabalho ganha um novo significado quando o idoso se aposenta, pois se antes plantavam e criavam para garantir a sobrevivência, após se aposentarem, trabalham para “ajudar” nas despesas da casa, para passar o tempo e/ou, para terem saúde, como também foi observado em Tonezer (2009).

Sintetizando, observou-se que as ações e serviços oferecidos pelas instituições, que levam em conta a integração social e o lazer dos idosos rurais nos municípios de Camaquã e Canguçu são quase inexistentes, porém os idosos não referiram falta destes. Essa característica pode ser compreendida através dos estudos em Santana da Boa Vista (TONEZER, 2009), onde se observou que, apesar das condições materiais dos idosos rurais serem limitadas, estes se mostravam satisfeitos com o que tinham, muito em consequência de a aquisição de bens materiais ter sido limitada durante toda a sua vida. A autora complementa que o “nível de satisfação” varia de indivíduo para indivíduo e é influenciado pelo meio em que se vive, fator este que auxilia na compreensão da situação de vida dos idosos rurais de Camaquã e Canguçu.

Assim, percebeu-se que, são poucas as iniciativas das instituições analisadas em Camaquã e Canguçu que estimulam a concretização de redes comunitárias capazes de dar conta da realidade rural. Essa condição é justificada, muitas vezes, pela inexistência de serviços ou pelo difícil acesso aos mesmos com visível prioridade urbana.

5.2.3 Educação – Valorização e potencialidades

Ao analisar a educação e a influência na vida dos idosos rurais, observa-se que, no Brasil, o estatuto do idoso Lei. 10.741, Art. 20, preconiza que, "O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade". (BRASIL, 2003).

Porém, mesmo que o Estatuto do Idoso, e também a Constituição Federal do Brasil de 1988 preconize que todos os cidadãos têm direito à educação, independente de idade, a realidade brasileira mostra inconsistências. Pensa-se que falar em educação para idosos em uma sociedade capitalista é sempre um problema, considerando que a condição de trabalhador está à frente da condição de cidadão, excluindo assim faixas etárias extremas, pois estas, teoricamente, não interessam ao sistema produtivo. Como exemplo desta exclusão, cita-se o EJA (Educação de Jovens e Adultos), inserida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que se destina apenas aos jovens e adultos “trabalhadores”, assim, quem não está nessa categoria é excluído do programa. (BRASIL, 1996). Para

Ramos (2001), o que explica essa exclusão é que ex-trabalhadores não necessitam de formação, porque estes não irão contribuir para a sociedade capitalista, pois já estão aposentados.

Os números do IBGE (2007) mostram que no Brasil o analfabetismo atinge 14,4 milhões de pessoas com 15 anos ou mais e estas se concentram no rural e caracterizam-se pela idade elevada. Constatou-se essa condição no município de Santana da Boa Vista (TONEZER, 2009), onde se observou que, dos 30 idosos entrevistados, 20 eram analfabetos e nenhum idoso concluiu o ensino fundamental. O alto índice de analfabetismo dos idosos entrevistados era atribuído com frequência às dificuldades de acesso aos centros de ensino que enfrentaram quando jovens, ou pela necessidade da família em manter seus filhos em casa para ajudar nas atividades rurais e serviços domésticos. Observou-se também no estudo citado uma maior escolaridade entre os homens, o que confirma a desigualdade de acesso à educação do século XX, que privilegiava os homens em prejuízo das mulheres.

Morais (2007), ao estudar idosos rurais mais velhos do município de Encruzilhada do Sul – RS, afirma que a baixa escolaridade desses constitui-se em fator agravante das desigualdades, e dificulta o acompanhamento das transformações do mundo contemporâneo. A mesma autora, ao refletir sobre o cotidiano dos que vivem no rural brasileiro, cita como exemplo os avanços tecnológicos e agrícolas que ocorreram no século passado (XX), os quais os idosos tiveram que acompanhar, e adaptar-se à nova realidade. Essa defasagem escolar é produtora de exclusão.

Ao analisar a educação e a influência na vida dos idosos rurais de Camaquã e Canguçu, buscaram-se ações e serviços a partir dos olhares dos participantes da pesquisa.

Como destaque, tanto os gestores e prestadores de serviço quanto os idosos rurais citaram que existe um alto índice de analfabetismo entre os idosos desses municípios. Esta característica é confirmada pelos dados do IBGE (2010), onde se observa que 71,6% e 80,5 % dos idosos de Camaquã e Canguçu, respectivamente, não possuem nenhuma instrução ou possuem apenas o ensino fundamental incompleto.

Acrescenta-se ainda a dificuldade que idosos analfabetos e semianalfabetos apresentam quando buscam seus direitos. Segundo entrevistados, existe dificuldade

de comunicação entre os serviços e os idosos rurais, porque “muitos sequer sabem ler e escrever”, “não sabem nem o que perguntar”, isso considerando apenas os que “chegam” até as instituições. “Tem muitos que nem sabem dos seus direitos”, observa uma entrevistada da secretaria Municipal da Ação Social de Camaquã. Esta condição e as limitações decorrentes evidenciam a vulnerabilidade social dos idosos rurais de Camaquã e Canguçu.

Por sua vez, ao se perguntar aos prestadores de serviços e gestores se existem ações que incentivem a educação aos idosos rurais, estes citaram que tentaram levar o Projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para as áreas rurais, mas este não teve boa adesão, muito em consequência de que se destina apenas aos jovens e adultos “trabalhadores”, o que automaticamente exclui boa parte da população rural dos municípios analisados, na sua maioria aposentados por idade, e, por este motivo, formalmente “não trabalhadores”.

Outra ação citada no campo da educação foram os cursos de formação, oferecidos pelas Secretarias Municipais da Ação Social e da Agricultura, pela EMATER e pelos STRs, podendo ter acesso aos mesmos qualquer pessoa acima de 12 anos sem limite máximo de idade. Observou-se que os cursos são divididos em duas categorias distintas: os “de artesanato”, mais procurados pelas mulheres; e os “de produção agrícola”, que tanto homens quanto mulheres procuram.

Os cursos de artesanato são importantes na vida das mulheres rurais por proporcionarem renda, pois os produtos são vendidos nas feiras da região, garantindo renda extra para a família. Segundo entrevistado da Secretaria Municipal da Ação Social de Camaquã, “as mulheres rurais se sentem valorizadas por poderem ajudar e contribuir em casa, além disso, elas ficam mais sociáveis, humanas, solidárias quando participam dos cursos”.

Estudos como o de Heredia, Garcia e Garcia Jr. (1984) mostram que o “serviço” das mulheres nos espaços rurais, muitas vezes, não é percebido como “trabalho”, mas sim como ajuda. Esta condição também foi observada em Camaquã e Canguçu pelos prestadores de serviço. As mulheres rurais se sentem desvalorizadas em relação ao trabalho, pois muitas vezes não é reconhecido. Estes observam, ainda, que existem situações nas áreas rurais em que “a mulher trabalha muito, às vezes mais que o homem”, e na hora da comercialização “ela não vê nada”, situação essa que atesta a vulnerabilidade de gênero.

Diz Lopes (1996) ser a relação de serviço que constitui a identidade feminina no âmbito doméstico e institui os lugares no trabalho e o valor mercantil atribuído ao mesmo.

Citando Rogerat e Hirata, a autora afirma que são as relações sociais homem-mulher fora do trabalho que estruturam a divisão sexual do trabalho profissional. A base da argumentação, portanto, diz Lopes (1996), é a “adequação qualitativa”, “natural” das mulheres a certas atividades, as domésticas, por exemplo, consolidando uma espécie de identidade feminina materializada com a relação de serviço à família.

Diferente da renda proveniente do trabalho da lavoura e da criação, a comercialização do artesanato é feita pelas próprias mulheres, assim como estas são responsáveis pela renda proveniente. Dentre as categorias dos cursos “de artesanato” destacam-se os de bordados, corte e costura e reciclagem.

Por sua vez, em relação aos cursos de “produção agrícola”, observou-se que, diferente dos de “artesanato”, tanto homens quanto mulheres participam. Dentre as categorias destacam-se os de hortaliças, fruticultura, produção leiteira e de jardinagem. Ao perguntar sobre quem mais frequenta estes cursos – o homem ou a mulher - houve um consenso entre os prestadores de serviço e gestores de Camaquã e Canguçu de que ambos participam. Esta informação pode ser analisada em uma perspectiva de gênero quando se observa que as mulheres buscam tanto os cursos “de artesanato”, quanto “de produção agrícola”, em consequência da sua rotina diária no rural. Observa-se que estas trabalham tanto nos afazeres da casa (preparar o alimento para toda a família, cuidar dos filhos, limpar a casa), como da lavoura, o que reflete na busca por cursos também ligados à produção agrícola.

Ao perguntar aos gestores e prestadores de serviço se há uma boa adesão dos idosos a esses cursos, estes citam que não, observando que quem mais busca os cursos, de um modo geral, é a população mais jovem “geralmente na esperança de conseguir novas rendas”. Os idosos rurais participantes da pesquisa de ambos os municípios confirmam esta afirmação, observando que já fizeram vários cursos no passado, mas que agora não têm interesse, pois já estão com “idade avançada”, querem “descansar”, “aproveitar a vida de outra forma”, querem “sossego”.

Um fator importante também observado nos grupos focais com os idosos foi que estes questionaram a educação oferecida nas instituições “aos jovens”, isso

porque, “antigamente não tinha tantos cursos e todos sobreviviam igual”. As falas abaixo exemplificam esse olhar para as “novidades”:

Eu fiz muitos cursos, corte e costura, cabeleireira, culinária, essas coisas, mas na verdade eu não aproveitei nenhum dos que eu tirei, as coisas que eu fazia em casa para vender [referindo-se aos biscoitos caseiros] eu tirei da minha ideia, eu não tirei curso para fazer, naqueles cursos de culinária. Eu aprendi sozinha, alguma coisa eu aprendi de casa. Eu fui aprendendo, já sabia algumas coisas, olhando as vizinhas fazer eu me interessava e isso foi o meu ganha pão. (Mulher idosa de Canguçu, 60 anos).

Eu vejo os cursos como um problema [cursos de produção agrícola] porque tu vê uma coisa, hoje a pessoa antes de aprender trabalhar com os pais, vão lá nessas faculdades, quando voltam acham que o que eles plantam vale mais, porque eles têm que tirar o dinheiro dos cursos no que eles plantam, né? Mas pra que, se os pais ensinam igual em casa? Depois a gente reclama que o preço da comida aumenta, é a gente que complica as coisas, a gente não precisa estudar como se planta, a gente já sabe. (Homem idoso de Canguçu, Antônio).

Destaca-se, portanto, que os idosos valorizam o conhecimento passado de geração a geração como importante, e que muitas formas de educar para o trabalho nos dias atuais não levam mais em conta este conhecimento.

A importância dos “velhos” conhecimentos está sendo cada vez mais discutida nos estudos sobre Desenvolvimento Rural (PLOEG; LONG; BANKS, 2000, ELLIS, 2000), porém dificilmente os autores que trabalham sob essa perspectiva ressaltam os idosos como detentores deste conhecimento, que corre o risco de desaparecer com o tempo pela desvalorização.

A valorização das práticas na perspectiva da qualidade de vida tensiona a discussão sobre envelhecimento e desenvolvimento rural, uma vez que os idosos rurais conservam saberes e valores importantes, dentre estes os ligados à natureza, percebidos a partir de uma análise na perspectiva das imaterialidades, dando voz aos atores. Na memória e nos valores dos idosos rurais, os seres humanos não vivem sem a natureza, que “deve ser respeitada”, “preservada”. Observam eles:

O mundo só tá como tá porque as pessoas não respeitam mais a natureza, não sabem mais plantar um pé de milho sem veneno. As pessoas querem sempre mais, mas elas nem sabem bem o que elas querem, compram uma coisa depois jogam fora, compram outra coisa e depois jogam fora e tudo isso vai amontuando. (Mulher idosa de Canguçu, 60 anos).

Nessa perspectiva, sabe-se que a educação oferecida atualmente (nas escolas e por outras instituições em forma de cursos profissionalizantes) contribui para que os indivíduos insiram-se no mercado de trabalho e acompanhem as mudanças que estão ocorrendo na sociedade como um todo. No entanto, observou-se neste estudo que a educação, da maneira como está atualmente, não leva em conta os “velhos” conhecimentos, que até então se mantinham entre as gerações, o que resulta na separação entre o conhecimento “moderno” e o conhecimento prático, fruto da história das pessoas e comunidades, que são importantes, principalmente para garantir a sustentabilidade dos espaços rurais como espaço de vida e de produção saudável à vida. Neste sentido, questiona-se como conciliar a ciência e os saberes dos idosos a partir do conhecimento antigo, destacando em relação aos primeiros as chamadas novas tecnologias (com destaque atualmente para as de informação) e, dos segundos, o valor que os idosos atribuem principalmente à relação com a natureza, incluindo assim elementos para pensar desenvolvimento a partir dos atores, de seus saberes, valores e práticas.

Observa-se que as sociedades, ao longo do tempo, têm passado por diferentes etapas num processo evolutivo que se tem acompanhado de diferentes revoluções tecnológicas: agrícola, industrial, pós-industrial e da informação. Esses processos de transformação constante produzem mudanças em vários níveis: na organização da sociedade; no trabalho; nas relações e comunicações interpessoais; nos processos de ensino e aprendizagem. (SUZEL, 2010). Porém, segundo a ONU (2002), um dos grandes problemas da velhice, hoje, é o grande número de pessoas idosas com baixa ou nenhuma escolaridade. Essa condição, por sua vez, limita a capacidade dos idosos a “ganharem a vida”, constituindo, portanto, um obstáculo para gozar de saúde e bem-estar. Frente a esta realidade, o Plano de Madri recomenda que:

É preciso insistir no acesso de idosos às oportunidades de adquirir conhecimentos, educação e capacitação na força de trabalho. É frequente essas pessoas experimentarem mais dificuldades para se adaptar às mudanças tecnológicas e de organização que os mais jovens, particularmente quando se leva em conta o uso cada vez mais generalizado das tecnologias da informação. (ONU, 2002, p. 42).

Nesse sentido sugere também que se pensem maneiras para aproveitar o potencial e os conhecimentos de idosos na educação; permitir que estes atuem

como mentores, mediadores e conselheiros; incentivar atividades tradicionais e não tradicionais que levem em conta o conhecimento acumulado durante anos pelos idosos e incentivá-lo a realizar tarefas de voluntariado. (SUZEL, 2010).

Sabe-se que a sociedade de hoje passa por um processo constante de mudança, o que faz com que os indivíduos atribuam grande parte de sua vida à aprendizagem, de forma a responder a esses desafios. Para o autor acima citado, torna-se necessário adquirir uma série de capacidades para aprender uma série de conhecimentos e reaprender outros, em função das novas exigências sociais e dos novos conhecimentos que se vão construindo. Este novo modelo de sociedade sugere uma aprendizagem permanente e realizada de forma contínua, com o propósito de melhorar as qualificações, os conhecimentos e as atitudes. (SUZEL, 2010).

Ainda para Suzel (2010), a aprendizagem ao longo da vida pode considerar-se como um dos pilares básicos da cidadania ativa, tornando-se urgente aprofundar o conhecimento sobre novos contextos de aprendizagem e proporcionar os dispositivos adequados aos ritmos e disponibilidades dos cidadãos, reconhecendo que as competências também se adquirem em ambientes não formais.

Valorizando o potencial que os idosos guardam em suas memórias, entende-se como necessário “re” incluir os idosos rurais a partir do que eles sabem e gostam de fazer – destacando a transmissão de seus saberes e práticas. Nesse sentido, a educação permanente poderia ser incluída em toda e qualquer base institucional que se ocupe de desenvolver a sociedade, nesse caso, as diferentes gerações seriam pensadas em suas especificidades.

Na sequência, e reconhecendo as interações entre as categorias que elegemos para esta tese, discorre-se sobre saúde e as implicações com a velhice rural.

5.2.4 *A saúde, a vulnerabilidade geracional e as desigualdades espaciais*

A definição científica do que é saúde (limitada a uma abordagem biomédica e biologicista) é uma contribuição limitada para sua compreensão, por esse motivo, e para este estudo, traz-se os estudos de Gerhardt e Lopes (2008, p. 7) que definem saúde não como um estado de estabilidade, mas como “algo em constante

mudança, uma conquista da qual se depende, uma sucessão de compromissos com a realidade em direção ao bem-estar”.

Destaca-se que, no fenômeno do envelhecimento, a saúde é influenciada pela transição epidemiológica que acompanha as mudanças demográficas. Para Lima-Costa e Veras (2003), qualquer que seja o indicador de saúde analisado, haverá uma proporção maior de agravos e procedimentos médicos entre aqueles de mais de 60 anos, em comparação aos demais grupos etários, implicando maior utilização dos serviços de saúde e custos mais elevados. Ainda, segundo estes autores, “as doenças dos idosos são crônicas e múltiplas, perduram por vários anos e exigem acompanhamento constante, cuidados permanentes, medicação contínua e exames periódicos” (p. 700). Esses motivos implicam em tensionamentos específicos às políticas públicas de saúde.

Ao se trazer um breve histórico das políticas de saúde no Brasil para confrontar com as informações coletadas a campo nos municípios de Camaquã e Canguçu, observa-se que, apesar do sistema de proteção social ter se expandido durante o governo do Presidente Getúlio Vargas (1930-45) e dos governos militares (1964-84), era fragmentado e muito desigual. (PAIM, 2011). Por sua vez, o sistema de saúde também seguia essas características, isso porque o oferecimento de serviços de saúde se dava por meio de institutos de aposentadoria e pensões divididos por categoria ocupacional, cada um com diferentes serviços e níveis de cobertura, porém, as pessoas com empregos esporádicos, tinham uma oferta inadequada desses serviços. (PAIM, 2011).

A partir da década de 70, mesmo durante o período militar, surge o movimento pela reforma sanitária brasileira, que passa a defender a saúde não como uma questão exclusivamente biológica a ser resolvida pelos serviços médicos, mas sim como uma questão social e política. Criado em 1976 o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) passa a organizar o movimento da reforma sanitária e, em 1979, formou-se a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO). Ambas propiciaram a base institucional para alavancar as reformas. De 1979 em diante foram realizadas também reuniões de técnicos e gestores municipais e, em 1980, constituiu-se o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). (PAIM, 2011).

Muito em decorrência destes movimentos, e com a Constituição de 1988, a saúde no Brasil passa a ser mais democrática. Um dos destaques foi a Reforma Sanitária que, proposta num momento de intensas mudanças, sempre pretendeu ser mais do que apenas uma reforma setorial. Almejava-se, desde sua criação, que pudesse servir à democracia e à consolidação da cidadania no País, por ser a realidade social, na década de oitenta, de exclusão da maior parte dos cidadãos do direito à saúde. (GALLO, et al., 1988).

Como observado, a saúde passou a receber maior destaque com a Constituição de 1988, onde se criou também o Sistema Único de Saúde. Este, por sua vez, vem aos poucos inserindo aspectos que dão conta da Promoção de Saúde que busca, através de uma Política Nacional, criar uma relação mútua entre essa área e desenvolvimento, conciliando os interesses não apenas econômicos, mas também os propósitos sociais de bem-estar para todos, trabalhando pela solidariedade e equidade social. (OMS, 1986). Mais do que isso, amplia-se o conceito de saúde a partir da construção de cidadania e da constituição de sujeitos, incorporando a participação e o controle social na gestão das políticas públicas. (BRASIL, 2002).

Ainda nesta direção, apesar de ser responsabilidade do estado, a saúde no Brasil baseia-se hoje em três formas de contratação de serviços: público, com serviços prestados pelo SUS, cuja cobertura é universal; planos de saúde privados pré-pagos por empresas, famílias e indivíduos; e contratação direta dos serviços pelos indivíduos. Porém, segundo Camarano e Pasinato (2004), essa divisão provoca um acesso desigual da população aos serviços de saúde.

Ainda em termos de Brasil, a Política Nacional de Saúde do Idoso (BRASIL, 1999) busca reafirmar os princípios do Sistema Único de Saúde, constantes na Lei nº 8.080/90 (BRASIL, 1990), quais sejam: a universalidade do acesso; a integralidade da atenção, a igualdade da atenção à saúde, a participação popular e o controle social. Esta política considera ainda que uma maior vulnerabilidade está ligada a aspectos socioeconômicos, referindo atenção especial aos grupos de idosos que estão envelhecendo em condições mais desfavoráveis, residentes principalmente nas periferias dos grandes centros urbanos e nas áreas rurais.

Sabe-se que a exclusão em saúde se constitui pela negação do direito de uma pessoa ou um grupo de satisfazer suas necessidades em saúde, podendo

adotar diferentes formas em função de fatores geográficos, culturais, econômicos e sociais. (OPS, 2003). Por sua vez, na América Latina, essa forma de exclusão está geralmente associada com a pobreza, o isolamento geográfico, a falta de acesso aos serviços públicos e baixo nível educacional. Assim, também, destaca-se que os idosos rurais estão entre os mais vulneráveis no processo de exclusão nesse sistema, em virtude de, além de apresentarem uma maior vulnerabilidade decorrente da idade, ainda enfrentam o problema da distância a que estão dos serviços de saúde, o que pode ser agravado em função do isolamento geográfico. (HINCK, 2004).

Nesta mesma linha reflexiva, Rogers (2000) observa que os idosos rurais brasileiros aparentemente são mais pobres que os urbanos, o que pode dificultar o acesso à saúde; no rural, também os serviços de saúde são mais reduzidos, com poucas alternativas disponíveis, além de menos acessíveis.

Estas informações são confirmadas ao se analisar a situação de vida e saúde dos idosos rurais de Camaquã e Canguçu, pois observou-se que muitos idosos não apenas são vítimas da vulnerabilidade individual/biológica (por serem mais suscetíveis às doenças do que a população adulta), mas também da vulnerabilidade social e programática/institucional (por se encontrarem desassistidos das ações e serviços de saúde).

Para dar suporte à análise referente à saúde, a questão que norteou a geração de informações foi a seguinte: Fale sobre as ações e os serviços de saúde aos idosos no município e como os idosos são beneficiados. O quadro 3 apresenta as ações e os serviços citados pelos participantes da pesquisa tanto em Camaquã quanto em Canguçu.

Quadro 3 - Ações e serviços de saúde oferecidos aos idosos nos municípios de Camaquã e Canguçu

Ações e serviços	Municípios	Descrição
Grupo de diabéticos e hipertensos	Camaquã e Canguçu	Em Camaquã quem participa desses grupos é apenas a população urbana e em Canguçu também a população de uma comunidade rural. Em ambos os municípios existe o oferecimento de pelo menos um grupo na sede urbana. Todos os idosos podem participar, porém, a distância e a dificuldade no deslocamento dos idosos rurais faz com que estes não participem.
Programa Saúde da Família (PSF)	Canguçu	Diferente das áreas urbanas que contam com três PSFs, o rural de Canguçu conta apenas com um. A escolha das áreas contempladas pelos PSFs deu-se pelo fato de que as três comunidades urbanas e a comunidade rural são mais próximas da sede do município, o que facilita a locomoção dos profissionais da saúde.
Unidade Básica de Saúde (UBS)	Camaquã e Canguçu	Não atingem as áreas mais distantes da sede de ambos os municípios. Oferece os serviços básicos de saúde, dentre eles, serviços médicos, odontológicos e de primeiros socorros.
Unidade Móvel de Saúde	Camaquã e Canguçu	São oferecidos serviços pela Unidade Móvel nas áreas mais distantes da sede dos municípios onde não há UBS. Deslocam-se às comunidades quinzenalmente e oferecem serviços profissionais de saúde como técnicos de enfermagem, médicos e em alguns casos dentistas.
Programas de Agentes Comunitários (PACS)	Camaquã	Surge em substituição aos antigos PSFs em áreas rurais e urbanas de Camaquã. Tem como objetivo prestar ações e serviços de orientação e prevenção à saúde. O fechamento dos PSFs em Camaquã justifica-se pela falta de verba do município no período desta pesquisa.
Atendimento médico no Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Camaquã e Canguçu	Contemplam a população apenas rural destes municípios. Resumem-se ao oferecimento de serviços médicos e odontológicos a um valor reduzido aos sócios.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, Porto Alegre, 2014.

Como se observa no quadro 3, as ações e os serviços de saúde aos idosos citados pelos participantes da pesquisa em Camaquã e Canguçu foram os Grupos de Diabéticos e Hipertensos, os PSFs, as UBSs, a Unidade Móvel de Saúde, o PACS e os atendimentos médicos do STR.

Em relação aos Grupos de Diabéticos e Hipertensos, estes “são demandados mais por pessoas acima de 60 anos, mas não apenas”. Em Camaquã são oferecidos apenas na sede do município e nenhum idoso rural participa: “não que eles não possam participar, mas é difícil eles saírem de lá do interior todas as semanas, deixarem os afazeres deles e virem até aqui [referindo-se à sede do município]”,

observa a entrevistada da Secretaria Municipal da Saúde de Camaquã. Em Canguçu, por sua vez, existem dois grupos, um na sede do município e um em uma comunidade rural.

A comunidade rural, que conta com um Grupo de Diabéticos e Hipertensos em Canguçu, denomina-se Faxinal. A escolha desta comunidade deu-se pelo fato de que esta apresenta um maior número de indivíduos, o que conseqüentemente resulta em um maior número de pessoas demandantes desta ação. Os gestores e prestadores de serviços de Canguçu destacam o quanto seria importante esses grupos serem oferecidos em todas as comunidades rurais, porém, segundo estes, Canguçu não tem verba e profissionais suficientes para atender toda a demanda. Situação que também justifica o não oferecimento desses Grupos nas áreas rurais de Camaquã, segundo gestores e prestadores de serviços deste município.

Estes Grupos são importantes para os idosos, pois, além de auxiliarem na doença (diabete e hipertensão), ainda possibilitam o convívio e as trocas de experiências de cuidado entre os participantes e um maior bem-estar, e a principal atividade é a ginástica. Porém, como se observou acima, a participação dos idosos rurais é limitada devido à localização em que os grupos são oferecidos e a pouca oferta destes, atestando a iniquidade, que se materializa através do predomínio urbano ao acesso às ações e serviços.

Por sua vez, apesar de o oferecimento dos Grupos de Diabéticos e Hipertensos serem limitados, Canguçu tem pelo menos um Grupo em uma comunidade rural, o que não acontece em Camaquã, que limita o oferecimento destes à sede do município, destacando mais uma vez que, Camaquã, apesar de dinâmico economicamente, não oferece diversidade de serviços na saúde dos idosos rurais.

A menor ou a não disponibilidade de ações e serviços aos idosos rurais em Camaquã também é observada quando se analisa os PSFs. Nesse município, segundo um gestor entrevistado, estes “eram oferecidos pela administração passada, mas agora não funcionam mais, pois não há verba”. Em Canguçu, por sua vez, existem quatro PSFs, três localizam-se na sede do município e um em uma comunidade rural, o que, mais uma vez, atesta o predomínio urbano do oferecimento de ações e serviços, destacando que, além dos principais serviços de saúde se localizarem na sede do município, os serviços com potencial estratégico de se

deslocarem ao rural, como os PSFs, também recebem mais atenção nas áreas urbanas.

Destaca-se a importância estratégica dos PSFs no rural, isso porque, além de deslocar médicos e enfermeiros para locais mais distantes da sede do município, estes ainda difundem orientações e informações à população através dos agentes comunitários de saúde. Segundo os prestadores de serviços e gestores dos municípios, a importância dos PSFs aumenta quando se observa a população idosa rural, isso porque muitos desses idosos se encontram em situações de abandono e negligência, como se irá observar no decorrer desta análise.

Ao discorrer sobre o Programa de Saúde da Família (PSF), observa-se que este foi criado em 1994, e desde então busca incorporar equipes compostas por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde. Importante também observar que este programa preconiza a necessidade de atenção especial aos idosos. (CAMARANO E PASINATO, 2004).

Para Camarano e Pasinato (2004) o Programa representa um avanço em termos de modelo de saúde, pois se baseia em medidas de prevenção, o que reduz os custos com saúde. Segundo essas autoras,

Os “presumidos” elevados custos de saúde da população idosa são, em parte, decorrentes do modelo de saúde adotado. Os custos de se financiar uma população idosa com uma alta incidência de doenças crônico-degenerativas serão muito maiores do que o de financiar uma população ativa e saudável. (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 278).

Frente a essas informações observa-se que as limitações do oferecimento deste programa em Canguçu e o não oferecimento em Camaquã atestam a vulnerabilidade programática/institucional em que se encontram os idosos analisados quando o assunto é saúde.

Observa-se que, em substituição aos PSFs, segundo prestadores de serviços de Camaquã, este município conta com os PACS, que apesar de se limitarem a uma equipe de agentes comunitários de saúde, desempenham função importante nas áreas rurais de ambos os municípios analisados, principalmente quando se trata dos idosos. Abaixo a fala de um gestor confirma o exposto.

Os agentes de saúde levam informação aos idosos rurais, sobre os médicos, onde eles devem procurar. Também orientam os idosos sobre a importância com a higiene, o banho. Muitos têm porco, galinha, cachorros, tem galinha que foi criada de tal forma que eles acham que a galinha é amiguinha deles. Há idosos que convivem tão próximos com os bichinhos que podem prejudicar a saúde, por falta de higiene, mas os bichinhos muitas vezes são a única companhia deles por dias seguidos. (Gestor da Secretaria Municipal da Saúde, Canguçu).

O entrevistado acima, além de ilustrar o papel dos agentes de saúde na transmissão de informações e orientações à população rural, ainda confirma que alguns idosos encontram-se isolados. Segundo outro gestor da Secretaria Municipal da Saúde de Camaquã, “muitos idosos rurais são carentes de carinho e atenção, muitos querem apenas um abraço dos nossos agentes, uma visita”.

O isolamento dos idosos rurais, por sua vez, é uma realidade não apenas do Brasil. Em estágio de doutorado realizado em Portugal nos meses de março a agosto de 2013, observou-se através de observação empírica a existência de um significativo isolamento social dos idosos rurais no Concelho de São Brás de Alportel (ver ANEXO B), dado confirmado pelos estudos de Reis et al (2010) na região do Algarve, na qual insere-se o Concelho analisado.

Assim como Fernandes (2007), considera-se o isolamento e o sentimento de solidão como um fator de risco ao qual se deveria dar maior atenção, destacando que o rural se encontra cada vez mais envelhecido devido ao êxodo da população mais jovem.

Analisando comparativamente as falas dos idosos participantes da pesquisa em Camaquã e Canguçu, foi possível observar que os primeiros referem sentirem-se mais isolados do que os segundos, este fator podendo associar-se ao fato de que, em Camaquã apenas 15% do total da população idosa reside nas áreas rurais, diferente de Canguçu onde mais da metade dos idosos do município permanece no rural (63%). (IBGE, 2010). Estas características levam a concluir que há um menor êxodo dos idosos rurais de Canguçu do que em Camaquã e, conseqüentemente, um menor isolamento populacional e menor sentimento de solidão, já que os vizinhos desempenham papel positivo em suas vidas, “os vizinho cuidam da gente”, característica esta também observada no estudo de Tonezer (2009).

Um dos fatores que pode estar contribuindo para a maior permanência dos idosos de Canguçu do que os de Camaquã nas áreas rurais é o maior número de

ações e serviços de saúde locais oferecidos pelo primeiro, diferente de Camaquã em que estes estão localizados, quase que exclusivamente, na sede urbana.

Outro exemplo que confirma a carência de ações e serviços de saúde no rural tanto de Camaquã quanto de Canguçu são as UBSs¹⁴. Segundo prestadores de serviços, muitos postos (Unidades) do interior encontram-se desativados ou contam apenas com uma Técnica de Enfermagem que, conforme a urgência, encaminha os pacientes para a UBS da sede do município, informação também confirmada pelos idosos.

Para fazer frente a esta carência, as Secretarias Municipais da Saúde de Camaquã e Canguçu oferecem às áreas rurais uma Unidade Móvel de Saúde que leva médicos e técnicos de enfermagem aos lugares mais distantes da sede, porém esta ação não consegue suprir toda a demanda da população rural, muitas vezes “deixando de ir em alguma comunidade”, ou “indo apenas uma vez por mês”, quando o objetivo para ambos os municípios, segundo entrevistados das instituições, “seria levar pelo menos quinzenalmente a UBS móvel a todas as comunidades que não têm um posto (Unidade) de saúde”.

Frente à carência de ações e serviços de saúde no rural de Camaquã e Canguçu, observa-se que os idosos necessitam deslocar-se até a sede urbana de seus municípios ou de outros municípios, com destaque para Pelotas, este contando com maior número de profissionais, profissionais mais qualificados e melhor infraestrutura, destacam os idosos.

Também, para fazer frente à carência dos serviços de saúde públicos, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Camaquã e Canguçu oferecem aos seus sócios consultas médicas com clínico geral, pagando por estas apenas uma taxa reduzida que equivale a 10% de uma consulta particular (o que significa aproximadamente R\$ 20,00). Apesar desta ação também se localizar na sede do município, segundo prestadores de serviço, “os serviços do STR são melhores se comparados com os do SUS”, justificando que “difícilmente as pessoas que procuram o Sindicato ficam sem consulta médica”, assim como “os médicos do STR dão mais atenção para os pacientes do que os médicos do SUS” (STR, Camaquã), informação confirmada pelos idosos.

¹⁴ Ao contrário dos PSFs, as UBSs centralizam suas ações nos Postos de Saúde, não limitam o atendimento a um determinado espaço, assim como não possuem agentes de saúde.

Outra informação importante trazida pelos idosos rurais, referente às ações e serviços de saúde dos STRs, é que, como quem busca estas ações e serviços é apenas a população rural, estes não competem com a população urbana na hora de conseguirem as fichas de atendimento. Segundo um entrevistado idoso de Canguçu: “Quem mora na cidade tem condições de chegar bem cedo no SUS, conseguem uma ficha melhor, né? Já nós chegamos aqui na cidade bem tarde, aí quando se chega não tem mais nada lá no posto”. Um idoso de Camaquã revela:

Os meios de saúde para quem mora lá fora [rural] é complicado, porque tu chega aqui [sede do município] e já esta lotado os postos de saúde, e aí a gente tem que ir embora mesmo, porque não tem mais ficha porque o ônibus chega na cidade 8 horas e já tem gente lá no posto desde as quatro horas. Eu mesmo cheguei para pegar um remédio, dei um jeito de chegar às 6 da manhã, mas já tinha gente desde as quatro esperando por remédio e médico, como tinha só dez fichas eu fiquei sem médico e sem nada, isso é injusto. (Idoso Camaquã, 85 anos).

As falas dos idosos comprovam mais uma vez a iniquidade no oferecimento de ações e serviços nas áreas rurais dos municípios analisados, esta entendida como “injustiça”.

Dando ênfase ao exposto, observou-se durante os grupos focais que a situação de carência por serviços de saúde nos municípios de Camaquã e Canguçu foi o tema mais citado pelos idosos. Ao pedir para que discorressem sobre suas vidas hoje, estes frequentemente traziam a saúde como principal meio para o bem-estar:

Como a I... estava falando, ter saúde é o mais importante. Mas a gente às vezes tem dificuldade né? Porque a gente é pobre, né? As vezes a gente vem pra Canguçu para consultar, chega aqui e não tem ficha mais, tem que ficar na casa de um conhecido, se a gente pode pagar um hotel tem que ir para um hotel, isso aí é dificultoso. (Idosa Canguçu, 76 anos).

A saúde é tudo para a gente, né? Se a gente tem boa saúde do resto a gente dá um jeito, porque quem não tem saúde não consegue trabalhar, não consegue ganhar seu dinheirinho, plantar suas comida, olha eu, não tenho mais saúde e não tenho mais nada. (Idoso Camaquã, 85 anos).

As falas dos idosos permitem observar o quanto é importante ter saúde para o bem-estar na velhice, porém observou-se que, apesar de importante, as ações e serviços de saúde públicos não são capazes de atender toda a população dos municípios analisados, deixando desassistidos muitos idosos, com destaque para os

do rural. Os estudos de Alcântara (2009) e Tonezer (2009) sobre idosos rurais de Santana da Boa Vista, assim como este estudo permitiram observar, a partir das falas dos idosos, problemas de saúde nunca diagnosticados pelos serviços de saúde, dentre eles destacando-se o que os idosos comumente chamam de “nervoso”: “ultimamente anda meio me dando um sufoco, quando eu trabalho, mas eu acho que eu ando é meio nervoso, porque eu gosto muito de trabalhar, né e quando eu não estou trabalhando eu fico assim meio mal”, cita idoso de Camaquã. Ao perguntar se este idoso buscou assistência médica para tratar destes sintomas, este observa que não. Também sintomas como tontura e sentimentos de tristeza foram citados pelos idosos de Camaquã e Canguçu, mas dificilmente compreendidos pelos mesmos como doenças possíveis de serem diagnosticadas e tratadas.

Destaca-se que a análise das percepções permitiu diagnosticar problemas próprios desse rural, ainda não diagnosticados pelo PROINTER (2008). Resta agora compreendê-los, assim como pensar políticas públicas mais inclusivas, que visem ao bem-estar desses idosos, afinal, são cidadãos de direitos.

Em relação ao sexo/gênero e às ações e serviços de saúde, ao perguntar aos prestadores de serviços entrevistados em Camaquã e Canguçu quem busca mais os serviços de saúde nestes municípios, homens ou mulheres, houve consenso de que são as mulheres. As falas mostram que,

Mulher sempre busca mais. Os homens procuram também, mas mulher muito mais. Hoje em dia a gente está procurando investir na saúde do homem no município também, na parte da orientação sobre câncer de próstata, exame de rotina, diabetes, colesterol, glicose. (Secretaria Municipal da Saúde, Camaquã).

A gente percebe que quem mais procura os serviços de saúde são as mulheres, elas se cuidam mais, por exemplo os exames de prevenção, elas fazem direitinho, os homens para fazer um exame da próstata é uma briga. (Secretaria Municipal da Saúde, Canguçu).

Segundo gestores e prestadores de serviços, a menor procura por serviços de saúde pelos homens pode ser um dos motivos que influencia no número maior de mulheres idosas do que homens nesses municípios. A feminização da velhice não é apenas uma característica de Camaquã e Canguçu, mas também do Rio Grande do Sul e do Brasil como um todo, confirma a tabela 6.

Tabela 6 – Porcentagem de mulheres e homens idosos em Camaquã, Canguçu, Rio Grande do Sul e Brasil para o ano de 2010

	Homens idosos (%)	Mulheres idosas (%)	Total da população (%)
Camaquã	6,8	8,9	15,7
Canguçu	8,4	10,3	18,7
Rio Grande do Sul	6,4	9,1	15,5
Brasil	5,4	6,9	1,3

Fonte: Tabela elaborada pela autora, Porto Alegre, 2014.

Ainda em relação às ações e serviços de saúde em Camaquã e Canguçu, os prestadores de serviço atestam que os idosos não têm prioridade no atendimento, comprovando o descumprimento dos direitos desta população que deveria ser prioridade quando o assunto são as ações e serviços de saúde.

Sintetizando, observa-se que os problemas enfrentados pelos idosos rurais na busca por ações e serviços de saúde são diversos, dentre eles destacando-se sua menor oferta, isso porque a maioria das instituições analisadas localiza-se nas sedes dos municípios.

Se analisados comparativamente, Camaquã e Canguçu, pode-se afirmar que, no que se refere às ações e serviços, este último oferece um maior número, o que não exclui as diversas limitações de ambos. Mais uma vez questiona-se o dinamismo econômico de Camaquã quando analisado a partir de uma visão ampliada de desenvolvimento social. Em outras palavras destaca-se que o maior dinamismo econômico de Camaquã em relação a Canguçu não evidencia maior desenvolvimento social.

Não se observou diferenciação no oferecimento de ações e serviços de saúde aos idosos nas diferentes categorias analisadas: agricultor familiar, assentado rural e empregado rural. Ou seja, os prestadores de serviço e gestores participantes da pesquisa demonstraram, apesar das limitações, preocupação em atender indistintamente todas as categorias. Característica confirmada pelos idosos participantes dos grupos focais, que generalizam as limitações das ações e serviços de saúde a todos as áreas rurais destes municípios.

Em termos gerais, seja no município de Camaquã ou em Canguçu, observa-se que existe uma grande distância entre o direito à saúde, estabelecido pela legislação nacional, e sua efetivação. Situação que se agrava quando são

analisadas as áreas rurais, que enfrentam não apenas o problema da escassez, mas também da acessibilidade. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios, por sua vez, buscam compensar parte desta “lacuna”, mesmo sabendo que no Brasil é papel do estado garantir o acesso à saúde aos idosos.

Dando suporte a esta discussão, Moraes (2007), ao estudar idosos mais velhos do município de Encruzilhada do Sul – RS (Brasil), também observou que as doenças apresentadas pelos idosos rurais podem ser diferentes das urbanas, em função das condições do ambiente, da falta de serviços de ajuda, e das características socioeconômicas. Ainda, segundo esta autora, os idosos do estudo enfrentavam dificuldade de acesso viário nas diversas épocas do ano, falta ou escassez de serviços de saúde itinerantes, e falta de infraestrutura, como energia elétrica, saneamento e meios de comunicação.

Também Alcântara (2009), ao analisar o acesso de idosos rurais a serviços de saúde no município de Santana da Boa Vista – RS, conclui que os principais motivos para não recorrerem a estes serviços, mesmo em caso de necessidade, estão relacionados aos recursos financeiros insuficientes, demora no atendimento, ausência de transporte, uso de automedicação e ausência de profissionais médicos. Destaca também que, como a maioria dos serviços de saúde encontram-se fora dos espaços rurais, o fator geográfico significa, muitas vezes, a impossibilidade de acessá-los sem opção de escolha, em razão da falta de transporte adequado e frequente.

As situações referidas reafirmam a realidade de uma população de idosos rurais que apresenta múltiplas vulnerabilidades quando o assunto é saúde, não se limitando a estas.

5.2.5 Proteção social e direito à vida sem violência

A partir da década de 1980 e, mais intensamente, na década de 1990, a problemática da violência adquiriu maior força nos debates políticos e sociais globais, sendo que neste período a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) passaram a desenvolver e estimular pesquisas internacionais sobre a temática da violência em seus mais diferentes

âmbitos de ocorrência, considerando as relações de poder nas quais se inscrevem. (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2008).

Segundo o Plano de Madri (ONU, 2002), focalizando os idosos, o abandono, os maus tratos e a violência podem ser tanto físicos, psicológicos, emocionais como financeiros e se reproduzem em todas as esferas sociais, econômicas, étnicas e geográficas.

É preciso considerar, por sua vez, que as violências contra idosos são agravadas pelo fato de que o processo de envelhecimento traz consigo redução da capacidade de se recuperar, assim, vítimas de maus tratos, estas pessoas talvez nunca cheguem a se esquecer da experiência sofrida. (ONU, 2002).

No Brasil, por sua vez, o Estatuto do idoso, lei 10.741, art 4º preconiza que nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de “negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão,” e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma de lei. (BRASIL, 2003). Porém, estudos mostram que, por medo ou vergonha, muitos são os idosos que sofrem calados algum tipo de agressão.

Nessa linha, segundo Cocco, Lopes e Peretto (2009), no cotidiano dos serviços, especificamente dos públicos, e na atenção básica de saúde, em particular, constata-se a precariedade ou ausência de registros de tais situações relativas aos atos de violência, e à falta de identificação do adoecimento delas decorrente, o que, conseqüentemente, compete para sua invisibilidade. As autoras estudaram a Metade Sul do Rio Grande do Sul e constataram as fragilidades de políticas e programas de atenção no que se refere às violências, em particular contra mulheres.

Siqueira (2007), por sua vez, ao analisar os resultados de uma pesquisa com 2.136 indivíduos do segmento idoso (pessoas com 60 anos ou mais) em espaços urbanos de 204 municípios pequenos, médios e grandes localizados nas cinco macrorregiões do país (Sudeste, Nordeste, Sul, Norte e Centro Oeste) aponta quatro fatores que interferem nas condições dos idosos em uma sociedade em processo de modernização, assim como ajuda entender os mitos e preconceitos em relação à velhice. São eles: o avanço da tecnologia científica que tornam obsoletos os conhecimentos e as aptidões das pessoas mais velhas; a urbanização e o êxodo dos jovens para as grandes cidades, que acarretam o distanciamento entre jovens

urbanos e suas famílias de origem rural; a educação intensiva, pelo qual o jovem torna-se mais capacitado do que os mais velhos; e a presença de tecnologias na saúde, representadas pela melhoria na nutrição e pelo advento de tecnologias curativas e de reabilitação.

No rural, por sua vez, pouco se fala sobre violência, sendo que, em relação aos serviços, além de raros, não dispõem de uma rede intersetorial de sustentação para apoio e encaminhamentos. (LEAL, 2009). Isso porque as delegacias especializadas para denúncia e responsabilização do poder público localizam-se, predominantemente, nos grandes centros urbanos.

Formas de violência contra idosos rurais, percebidas como abandono e solidão, foram descritas e discutidas por Alcântara (2009) e Tonezer (2009), que observaram em Santana da Boa Vista um elevado número de idosos vivendo sós, indicando a necessidade de políticas sociais de apoio, que se estendam às áreas rurais, considerando o isolamento geográfico, as particularidades e a relação dependência/independência dos idosos. Nesse sentido, diz Caldas (2003), o fato de morar só, para o idoso, tem sido associado a um decréscimo na qualidade de vida, agravamento da morbidade e indicador de risco de mortalidade.

No entanto, e os estudos acima mostram, muito em consequência do “vazio” de serviços e pelas dificuldades de acessar aos mesmos, a criação de redes de solidariedade entre familiares, vizinhos supre, muitas vezes, precariamente, o papel do Estado na assistência a estas populações.

Destaca-se também no rural o papel da mulher como cuidadora, em situações de doença, seja dos filhos, netos ou do marido. No entanto, não raro, estas referem que “não tem ninguém que se ocupe delas próprias” (LOPES, 1996). Como observado em Santana da Boa Vista (TONEZER, 2009), muitas mulheres moram sozinhas, o que se reflete em adição de inseguranças de levar a vida em situação de dependência física, por exemplo. No caso dos homens, muitos, dentre os estudados em Santana da Boa Vista, procuram o recasamento após enviuvarem, atestando a necessidade de “terem alguém para cuidar deles”. Esse comportamento de gênero influencia nas situações de maior vulnerabilidade individual social feminina.

Ao trazer esta questão para os municípios de Camaquã e Canguçu, observou-se que as instituições responsáveis pela proteção social dos idosos nesses municípios são as Secretarias Municipais da Ação Social através dos

Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Porém, esses Centros não se limitam ao atendimento de idosos, mas a toda população vulnerável, dentre elas destacando-se as crianças e os adolescentes. Em ambos os municípios também existem as delegacias de polícia municipais, porém, segundo gestores e prestadores de serviços, estas apenas registram a ocorrência nos casos de violência, após encaminham as vítimas ao CREAS.

Ao serem inquiridos sobre os tipos de violência praticados contra os idosos rurais, os gestores e prestadores de serviço dos municípios observaram que, dificilmente, no rural existem casos de idosos vítimas de violência física. Esta informação é confirmada pelos Boletins de Ocorrência de Camaquã e Canguçu, onde não se observaram registros de violência física contra idosos rurais nos anos de 2010 a 2012.

Isso, muito provavelmente, não significa que não exista violência nessas áreas, mas sim que o que “não é visto não é lembrado”, atestando a inconsistência dos “olhares” sobre a violência nos serviços e em particular da saúde, que ainda atestam a “impropriedade” de se considerar a violência um problema também da saúde. (LEAL, 2009). Por esses motivos, o estado se isenta de produzir ações a esta população e as prevê, ainda que precárias, apenas nos limites urbanos.

Diferente da “ausência” de violência física, outras formas de violência, como o abandono e a negligência foram seguidamente citadas pelos gestores e prestadores de serviços. “Caso de idosos rurais que sofrem violência física nunca atendi, mas negligência e abandono, sim, negligência e abandono, com certeza”, observa a entrevistada da Secretaria Municipal da Ação Social de Camaquã.

O abandono dos idosos rurais para esses gestores e servidores é consequência do êxodo dos jovens destes espaços, que buscam melhores oportunidades financeiras na cidade. Ainda, referente ao abandono, este se diferencia entre as diferentes categorias analisadas, isso porque, na agricultura familiar, muitos filhos, mesmo herdando parte da propriedade dos pais, deixam esta para trás, em busca de melhores condições na cidade. Nas fazendas, por sua vez, os filhos dos empregados rurais permanecem com os pais enquanto crianças, mas ao se tornarem independentes migram para os grandes centros em busca de novas e melhores oportunidades. Por sua vez, nos assentamentos rurais, a limitação dos pequenos lotes de terra conquistados pela reforma agrária, faz com que os filhos

não tenham outra alternativa além de migrar em busca de novas oportunidades, pois “a terra é pouca”, observam os entrevistados.

As situações referidas permitem observar que, diferente dos filhos dos assentados e empregados rurais que não têm outra alternativa, a não ser migrar em busca de novas oportunidades, os filhos dos agricultores familiares podem optar por permanecer na agricultura, o que torna essa categoria menos vulnerável, se comparada às primeiras, pois apresenta um maior grau de oportunidade de reprodução social.

Atualmente é possível observar através de dados secundários o potencial não apenas produtivo da agricultura familiar, mas também social, destacando-se a maior geração de emprego desta categoria, se comparada à agricultura não familiar. (BRASIL, 2006). Porém é importante ter em mente as diferentes características das diversas agriculturas familiares, neste estudo destacando a diferenciação entre a agricultura familiar colonial e a agricultura familiar nos assentamentos.

Em relação aos idosos rurais participantes desta pesquisa, estes confirmam que no rural estão ficando “só os velhos”, porém, diferente dos gestores e prestadores de serviços que visualizam a saída dos jovens como algo negativo, os idosos, pelo contrário, citam que ficam felizes com a saída de seus filhos, pois “na cidade eles têm mais oportunidades”. Por sua vez, ao perguntar se eles se sentem sozinhos ou abandonados, estes afirmam que não, justificando que “é melhor ter os filhos longe, mas bem, do que perto e passando dificuldade”.

Outro tipo de violência contra os idosos citada pelos gestores e prestadores de serviço dos municípios analisados foi a negligência. Segundo estes, em áreas rurais existem famílias que não se importam com seus idosos, não os auxiliam no controle dos medicamentos e na higiene pessoal. Também em relação à negligência, observou-se que os agentes de saúde desempenham papel importante na identificação deste problema e na orientação das famílias.

Cocco et al. (2012) ao descreverem o processo de trabalho dos agentes comunitários de saúde de um município da região Noroeste do Rio Grande do Sul observaram que esses profissionais atribuem grande importância ao diálogo, destacando que a característica de dar e receber é condição básica para a criação do vínculo que se constitui em premissa básica para a atuação na Saúde da Família. O estudo também trouxe como resultado a importância que os agentes atribuem ao

fato de fazerem parte da comunidade, ou seja, residirem na comunidade em que atuam, isso porque tendem a ter maior compreensão das condições culturais, crenças, comportamentos, significados de vida e formas de se expressar dos usuários. Estas características da atuação dos agentes são entendidas pelos usuários da comunidade e da família que demonstram reconhecimento e gratidão aos agentes. Quando o vínculo é forte, na execução do cuidado, o profissional assume lugar de membro da família na perspectiva do usuário; caso contrário se estabelece uma relação distante. (COCCO, et al. 2012).

Ainda sobre a violência contra idosos no rural de Camaquã e Canguçu, observou-se que falar sobre violência nos grupos focais com os idosos não foi uma tarefa fácil, isso porque estes nem sempre se sentiam à vontade sobre o tema. Por sua vez, dificilmente os idosos diziam sentirem-se vítimas de violência, mas facilmente falavam sobre a violência praticada contra um “conhecido”, “um vizinho”, um amigo.

Sim, existe bastante violência contra os idosos aqui. Isso aí é mais a aposentadoria que eles pegam e botam tudo fora [referindo-se aos filhos e netos]. (Homem idoso de Canguçu, 73 anos).

Os netos também tiram o dinheiro dos idosos e os idosos são muito maltratados, os netos vão junto receber e começam, vô eu quero isso, vô eu quero aquilo. Olha que o dinheiro faz muita coisa ruim. (Homem idoso de Canguçu, 82 anos).

Como se observa nas falas acima, a violência financeira (patrimonial) praticada contra os idosos é algo que chama a atenção destes, porém esta não foi citada pelos gestores e prestadores de serviço em nenhum momento da pesquisa. Apesar disso, a violência não se limita a lesões e a sua materialidade, mas afeta o íntimo, o imaterial, os sentimentos e promove o sofrimento psíquico e o desvalor. A desvalorização e a humilhação, por sua vez, também foram citadas pelos idosos.

[...] e a desvalorização, a humilhação? Velha capenga, velho fedorento, essas são apenas algumas das humilhações contra os idosos que os jovens costumam praticar. (Mulher idosa de Camaquã, 75 anos).

[...] velho não vale muito mesmo, os novos não dão muita atenção para os velhos e tu sabe que eu tenho visto por aí que o velho pobre então vale menos ainda, porque se o velho tem dinheiro a situação é outra, né? Aí todo mundo quer ficar com o velho. (Homem idoso de Camaquã, 76 anos).

Analisar a situação de vida dos idosos rurais de Camaquã e Canguçu a partir de suas percepções possibilitou compreender que a violência contra os idosos não se limita àquelas citadas pelas instituições analisadas (abandono e negligência), mais do que isso, violência para os idosos participantes ocorre no dia a dia, na ida para a cidade, nas relações geracionais, “só porque se é idoso”. A fala das idosas abaixo referem a violência experienciada.

Eu já me aconteceu várias vezes, não sei se é porque a gente é pobre, às vezes eu espero, espero na farmácia, aí porque chega dona fulana bem arrumada ela passa na frente. Eu até xinguei um farmacêutico, eu até disse para o meu esposo, vamos sair dessa farmácia porque tem outras, a gente fica esperando horas e não é atendido porque é pobre, porque é negro, não sei porquê. Aí eu disse para o rapaz: - Não, isso aí é falta de educação! Porque eu estava lá esperando, porque eu estava doente e estava esperando para ser atendida e ser discriminada daquele jeito? Porque eu era pobre e era negra e idosa? (Idosa de Canguçu, 72 anos).

Olha que os cobradores e os motoristas também não gostam de velho, a gente tá vendo agora. Porque eles não têm educação com a gente, em Pelotas esses velhos quase que jogam fora do ônibus por causa da passagem que não paga, teria que ter um jeito de trabalha com as pessoas, né? Um jeito de lidar com as pessoas, para fazer as coisas. Isso humilha a pessoa, isso aí nem com criança quase não se faz. (Idosa de Canguçu, 76 anos).

O fato de apenas os idosos visualizarem a exploração financeira e a humilhação como violência intensifica a evidência de que existe carência nas ações e serviços de proteção social aos idosos nos municípios estudados. Ao discorrerem sobre este tema, os gestores e prestadores de serviço das Secretarias Municipais da Ação Social observam que existem poucos funcionários nas Secretarias Municipais para atenderem um grande número de pessoas, o que “consequentemente inviabiliza a visualização de muitos problemas”. Outro fator de destaque é que nos municípios em análise não existe Conselho Municipal do Idoso, “não existindo um Conselho de Idoso não existe também um grupo de pessoas que se atenham às demandas dessa população”, destacam os entrevistados.

A compreensão da violência contra os idosos não é algo fácil de ser diagnosticada, implica entender quais elementos estão mobilizando os mesmos a declará-la ou não. Ou seja, pode haver situações que geram sentimentos de desprezo e humilhação para um idoso mas, como podem repercutir no meio mais

próximo, a família, por exemplo, são escondidas e o sofrimento não denunciado. É necessário, portanto, ter sensibilidade para enxergá-la e entender em quais situações estão apoiados os argumentos explicativos, ou as razões individuais para sua visibilidade ou não.

Houve referência ao “machismo” como um tipo de violência citada tanto pelos próprios idosos quanto pelos gestores e prestadores de serviço, este se materializando, segundo participantes, principalmente através da exploração da mão de obra feminina. Dizem eles:

As mulheres de lá fora [referindo-se aos espaços rurais] se queixam que fazem tudo, cuidam da casa, do filho e não são valorizadas pelo marido, o marido não enxerga o trabalho delas. Elas no interior têm que ir para a lavoura, cuidar da casa e ele só vai na lavoura, ao final quem administra o dinheiro é ele. (Secretaria Municipal da Ação Social, Camaquã).

Para entender este tipo de violência no rural, perguntou-se aos participantes idosos de Camaquã e Canguçu o que lhes vem à mente quando ouvem a palavra “homem”, sendo citados com frequência: a lavoura, o “serviço pesado”, o “serviço de fora”. Por sua vez, ao perguntar sobre a “mulher”, estes citam: a casa, o “serviço de dentro”, a comida, a limpeza, os filhos, o cuidado e também a lavoura. Cocco (2012), em uma análise das representações sociais da violência contra as mulheres rurais da Metade Sul, traz um quadro construído, o qual chamou de “epidemiologia da violência falada”, observando, na dimensão de gestores e profissionais, que a vida das mulheres rurais da área analisada é tensionada por aspectos culturais, sociais, familiares e religiosos do que significa “ser mulher”, constituindo conflitos e desafios na vida prática que, em meio aos avanços entre o novo e o conservador, atestam a permanência da dominação masculina.

Um fato interessante observado pelos participantes foi que, muitas vezes, as múltiplas funções da mulher no rural, quando mais jovens, acabam gerando vantagens para as mesmas quando idosas. Isso porque, como os próprios idosos observam, “quando se fica velho e doente não se trabalha mais na lavoura”, mas, por outro lado, as mulheres idosas continuam exercendo “sua função dentro de casa”, o que lhes permite continuarem ativas. O homem idoso, por sua vez, ao deixar de trabalhar na lavoura, passa a se sentir mais dependente da mulher, “menos importante”, “inútil” perante a família e a sociedade. Destaca-se, porém que

esta “condição feminina” não justifica a subordinação da mulher nos espaços rurais, que se manifestam nas suas mais variadas formas. É fato, no entanto, que essas peculiaridades do processo de sociabilização das mulheres e suas “atribuições culturais” funcionam como fatores de proteção na velhice. Ocupar-se do cuidado dos outros, da família entre outras atribuições, contribui para o sentimento de valorização e a autoestima das mulheres idosas. Essas dimensões da imaterialidade dos processos é que mantém os seres humanos em relação, e protagonistas na sociedade, quer seja familiar, ou na comunidade de convívio, produzindo bem-estar.

As reflexões até aqui atestam situações de vulnerabilidade e invisibilidade dos idosos no rural, com destaque para as mulheres, que são as maiores vítimas da violência, sustentada no machismo que persiste neste meio.

A imersão no campo nos permite avançar nas dimensões articulando essa diversidade de situações também na perspectiva produtiva em sua dimensão de renda e condições de sobrevivência.

5.2.6 *Renda e necessidades humanas básicas*

Apesar de não ser um fator exclusivo, a renda é importante para garantir o bem-estar de todas as faixas etárias, quando atende as necessidades humanas básicas, como saúde, alimentação, abrigo, sendo possível correlacionar satisfação financeira com a satisfação com a vida, de modo especial em nações mais pobres.

Segundo Camarano e Pasinato (2004), o acesso à renda pelos idosos é um dos determinantes importantes para sua qualidade de vida, isso porque, além de garantir o acesso a bens e serviços, possibilita ao idoso prestar ajuda às gerações mais jovens, o que lhes garante uma posição mais altruísta, e uma maior valorização perante a família e a sociedade. Situação também observada por Tonezer (2009) no estudo desenvolvido em Santana da Boa Vista.

No Brasil, quem deve garantir os principais benefícios à população idosa é a política de seguridade social. Esta se subdivide em previdência social, dirigida aos trabalhadores urbanos da iniciativa privada (Regime Geral de Previdência Social),

aos servidores públicos (Regime Próprio de Previdência Social), aos trabalhadores rurais e ao regime de assistência social¹⁵. (BELTRÃO et al., 2002).

Em relação ao histórico da previdência social, a primeira lei referente a mesma, no Brasil, data de 1923 (Lei Eloy Chaves). (BRUMER, 2002a). Esta previa a criação de Caixas de aposentadorias e pensões nas empresas ferroviárias existentes, sendo que cada empresa possuía uma Caixa destinada a amparar seus empregados na inatividade. Outra característica era a forma de administração, partilhada por empregadores e empregados e sem a participação do Estado. Já a partir de 1930, com o aumento da participação econômica e política das classes assalariadas urbanas, é criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e a previdência social passa a demandar maior atenção por parte do Estado. (CAMARANO; PASIANO, 2004).

As primeiras iniciativas para estender a cobertura previdenciária aos trabalhadores rurais no Brasil deram-se apenas na década de 1960, sendo que, em março de 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural regulamentou os sindicatos rurais, instituiu a obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo aos trabalhadores dessa categoria e criou o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FAPTR) posteriormente, em 1969, denominado FUNRURAL. Mas, segundo Brumer (2002a), na prática, a cobertura previdenciária aos trabalhadores rurais não se concretizou à época, pois os recursos (financeiros e administrativos) necessários à sua efetivação não foram previstos na legislação.

Ainda na década de 1960, várias medidas relativas à organização dos trabalhadores rurais foram adotadas, viabilizando, posteriormente, a associação entre os sindicatos de trabalhadores rurais e a previdência social rural. Entre essas, está a prestação de assistência médico-hospitalar aos trabalhadores pertencentes a essa categoria que contribuíam com 1% sobre os produtos rurais e a introdução do módulo rural como elemento diferenciador, restringindo a existência de um único sindicato, em cada município, para representar a mesma categoria profissional. (BRUMER, 2002a).

Voltando à população rural, em 1971, foi lançado o Programa de Assistência Rural (PRORURAL), que previa a aposentadoria por velhice e por invalidez para

¹⁵ No regime de assistência social o segurado não precisa ter contribuído para ter direito ao benefício, sendo que as contingências sociais que permitem os benefícios são: a invalidez, o desemprego, a velhice, a doença, a maternidade, a morte, entre outras. (CAMARANO; PASINATO, 2004).

trabalhadores maiores de 70 anos de idade, no valor de $\frac{1}{2}$ salário mínimo; pensão, equivalente a 70% da aposentadoria, e auxílio funeral, para dependentes do beneficiário; serviços de saúde, incluindo assistência médico-cirúrgico-hospitalar e tratamento odontológico; serviço social em geral. As mulheres só seriam beneficiadas diretamente caso fossem chefes de família. (BRUMER, 2002a).

Foi apenas com a Constituição de 1988 que se passou a prever o acesso universal de idosos e inválidos, de ambos os sexos, das áreas rurais. As mulheres trabalhadoras rurais passaram a ter direito à aposentadoria por idade a partir dos 55 anos, independentemente de o cônjuge já ser beneficiário ou não, ou receberem pensão por falecimento do cônjuge. Os homens também tiveram uma extensão de benefícios, com a redução da idade, para concessão de aposentadoria por velhice, de 65 anos para 60 anos, e passaram a ter direito à pensão em caso de morte da esposa segurada. (BRUMER, 2002a). A partir desse período, os valores mínimos e máximos dos benefícios passam a ser iguais para todos os beneficiados da previdência, desaparecendo assim as desigualdades decorrentes do plano anterior, que discriminava a população rural.

Hoje, segundo Caetano e Miranda (2007), o pagamento de aposentadorias e pensões para o setor público e privado absorve 12% do PIB do Brasil. Ou seja, de cada R\$ 10,00 produzidos no país, mais de R\$ 1,00 é alocado ao pagamento dos benefícios previdenciários. Ainda, segundo o autor, essa estatística representa o avanço nacional em questões de previdência e redução potencial de pobreza – em especial para os idosos.

Os gastos brasileiros com previdência, como proporção de tudo aquilo que a nação produz, são muito altos se comparados com outros países. Caetano e Miranda (2007), ao compararem os gastos de 113 países, observam que o Brasil ocupa a 14^a posição, situando-se junto a países europeus com população mais envelhecida e conhecidos por suas extensas redes de proteção social, tais como Itália, Alemanha, França, Suíça, Bélgica e Suécia.

Crítica a essa situação está expressa no que diz Camarano e Pasinato (2004), que a transferência de renda (do urbano para o rural) não está sendo equacionada, o que compromete sua viabilidade futura, sendo que as maneiras atuais de financiar a seguridade social não serão suficientes para lidar com a população idosa do futuro. Assim, a busca de solução para o seu financiamento

necessita levar em conta outras formas de captação de recursos, bem como de sua distribuição.

Ainda, segundo autores como Beltrão et al. (2002), a previdência social no Brasil caracteriza-se como deficitária em um país com uma população comparativamente jovem. Isso tanto do lado dos beneficiários como dos contribuinte, em consequência de o país não aposentar apenas os idosos, mas também os jovens.

Por outro lado, hoje, muitos autores destacam o importante papel desempenhado pelos benefícios previdenciários no rural brasileiro, pois estes, ainda que tardios, cumprem uma função de proteção social à “pequena agricultura”. (DELGADO; CARDOSO JR., 2004, TONEZER, 2009). Permitem, ainda, no espaço privado familiar, uma revalorização das pessoas de idade que, ao acessarem a renda dos benefícios previdenciários, “obtem uma espécie de salvaguarda de subsistência familiar, invertendo o papel social de assistidos para o de assistentes, no contexto da estratégia de sobrevivência das famílias pobres”. (DELGADO; CARDOSO JR., 2004, p. 295, TONEZER, 2009).

Delgado e Cardoso Jr. (2000) afirmam, em seu estudo sobre os impactos da previdência rural no Brasil, que a pobreza vem diminuindo significativamente nas últimas décadas. Esse fato está fortemente relacionado com a universalização da previdência, que garantiu renda não só para os idosos, mas para toda a família.

Por sua vez, hoje, em termos de assistência e renda aos idosos no Brasil, destaca-se a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei n. 8.742/93), cujas regras não se diferenciam do rural para o urbano. Porém, como destaca Silva (2006), o grau de seletividade existente na LOAS faz com que muitos idosos não sejam incluídos nos benefícios, seja por estarem fora do patamar de pobreza ou da faixa etária estipulados pelos critérios da lei (65 anos), seja por não terem acesso aos documentos exigidos ou por não se encontrarem na condição de “incapazes para o trabalho”. Ante essa realidade, a autora acrescenta que, para ter acesso ao benefício, a pessoa precisa estar numa condição vegetativa enquanto ser humano, embora haja várias formas de deficiências que não permitem a inserção nas relações de trabalho.

Entre os benefícios mais importantes proporcionados por esta Lei, constitui-se o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que consiste no repasse de um salário-mínimo mensal, dirigido às pessoas idosas e às portadoras de deficiência.

É a partir desta base reflexiva que se buscou analisar as ações e serviços relacionados com benefícios e renda oferecidos aos idosos nos municípios de Camaquã e Canguçu. Para tanto, o quadro 4 traz uma síntese das principais ações e serviços nesse âmbito citados pelos prestadores de serviços e pelos idosos participantes da pesquisa.

Quadro 4 - Ações e serviços relativos aos benefícios e renda oferecidos aos idosos nos municípios de Camaquã e Canguçu

Ações e serviços	Municípios	Descrição
Encaminhamento dos benefícios da previdência rural pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Camaquã e Canguçu	Destacam-se o encaminhamento da aposentadoria por idade e a pensão por morte do cônjuge. Em relação à aposentadoria por idade (homens aos 60 anos e mulheres aos 55 anos), esta é concedida aos proprietários rurais ou não, desde que comprovem 15 anos de atividade rural e que o tamanho da propriedade não exceda quatro módulos fiscais (o que equivale a 64 hectares).
Encaminhamento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-LOAS) pela Secretaria Municipal de Ação Social	Camaquã e Canguçu	O idoso, para ter direito ao BPC, deve: ter idade de 65 anos ou mais; não receber nenhum benefício previdenciário, ou de outro regime de previdência e possuir renda mensal familiar per capita inferior a ¼ do salário mínimo.
Encaminhamento do Programa Bolsa Família (PBF) pela Secretaria Municipal de Ação Social	Camaquã e Canguçu	Se o idoso não se enquadra nas condições estabelecidas pelo LOAS, tenta-se encaminhar PBF, mais comum aos idosos com idade entre 60 e 65 anos.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, C.T, Porto Alegre, 2014.

Como se observa no quadro 4, as ações e serviços relativos aos benefícios e renda nos municípios foram: Encaminhamento dos Benefícios da Previdência¹⁶, Encaminhamento da Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-LOAS) e

¹⁶ Os benefícios previdenciários são classificados em três grandes grupos: aposentadorias, pensões e auxílios. As “aposentadorias” subdividem-se em aposentadoria por idade, por tempo de contribuição, especial e por invalidez. As “pensões” são apresentadas a partir de apenas uma modalidade que é a pensão por morte, concedida aos dependentes. Os “auxílios” subdividem-se em auxílio-doença, auxílio-reclusão (benefício pago aos dependentes do segurado que for recolhido à prisão), auxílio-acidente, salário-maternidade e salário família. (BRASIL, 2007).

Encaminhamento do Programa Bolsa Família, o primeiro sendo encaminhado pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, e o segundo e o terceiro, pelas Secretarias Municipais da Ação Social.

Segundo os prestadores de serviço, os Benefícios Previdenciários Rurais foram uma das “grandes conquistas” dos idosos no rural, isso porque, a renda proveniente destes “não sustenta apenas os velhos, mas também os novos que não conseguem mais se manter só com a agricultura”. Abaixo falas que dão suporte a esta afirmação.

Muitos idosos aposentados sustentam suas famílias lá no rural, isso faz com que eles se sintam felizes muito em razão dessa situação de sustentar a família. (Secretaria Municipal da Ação Social, Camaquã).

O que a gente tem notado, que os homens morrem mais cedo e as idosas vivem mais, por conta disto, elas têm uma renda que é a aposentadoria e outra que é a pensão pela morte do cônjuge, isso melhora a autoestima delas, então não é muito difícil da gente encontrar mulheres comprando uma coisa ou outra e elas têm muito orgulho de dizer que elas compraram com o dinheiro delas, agora com o dinheiro da aposentadoria, porque dá um certo poder para elas, né? Porque às vezes elas ganham aposentadoria e pensão. (EMATER, Canguçu).

Numa análise antropológica Woortmann e Woortmann (1999) salientam que o direito à Previdência Rural assegurou, de certa forma, a manutenção das relações hierárquicas na família, uma vez que a renda fixa trouxe importantes mudanças no modo de vida dos idosos rurais, pois foi capaz de abrir novas dimensões nas suas vidas, reforçando sua autonomia e afastando o fantasma da dependência para com os filhos. Como exemplo, os autores chamam a atenção para a mudança do papel da viúva na família, pois esta situação financeira gera para ela maior poder. Ao ter acesso aos benefícios previdenciários, a mulher, até então mantida numa posição de relativa subordinação, conquista autonomia, visto que passa a administrar seu dinheiro – nem que seja para empregá-lo para o bem de sua família. (WOORTMANN, 2004).

Também para Brumer (2002b, p. 22), o fato de as mulheres rurais receberem o dinheiro da aposentadoria por idade, da pensão por morte do cônjuge e da licença-maternidade diretamente em seus nomes, permite que elas próprias decidam como gastá-lo, o que aumenta seu poder pessoal. Por isso, de pessoas que, na terceira idade, passavam da condição de dependentes dos companheiros, filhos ou de

outros parentes, hoje, “ainda em idade ativa, elas se tornam provedoras e administradoras de um dos poucos recursos existentes na unidade familiar da produção com entrada regular, mês a mês”. (BRUMER, 2002b, p. 22).

Também em Santana da Boa Vista, ao analisar os efeitos da cobertura previdenciária na vida dos idosos rurais observou-se, por exemplo, a importância que esses benefícios exercem na vida das mulheres rurais, sendo que uma das características mais marcantes foi o fato de que muitas, após viuvarem optam por viver “sozinhas”, sem a necessidade de repetir experiências negativas vividas em um primeiro casamento. (TONEZER, 2009).

Nesse sentido, observa-se, em relação à proporção de benefícios da Previdência Social Rural no Rio Grande do Sul, que as mulheres se destacam ao representarem 64 % do total de beneficiários. Isso devido ao fato destas terem o direito ao recebimento de aposentadoria por idade, aos 55 anos, além de apresentarem uma maior expectativa de vida, especialmente nos estratos mais idosos. (BIOLCHI; SCHNEIDER, 2003).

Ainda em relação à Santana da Boa Vista, encontrou-se outro impacto positivo, que foram as melhorias nas condições materiais de vida dos idosos. (TONEZER, 2009). Ao receberem os benefícios, muitos adquiriram casa própria, ampliaram a moradia, tiveram acesso à luz, água encanada, geladeira, fogão, entre outros bens duráveis. Observou-se também um aumento do acesso aos serviços de saúde pelos idosos, sendo que os benefícios da previdência possibilitaram a estes a busca por serviços particulares, já que os serviços do SUS, de acesso universal, nesse município, não contemplam todas as demandas da população. Também, a renda mensal dos benefícios proporcionou aos idosos a possibilidade de ajudarem filhos, vizinhos, amigos, e não apenas serem ajudados. Assim, estes mantêm seu papel de provedores na família e permanecem sendo respeitados pela comunidade na qual estão inseridos, mesmo que, em alguns casos, estejam dependentes fisicamente. (TONEZER, 2009).

A partir dos grupos focais com os idosos de Camaquã e Canguçu observou-se que, se por um lado a aposentadoria gera exploração financeira das gerações mais jovens em relação aos idosos, por outro, “um idoso que tem dinheiro vale mais que um idoso pobre”. A fala abaixo ilustra essa situação.

Eu tenho um ditado antigo que eu digo que velho vale pouco, e velho não vale muito mesmo, os novos não dão muita atenção para os velhos, mas tu sabe que eu tenho visto por aí que o velho pobre então, o velho pobre vale menos ainda! (Idoso de Camaquã, 67 anos).

Também Moraes et al. (2008), ao estudarem idosos mais velhos do município de Encruzilhada do Sul – RS (Brasil), observaram os impactos da aposentadoria rural junto às famílias pobres, afirmando que esta foi fundamental para a transformação das relações no rural, uma vez que o dinheiro oriundo da aposentadoria era usado para comprar alimentos para o lar, para enviar crianças à escola, investir em tecnologias agrícolas e garantir a sobrevivência de muitas famílias.

Por esse motivo, pode-se afirmar que para os municípios estudados pelas autoras, os quais são também da grande área estudada nesta tese, que a Previdência Social vem sendo um dos sustentáculos da economia nesses, garantindo um maior bem-estar, não só para idosos, mas para toda a família. (MORAIS et al, 2008, TONEZER, 2009, ALCÂNTARA, 2009)

Sintetizando observa-se que, se a previdência rural no Brasil foi excludente na sua criação, hoje, comparando com os idosos urbanos, os idosos rurais usufruem de alguns “privilégios”, entre eles o direito de receberem os benefícios previdenciários cinco anos antes.

Em relação aos benefícios assistenciais, observou-se, a partir das entrevistas com os prestadores de serviço (STRs) que quem mais busca esse auxílio em Camaquã e Canguçu são os idosos urbanos, isso porque “grande parte dos idosos rurais conseguem se aposentar por idade, só os assentados e empregados de fazendas é que têm dificuldade de se aposentar”.

Os resultados da análise das ações e serviços nesse âmbito atestam mais uma vez a vulnerabilidade dos idosos com destaque para os assentados e empregados rurais. Assim, a distribuição de renda aos idosos no rural se diferencia entre uma categoria e outra. Isso porque, diferente dos agricultores familiares que trabalham em suas terras desde jovens e têm facilidade para comprovar sua contribuição através do Talão de Produtor¹⁷, os idosos empregados de fazendas e

¹⁷ O talão de produtor possibilita o agricultor registrar em um bloco de notas todo o movimento ocorrido durante um determinado período a fim de comprovar que este está desenvolvendo a sua atividade.

os idosos assentados rurais têm maior dificuldade para acessar aos benefícios da previdência. Abaixo citação que exemplifica o que foi exposto.

Os assentados rurais antes trabalhavam na cidade, não contribuía e agora estão há pouco tempo contribuindo pelo Talão de Produtor, os empregados rurais também enfrentam esta dificuldade, pois muitos patrões não assinavam a carteira para eles se aposentarem por tempo de serviço, e isso é pior para as mulheres dos empregados rurais, pois estas sim não conseguem se aposentar, pois se algum patrão assinava carteira, assinava só para o homem. (Entrevistado do STR de Canguçu).

Observa-se que, diferente dos agricultores familiares, os assentados rurais e empregados de fazendas têm maior dificuldade de garantir a aposentadoria por idade, com destaque para as mulheres.

Frente a esta dificuldade, alguns idosos, principalmente assentados rurais e empregados rurais, buscam os benefícios da LOAS ou do PBF, “mas é difícil eles conseguirem, pois quase sempre tem alguém na família aposentado”, observam entrevistados do STR de Camaquã, o que muitas vezes inviabiliza o recebimento desses benefícios.

Para ilustrar e compreender a diferenciação da distribuição de renda nesses municípios, são trazidos no Quadro 5, os 16 idosos participantes da pesquisa, a idade, o sexo, a categoria e os benefícios previdenciários ou assistenciais recebidos pelos mesmos.

Quadro 5 – Município, idade, sexo, categoria e benefício recebido pelos idosos rurais participantes da pesquisa em Camaquã e Canguçu

Município	Idade	Sexo	Categoria	Tipo de benefício
Camaquã	67	Masculino	Empregado rural	Aposentadoria por tempo de serviço
Camaquã	69	Feminino	Empregada rural	Nenhum
Camaquã	76	Masculino	Agricultor familiar	Aposentadoria por idade
Camaquã	75	Feminino	Agricultora familiar	Aposentadoria por idade
Camaquã	64	Feminino	Agricultora familiar	Aposentadoria por idade e pensão
Camaquã	85	Masculino	Agricultor familiar	Aposentadoria por idade e pensão
Camaquã	60	Feminino	Assentada rural	Nenhum
Camaquã	61	Masculino	Assentado rural	Aposentadoria por idade
Canguçu	60	Feminino	Assentada rural	Bolsa família
Canguçu	76	Feminino	Agricultora familiar	Aposentada por idade e pensão
Canguçu	73	Feminino	Agricultora familiar	Aposentada por idade
Canguçu	72	Feminino	Agricultora familiar	Aposentada por idade e pensão
Canguçu	82	Masculino	Agricultor familiar	Aposentada por idade e pensão
Canguçu	73	Masculino	Agricultor familiar	Aposentadoria por idade
Canguçu	63	Masculino	Agricultor familiar	Aposentadoria por idade
Canguçu	60	Feminino	Assentada rural	Nenhum

Fonte: Quadro elaborado pela autora, C.T, Porto Alegre, 2014.

O quadro 5 comprova a diferenciação da distribuição de renda entre as categorias analisadas. Dos 10 idosos agricultores familiares, todos recebem pelo menos um benefício da previdência, diferente dos seis assentados e empregados rurais, onde dois homens recebem este benefício, os demais, ou não recebem nenhum benefício (três mulheres), ou recebem bolsa-família (uma mulher). Frente a estes dados, fica evidente a distribuição desigual da renda tanto entre as categorias analisadas, quando em relação ao sexo, atestando a maior vulnerabilidade das mulheres assentadas e empregadas rurais que enfrentam maiores dificuldades para a aposentadoria do que os homens, mesmo que estas, muitas vezes, exerçam múltiplas funções na casa, com a família e com o trabalho na lavoura durante toda a sua vida.

Esta diferenciação entre as categorias analisadas também questiona diferentes dimensões do desenvolvimento social ampliado nos municípios de Camaquã e Canguçu, atestando que, apesar de dinâmico economicamente, Camaquã, além de oferecer menos ações e serviços à população idosa rural, também se caracteriza pelo maior número de fazendas, de assentados e empregados rurais, estes mais vulneráveis que os agricultores familiares. Canguçu,

por sua vez, além de disponibilizar mais ações e serviços aos idosos rurais, ainda se caracteriza por ser o município com maior número de minifúndios da América Latina. Esta diferenciação indica também uma maior desigualdade de renda do primeiro município em relação ao segundo, isso porque, mesmo que Camaquã apresente um maior PIB per capita, na prática poucos ganham muito (donos das fazendas) e muitos ganham pouco (empregados e assentados rurais). Frente a esses dados, o dinamismo de Camaquã limita-se à renda e não contempla todas as dimensões do desenvolvimento em seu sentido amplo.

Frente a estas “situações”, novos estudos se fazem necessários para analisar a renda dos idosos rurais, principalmente dos que pertencem à categoria de assentados e empregados rurais, porque esta diferenciação intensifica a vulnerabilidade e exclusão desses idosos, com destaque para as mulheres.

Os gestores e prestadores de serviço entrevistados nos municípios observam também que quem “sustenta muitos idosos rurais é a produção para o autoconsumo”, afirmação confirmada pelos idosos.

Segundo Tonezer (2009), a produção para o autoconsumo contribui para a reprodução dos idosos rurais, pois, ao produzir seu próprio alimento, este não precisa ser comprado. Ao analisar a vida prática dos idosos rurais de Santana da Boa Vista, foi possível observar que essa produção estava presente em 28 dentre as 30 famílias analisadas.

Delgado e Cardoso Jr. (2000, p. 37), ao analisarem domicílios beneficiados pela Previdência Rural do Sul do Brasil, observaram que a produção para autoconsumo familiar é “particularmente importante para mais de 90% das unidades domiciliares ativas, em que a produção familiar própria integra um conjunto mais amplo de estratégias de sustentação e reprodução econômica e social”. Também Garcia Jr. (1983), ao estudar pequenos produtores da região canavieira de Pernambuco, emprega a noção de “alternatividade” para denominar as várias funções da produção para autoconsumo. Entre elas destacam-se a produção para subsistência e a produção comercial, sendo que a primeira destina-se exclusivamente ao consumo da família, enquanto a segunda pode dirigir-se ao autoconsumo, mas também à venda.

Para além das funções de subsistência e comercial, destacam-se, neste estudo, mais duas funções desta produção alternativa na vida dos idosos, quais

sejam: a troca destes alimentos como uma estratégia de mercado e, para além disso, a possibilidade de os idosos rurais se manterem ativos, quando dentre outras funções “plantam um milho”, “criam algumas galinhas”, “cuidam da criação” e “gostam de fazer isso para se sentirem importantes, para passar o tempo”, observam os prestadores de serviço e gestores de Camaquã e Canguçu. Essa alternatividade responde pela articulação entre material e imaterial, entre “produzir e gostar, ter prazer no que faz”.

Em Santana da Boa Vista Tonezer (2009, p. 112) também observou que produzir para o autoconsumo, ou para a venda, ganha um novo significado na vida dos idosos; isso porque, se antes estes eram obrigados a produzir para sobreviver, quando idosos, “continuam produzindo, muitas vezes não por obrigação, mas pelo prazer, por vezes denominado ‘necessidade’ de continuar trabalhando”.

Assim, se a produção para autoconsumo é importante na vida dos idosos rurais, a renda proveniente dos benefícios previdenciários e assistenciais também são mecanismos fundamentais para garantir a busca de ações e serviços, principalmente de saúde, porém, muitos idosos, principalmente os pertencentes às categorias de assentados e empregados rurais, têm dificuldades em acessá-la. Destaca-se, portanto, a necessidade de mais estudos que levem em conta essa diferenciação de acesso à renda, já que o rural brasileiro não se resume a agricultores familiares.

Avançando na articulação analítica, é necessário ressaltar categorias que advêm da própria geografia do rural, a qual influencia no acesso e na acessibilidade a ações e serviços. Destaca-se o acesso como oferta de transporte, água potável, entre outros, por exemplo, e a acessibilidade como condições adequadas de acesso.

5.2.7 O transporte e a acessibilidade a bens e serviços – universalidade e equidade?

Sabe-se que o avanço da idade leva os idosos a uma maior procura por serviços, em especial os de saúde. Nesse sentido enfrentam, muitas vezes, dificuldades para se locomoverem, utilizarem transporte coletivo (acessibilidade e condições financeiras), dirigirem automóveis, comprometendo assim sua autonomia.

A reunião para o Plano Internacional sobre Envelhecimento, ocorrida em Madri, recomenda que um dos aspectos mais importantes que os países precisam levar em conta quando se fala em população idosa é o acesso (oferta) aos serviços de saúde, devido a maior idade dessa população que costuma ser mais vulnerável às doenças. A assistência básica da saúde, e essa é uma realidade passível de inacessibilidade, é uma atenção essencial, porém os idosos esbarram em obstáculos financeiros, físicos, psicológicos que dificultam esse acesso. (ONU, 2002).

O mesmo Plano salienta a necessidade de investimentos na promoção da igualdade de acesso à água potável e aos alimentos aptos para o consumo; de ampliação do acesso de idosos e promoção da distribuição de recursos para os espaços subatendidos, como os rurais e remotos, incluindo o acesso aos medicamentos essenciais e outras medidas terapêuticas a preços acessíveis; promoção do acesso, em condições de igualdade, a assistência à saúde, de idosos pobres e também dos que habitam em zonas rurais e remotas; melhora da disponibilidade de serviços eficientes de transporte público no rural e no urbano. (ONU, 2002).

Por sua vez, no Brasil, o Estatuto do Idoso, Lei 10.741, Art. 39, preconiza que,

Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

Porém, na prática, observa-se que esta não é a realidade de todas as áreas rurais. Alcântara e Tonezer (2009), ao analisar o município de Santana da Boa Vista, citam que este direito não é assegurado em práticas efetivas aos idosos rurais desse município, o que gera a necessidade de estudos de outras realidades para fins comparativos de políticas localmente aplicadas.

Para Camaquã e Canguçu, observa-se que apenas alguns profissionais da Secretaria Municipal da Saúde e da Ação Social deslocam-se até as áreas rurais com o objetivo de levar ações e serviços até a população, entre eles os clínicos gerais, os dentistas, os enfermeiros, os agentes comunitários de saúde e algumas “oficineiras” responsáveis por cursos de artesanato. Para os prestadores de serviço, essa limitação se dá pelo fato de existirem poucos profissionais no município para se

deslocarem até o interior, assim perdem muito tempo com pacientes que poderiam ser atendidos na sede do município. Dessa forma constata-se que a maior parte das ações e serviços oferecidos pelas instituições analisadas localiza-se na sede dos municípios, fazendo com que muitos idosos rurais enfrentem dificuldades para acessá-las. Essas limitações influenciam a oferta dos serviços e a mobilidade dos idosos, e também as condições dos transportes respondem por limitações na acessibilidade.

Observou-se que o transporte mais citado, tanto pelos gestores e prestadores de serviços quanto pelos idosos de Camaquã e Canguçu, foi o coletivo (ônibus), sendo essa a forma de deslocamento mais utilizada.

Por sua vez, o valor das passagens e a frequência do ônibus dependem da localização de cada residência rural. Em Camaquã e Canguçu observou-se que a residência do idoso mais distante da sede do município encontra-se a 84 km. Nessa residência o ônibus passa apenas nas segundas, quartas e sextas-feiras e o valor da passagem de ida e volta é de R\$ 32,00. Este exemplo expressa a situação de muitos idosos que, com frequência, apontaram como problema a limitação das linhas de ônibus e o valor elevado das passagens.

Portanto, deslocar-se até a sede do município é uma tarefa difícil para os idosos rurais dos municípios em estudo, isso em consequência de múltiplos fatores, dentre eles a escassez do transporte, o custo das passagens, as grandes distâncias até a sede e as limitações físicas decorrentes da idade avançada de muitos idosos. Essas são evidências que atestam limitações e mesmo impossibilidades em prejuízo da vulnerabilidade desses idosos em busca de recursos. Segundo gestores e prestadores de serviços, devido a estas dificuldades, muitos idosos deixam de acessar ações e serviços oferecidos pelas instituições. Isso pode tornar-se um agravante dos problemas como os relacionados à saúde, por exemplo, que, por sua vez, demanda urgência nos atendimentos.

Nessa linha, Kalache (2008), ao descrever idosos rurais brasileiros, observa que estes enfrentam maiores obstáculos de acesso a serviços sociais e assistenciais de qualidade, se comparados aos idosos que residem nos centros urbanos. Ainda, segundo o mesmo autor, esse acesso difícil, quando combinado com um baixo *status* socioeconômico, contribui para aumentar as disparidades na saúde das populações de idosos rurais.

Segundo Kageyama (2008), a proximidade física é uma vantagem em termos de acessibilidade, e sabe-se que a característica especial dos espaços urbanos é possibilitar contatos, de forma fácil e frequente, para fins de trabalho, negociações, compras e vendas, educação e cultura, entre outros. Ou seja, a função primária dos espaços urbanos é facilitar o acesso entre as unidades residenciais e não residenciais através da distribuição de bens e serviços e acesso ao mercado de trabalho. Por oposição a estes espaços, está o isolamento associado ao rural, devido ao menor número e/ou maior dificuldade de acesso a serviços e bens, a baixa densidade populacional e a maior distância entre unidades produtivas e entre os agentes e os mercados. (KAGEYAMA, 2008).

Segundo a autora, o Brasil apresenta dificuldades socioeconômicas, contrastes regionais e características individuais diferentes das sociedades desenvolvidas. Isso está objetivamente expresso nas diferentes condições de vida, bem como no acesso à saúde, em todas as esferas da população brasileira, afetadas diretamente pelas desigualdades de renda, educação, habitação, transporte e distribuição geográfica.

No Brasil, observa-se que muitos idosos enfrentam múltiplos e diversos problemas de acesso. Um exemplo disso são as áreas rurais da Metade Sul do Rio Grande do Sul, cuja população, independente de suas condições físicas, enfrenta deslocamentos de um município para outro em busca de serviços de saúde que não estão disponíveis localmente. (ALCÂNTARA, 2009). Portanto, não existem políticas públicas no Brasil que se traduzam em ações concretas e/ou incentivem maior acesso aos bens e serviços à população idosa.

A autora acima citada observa em Santana da Boa Vista que o acesso à saúde, a integração social, entre outros serviços são prejudicados pela dificuldade de deslocamento e mobilidade. O meio de transporte mais utilizado pelos idosos rurais desse município, assim como em Camaquã e Canguçu é o ônibus urbano. Assim, apesar de a localização do “ponto de ônibus” ser, muitas vezes, distante das moradias e o mesmo circular apenas de duas a três vezes na semana, dependendo da localidade, é essa a única chance de acessar serviços distantes. Observa também a situação precária das paradas de ônibus, a maioria sem abrigos para os idosos se protegerem das altas temperaturas ou da chuva. Em situações de urgência, é preciso recorrer a familiares e/ou vizinhos que possuam automóveis

como estratégia na busca por recursos, já que apenas alguns idosos possuem esse meio de transporte.

Outro problema observado pelos gestores e prestadores de serviço nos municípios, também consequência da distância, é que no rural alguns idosos sequer tomam conhecimento da existência de ações e serviços, as informações são precárias, atestando, mais uma vez, a vulnerabilidade desta população. Para além desta informação, os próprios entrevistados das instituições analisadas citam que os idosos urbanos se beneficiam na hora de acessar as ações e serviços, pois detêm mais informações, o que comprova, mais uma vez, as desigualdades no acesso às diversas ações e serviços entre idosos rurais e urbanos. Abaixo falas que exemplificam o exposto.

Na zona urbana eles [referindo-se aos idosos urbanos] têm maiores informações e mais acesso, eles têm maiores condições de acessar os serviços, demandar serviços. Na zona rural ninguém vê, né? E eles, muitas vezes não têm conhecimento de vir buscar o que a gente oferece. (Secretaria Municipal da Ação Social, Camaquã).

Os órgãos públicos atendem mais os idosos urbanos que rurais. Nós temos um problema muito grande no município, que o rural é muito grande e as propriedades são muito distantes. Fala-se que tem um grupo de idosos no interior, mas quantos idosos que não tem acesso? Ter serviço que vai até lá tem, mas é para muitos poucos. (EMATER, Canguçu).

O idoso rural por estar mais longe dos serviços tem menos informações sobre estes, em função do isolamento, falta informação destes idosos sobre seus direitos. Eles não sabem onde podem acessar os serviços aos quais têm direito, pela falta de informação, eles não sabem nem onde procurar, pela dificuldade de locomoção. (Secretaria Municipal da Ação Social, Camaquã).

Observou-se que, mesmo que os gestores e prestadores de serviços desses municípios refiram que a população rural tem dificuldades para os deslocamentos à sede, em nenhum momento reconhecem que cabe a eles proporcionarem soluções ao problema. Desta forma, diante disso, pergunta-se “a quem” compete garantir os direitos dos idosos rurais? Isso porque, observou-se, neste estudo, que as instituições que mais oferecem ações e serviços aos idosos rurais têm o viés produtivo (como o STR, a EMATER e as Secretarias Municipais da Agricultura). Por sua vez, instituições responsáveis pelo oferecimento de ações e serviços sociais e assistenciais (como a Secretaria Municipal da Saúde, da Ação Social e da Educação) limitam suas ofertas ao público urbano, o que fez com que, em nenhum

momento da pesquisa, fossem visualizadas possibilidades de mudar essa situação de carência dos idosos rurais.

Destaca-se que o STR, a EMATER e as Secretarias da Agricultura trabalham exclusivamente com o público rural, porém o seu quadro profissional se constitui por técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários e biólogos. Por sua vez, as Secretarias Municipais da Saúde, da Ação Social e da Educação, que atendem tanto o público urbano quanto o rural, possuem uma diversidade de profissionais que vão desde médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, até educadores das mais variadas áreas. Porém, os próprios gestores e prestadores de serviços dessas instituições observam que “não dão conta” de atenderem toda a população (rural e urbana), o que faz com que priorizem os espaços mais próximos da sede desses municípios em prejuízo das áreas mais distantes, na sua maioria rurais, intensificando a vulnerabilidade da população que reside nesses espaços.

Estas análises apontam desafios a serem enfrentados pelo poder público na busca pela intersetorialidade. Foi evidenciada a falta de comunicação e integralidade das ações entre os profissionais e serviços institucionais analisados. Cada profissional isoladamente é responsável por sua área e desenvolvem ações fragmentadas e incapazes de responder as demandas por cuidado e assistência.

As ações e os serviços aos idosos se tornarão mais inclusivos quando profissionais e serviços integrarem e articularem esforços considerando as especificidades dessa população. Pensa-se que na saúde, por exemplo, o oferecimento de ações e serviços aos idosos só será resolvido quando estas forem concebidas em suas múltiplas dimensões que implicam em oferta, acessibilidade e integralidade. Isto possibilitará a maior visibilidade dos problemas até então não identificados devido a distância de algumas áreas rurais das sedes dos municípios, entre outras limitações. Se, por um lado, a Secretaria Municipal da Saúde ou a da Ação Social têm dificuldades para se deslocar até os espaços rurais, profissionais da EMATER e da Secretaria Municipal da Agricultura deslocam-se diariamente para essas áreas, como observado nesta pesquisa na aproximação com o campo. Dessa forma, a invisibilidade dos serviços em certas áreas poderá ser compensada pela atuação intersetorial.

Conclui-se que as análises mostram que o “des” (não) envolvimento dos idosos rurais às ações e serviços oferecidos aos idosos de Camaquã e Canguçu

materializam-se a partir da falta de profissionais e verbas nos municípios, mas não apenas, manifestam-se também a partir de sentimentos de carências, humilhação, desvalorização, rejeição e menosprezo das instituições analisadas em relação “aos de fora”. Para os idosos rurais analisados resta o “resto”, o que sobra - se sobrar, se houver tempo, se houver profissionais disponíveis. É possível assim entender as múltiplas vulnerabilidades destes, pois além de serem afetados pelas doenças (vulnerabilidade biológica), ainda enfrentam as limitações de acesso às ações e serviços (vulnerabilidade institucional) e a exclusão da sociedade produtivista capitalista que envolve os capazes de produzir e “des” (não) envolve os “im”produtivos.

6 O DESENVOLVIMENTO DOS “DE FORA’... DE TUDO – É POSSÍVEL PENSAR EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL AMPLIADO PARA O RURAL?

Neste capítulo busca-se analisar o envelhecimento rural e o desenvolvimento social em seu sentido amplo. Para tanto, no primeiro tópico buscou-se analisar algumas situações que atestam as múltiplas vulnerabilidades dos idosos do rural de Camaquã e Canguçu, considerando as diferentes categorias de trabalho (agricultor familiar, assentado e empregado rural). No segundo momento, discorre-se sobre envelhecimento e o desenvolvimento social ampliado, com destaque para as noções de “desenvolvimento local” e “desenvolvimento ao longo da vida”.

6.1 Das condições às situações: as múltiplas vulnerabilidades dos idosos no rural de Camaquã e Canguçu

A partir da complexidade dos dados deste estudo, foi possível analisar o desenvolvimento de forma ampliada, assim como integrar diversas abordagens na compreensão do campo híbrido, definido como cenário de relações. Portanto, ampliou-se a investigação, a fim de visualizar aquilo que não estava escrito, ou melhor, visualizar o que estava dito anteriormente em olhares economicistas proposto pelo PROINTER e ir além. Para tanto, foi necessária a imersão no campo, a fim de escutar os sujeitos envolvidos.

Neste exercício, compreendeu-se que a análise das “situações” não se limita à caracterização da renda, nem do material, devido a, diferente da análise das condições, a análise das “situações” incluir uma diversidade de elementos e informações que ultrapassam a materialidade, indo além, para o campo da imaterialidade, das representações sociais que também se diferenciam entre categorias de trabalho, de sexo e geração dos idosos, além dos representantes institucionais.

Como resultado desta nova análise, e reconhecendo a ótica economicista da anterior, não se observa completo dinamismo em Camaquã, isso porque, tanto neste município quanto em Canguçu existe um “des” (não) envolvimento dos idosos no sentido de integração nas dinâmicas e políticas sociais. Isso atesta as múltiplas vulnerabilidades desta população, porque, além das limitações físicas consequentes

da idade avançada, ainda enfrentam a dificuldade ou ausência de acesso a ações e serviços que lhes são necessários nesta etapa da vida.

As análises compreendidas a partir da imersão no campo de estudo mostram a diferenciação entre ocupações rurais analisadas, ou seja, agricultura familiar, assentamento rural e fazendas e não se limitam aos municípios. No quadro 6 é possível visualizar uma síntese descritiva dessas ocupações definidoras, digamos assim de distintas situações.

Quadro 6 – Ocupações rurais e situação dos idosos

Ocupações/situações	Fundiária	Renda	Gênero	Integração social	Apoio familiar e sucessão
Agricultura familiar/ Agricultor familiar	Pequenas propriedades privadas, algumas de herança paterna - proprietários	Possibilidade de aposentadoria por idade como agricultores familiares	Desigualdades de gênero expressas na dominação masculina	Facilidade para se integrarem socialmente devido à vivência em comunidade	Em algumas propriedades existe a possibilidade de pelo menos um filho permanecer no rural – idosos menos vulneráveis
Fazenda/Emprego rural	Empregados, destituídos de terra própria	Dificuldade em se aposentar, sem “identidade” e direitos de agricultor	Mulheres mais dependentes do emprego e renda do marido	Dificuldade de integração social devido às migrações recorrentes	Difícilmente os filhos se mantêm com os pais – solidão e frequente negligência
Assentamento/ Assentado rural	Proprietários de um pequeno lote de terra conquistado a partir da reforma agrária	Dificuldade para se aposentar, ainda conquistando direitos como agricultores familiares	Mulheres mais emancipadas, mas com dificuldades para se aposentarem por idade	Dificuldade de integração social decorrente das diferenças sócio culturais	Difícilmente os filhos se mantêm com os pais devido a pouca extensão de terras – solidão e frequente negligência

Fonte: Quadro elaborado pela autora, C.T, Porto Alegre, 2014.

Os dados semelhantes entre as categorias de uso e trabalho na terra nos diferentes municípios (quadro 6) comprovam que algumas situações apenas são possíveis de serem visualizadas a partir de um olhar aprofundado. Dentre elas destacam-se a maior dificuldade dos assentados e empregados rurais em se aposentarem por idade; a maior emancipação da mulher nos assentamentos rurais, mas mostrando desigualdades de gênero na aposentadoria; e possibilidade de sucessão familiar na terra, mais frequente na agricultura familiar do que nos assentamentos e fazendas.

De uma forma geral, observou-se que os assentados e empregados rurais encontram-se em desvantagem em relação aos agricultores familiares quando o assunto são as ações e serviços oferecidos pelas instituições analisadas. Essa diferenciação entre as categorias analisadas questiona o desenvolvimento social ampliado nos municípios de Camaquã e Canguçu, pressupondo um menor desenvolvimento do primeiro em relação ao segundo, isso porque, Camaquã, além de oferecer menos ações e serviços à população idosa rural que Canguçu, também se caracteriza por apresentar um maior número de fazendas, intensificando o número de assentados e empregados rurais. Canguçu, por sua vez, além de disponibilizar mais ações e serviços aos idosos rurais, ainda se caracteriza por ser o município com maior número de minifúndios da América Latina, o que favorece a agricultura familiar na alternatividade produtiva.

Para dar suporte a esta discussão, observa-se que, apesar de Canguçu situar-se na região sul do Rio Grande do Sul, que segundo alguns estudos (FEE, 1995, SCHNEIDER; FIALHO, 2000) é menos desenvolvida que a região norte, dentre outros motivos devido a sua estrutura fundiária (com maior concentração das grandes propriedades), esta segue a tendência da região norte, por caracterizar-se pela pequena propriedade onde predomina a agricultura familiar. Camaquã, por sua vez, segue a tendência da região em que está inserida, onde predomina a pecuária de corte extensiva e a orizicultura irrigada.

A diversidade de situações com as quais nos confrontamos neste estudo retratou o trabalho; a habitação e condições materiais; a integração social e lazer; a educação; a saúde; a proteção social, a renda e a acessibilidade a bens e serviços (transporte) considerando a população de idosos rurais. Analisando a percepção dos indivíduos participantes da pesquisa, agregaram-se elementos que permitiram afirmar que os idosos rurais de Camaquã e Canguçu enfrentam múltiplas vulnerabilidades, com destaque para a programática/institucional e social. Foi possível pensar essas realidades rurais na perspectiva do desenvolvimento a partir de autores como Almeida (1998), Sen (2001), Kageyama (2008), FEE (1995) e Schneider e Fialho (2000), os quais visualizam o processo de desenvolvimento social como um processo complexo, para além do crescimento econômico e da produtividade. Esses elementos são fatores descritos também nos estudos de Kageyama (2008), quando observa que pensar os espaços rurais implica em ampliar

a visão do rural não apenas como um espaço de produção agrícola, mas como um espaço de construção social.

Como síntese reflexiva desta nova visão de desenvolvimento, visualizou-se uma população de idosos rurais “des” (não) envolvida na sociedade como um todo, com destaque para Camaquã e seus assentados e empregados rurais. Esta situação, por sua vez, justifica-se, em parte, pela estrutura fundiária desse município, que, caracterizada pela grande propriedade, concentra maior desigualdade na distribuição não apenas de renda, mas de múltiplas ações e serviços que seriam responsáveis pelo bem-estar da população idosa.

6.2 Na teoria e na prática: caminhos para o desenvolvimento social ampliado rural na Metade Sul do Rio Grande do Sul a partir da percepção das instituições e dos idosos em estudo

Um dos principais resultados foi a identificação das limitações de ações e serviços oferecidos aos idosos rurais de Camaquã e Canguçu, o que atesta o “des” (não) envolvimento social em seu sentido amplo. Por outro lado, reconhece-se que, apesar de importante, o oferecimento de ações e serviços não é suficiente para atender a complexidade dos problemas decorrentes do envelhecimento demográfico. A análise da percepção dos idosos participantes da pesquisa demonstram que estes não sentem apenas falta de ações e serviços (pois não se é capaz de sentir falta do que nunca se teve), mas, sim, de algo que vai além da materialidade, da esfera dos valores, do respeito aos direitos adquiridos que deveriam ser garantidos em particular nas fases mais vulneráveis da vida humana.

Para dar suporte a esta discussão destaca-se que, muitas vezes, os idosos participantes da pesquisa remeteram-se ao passado como um tempo melhor. Mas como poderia este ser melhor, se no passado, segundo os próprios idosos, o acesso às ações e serviços era ainda mais limitado? Como entender essa aparente contradição?

A afirmação de que, apesar das limitações, houve uma época em que o “trabalho rural”, apesar de “não dar tanto dinheiro”, como observam os idosos, “era valorizado”, responde a esta questão.

Esta fala de um idoso é emblemática para esse “outro tempo”,

O que está acontecendo? As pessoas não querem mais ficar na agricultura, as pessoas não querem mais trabalhar, isso não me entra na cabeça, e tudo de ruim que está acontecendo hoje? Droga, roubo, violência, isso é falta de ocupação das pessoas, se todos tivessem ocupação, eles não teriam tempo de fazer o que fazem hoje. Eu sempre trabalhei na agricultura e não tinha tempo para fazer besteira. A minha educação foi trabalhar para sobreviver e como é bonito uma pessoa que trabalha. (Idoso Camaquã, 85 anos).

Percebe-se nessa fala o valor atribuído ao trabalho pelos idosos “como é bonito uma pessoa que trabalha”. Para estes, a educação de hoje, da forma como está sendo imposta institucionalmente, não traz o trabalho como valor, falam eles melhor: “a educação de hoje não deixa o jovem trabalhar”. Abaixo, são trazidas as opiniões de idosos do grupo focal de Canguçu que ilustram o exposto.

Quando eu me criei, com oito anos, eu já conduzia uma carroça, hoje, com 17, 18 anos não pode trabalhá porque é proibido, porque tem que estudar e, é engraçado que, trabalhar, eles não podem, mas arrumar namorada e ter filho antes dos 18 anos eles podem. Se eles não trabalham quem vai sustentar os filhos deles? (Idoso de Canguçu, 73 anos).

Carteira de identidade eles podem tirar, carteira de motorista eles podem tirar, casar eles podem casar, mas trabalhar eles não podem? (Idoso de Canguçu, 85 anos).

Vão sustentar uma família de que jeito, se eles nem sabem trabalhar então eles têm que trabalhar desde pequenos pra aprender, claro que não é pra judiar da criança, mas eles têm que aprender a trabalhar, eu aprendi desde pequena, com sete anos eu ia para o colégio e voltava para casa e tinha que fazer a lida, eu ficava trabalhando em volta de casa, fazendo a horta, mas estudava também. (Idosa de Canguçu, 72 anos).

Além do valor do trabalho, as falas dos idosos expressam também sentimento de “desespero” perante um mundo de rápidas mudanças que eles não conseguem acompanhar. Mais do que isso, observou-se que esses idosos sentem-se “des” (não) envolvidos com as mudanças que estão ocorrendo. Na memória dos idosos, observou-se que, apesar das dificuldades do passado, este lhes trazia segurança, tranquilidade, maior compreensão do mundo e das coisas. Hoje, pelo contrário, visualizam um mundo desgovernado, uma inversão de valores, muito em consequência de que “quem educa é a televisão, o computador”, não mais a família, os pais. “Antes se valorizava o velho, hoje a velocidade, a tecnologia”, cita um idoso. Abaixo outras memórias:

Antigamente se valorizava mais os velhos, no tempo de novo a gente conversava com os velhos para aprender alguma coisa, falar sobre o futuro. A maior aula que tem é a vida. [...] Hoje eu só vejo assim, é o maior, é mais bonito, é correr mais, mais velocidade, porque todo mundo quer chegar antes, mas as pessoas querem chegar onde, isso eu gostaria de entender? Onde se vai parar com esta velocidade? (Idoso Camaquã, 85 anos).

A citação do idoso acima vem ao encontro do que Giddens (1991) traz em sua obra intitulada “As consequências da Modernidade”. Para o autor, a modernidade produz efeitos observáveis nas experiências do cotidiano, expressas na sensação de insegurança, ansiedade, perigos e incertezas. O autor compara a modernidade a um Carro de Jagrená, indicando um mundo perigoso, como um veículo desgovernado, o qual não se pode controlar, mas também não se tem como “pular fora”, esta sensação de mal-estar e de desorientação. (GIDDENS, 1911).

Frente a estas situações compreende-se porque a população rural e, aqui, mais especificamente, os idosos, expressam que mais do que se sentirem excluídos das ações e serviços, sentem-se excluídos da sociedade como um todo, demonstrando insatisfação quando dizem que seus conhecimentos e saberes não têm mais valor na sociedade atual. Essa desvalorização é entendida pelos filhos e netos e materializada na migração para a cidade onde se busca maior acesso à renda, aos consumos e a uma identidade de trabalhador/cidadão, diria Giddens (1991), que os jovens, mais do que trabalho buscam adaptar-se à “modernidade”, enquanto “os velhos” assistem a uma realidade da qual afirmam não compreenderem.

Essas coisas de telefone e de internet eu queria aprender, eu estou vendo que tem necessidade para todo mundo, porque as pessoas vão ficar como eu, eu não entendo as coisas porque as coisas estão mudando tudo. Eu estou ficando de fora, mas eu estou vendo a necessidade que tem de entrar dentro desse rumo, eu acho que há necessidade, não para mim porque eu estou velho. (Idoso Camaquã, 85 anos).

Frente a esta situação, acredita-se que a garantia do acesso a ações e serviços oferecidos pelas instituições é importante, mas manter a população no rural vai além do acesso. Esse vínculo com o campo e suas práticas está além das materialidades e adentra o campo das emoções, do sentimento de pertencimento, enfim, da imaterialidade. Como se observou neste estudo, as políticas até então presentes consideram importante manter a população rural onde ela está, mas não

incentivam e nem consideram que essa população não quer apenas existir, quer sentir-se protagonista, sujeitos ativos da sociedade.

Cita-se novamente Giddens (1991, p. 74) para compreender a realidade em estudo. Este observa que a modernidade é inerentemente globalizante, ou seja, a globalização impõe transformações universalizantes que reconfiguram a tradição, seu abandono ou desincorporação. “O local encontra-se de tal forma conectado ao global que influencia e é influenciado por este”, observa o autor, o que pressupõe repensar os papéis dos atores, sua reorganização e reformulação.

A noção de desenvolvimento local auxilia a desencadear discussões a esse propósito e, observa-se, que esta traz consigo processos de melhoria nas condições culturais, econômicas, educativas e sociais das populações através de iniciativas de base comunitária. Nesta discussão alguns autores acentuam o valor da experiência dos atores e dos diversos conhecimentos associados a ela, como um recurso pertinente para agir, dão primazia ao papel ativo dos sujeitos na sua interação com o conhecimento e dão relevo a diversos contextos sociais não escolares, nos processos de desenvolvimento local. Alguns exemplos são observados nos estudos de Long (2001), o qual destaca que o desenvolvimento local preocupa-se com as transformações contínuas, imagens e realidades dos processos de desenvolvimento focado nas pessoas que habitam, experimentam e transformam os contornos e detalhes da vida social.

Para Long (2001), o enfoque orientado pelo ator encontra espaço para a análise da multiplicidade, de racionalidades, desejos, capacidades e práticas, próximo do que optamos por chamar de desenvolvimento ampliado. Por sua vez, Sen (2001) admite o desenvolvimento como uma extensão dos meios e não uma elevação dos fins. Desenvolvimento como liberdade, centralizada nas capacitações e direitos dos indivíduos. Conforme o autor, o processo de desenvolvimento centrado na liberdade é em grande medida uma visão orientada para o agente, com oportunidades sociais adequadas, em cuja proposta os indivíduos podem efetivamente moldar o seu próprio destino e ajudar uns aos outros. (SEN, 2001). Nas situações retratadas, seriam os idosos rurais senhores do seu próprio destino? Certamente não, dependentes enquanto indivíduos em muitas situações e por vezes tutelados e ou abandonados pelo estado.

Nesse sentido, seria o desenvolvimento local fator potencial não apenas de desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental, mas também humano e fonte de valorização de saberes, valores e práticas existentes nos indivíduos, nas famílias e grupos, considerando o local um desafio.

Pensa-se que o desenvolvimento local enquanto perspectivas de práticas sociais com identidade própria valorizada surge como alternativa possível para envolver a população rural, sobretudo os idosos que permanecem nesses espaços.

No mesmo sentido, Domingues (1995) afirma que a construção e a transmissão de conhecimentos não podem basear-se apenas em enfoques acadêmicos, isso porque os processos de transformação das comunidades locais são processos educativos de autoformação, de desenvolvimento de capacidades coletivas, nos quais as pessoas adquirem conhecimentos e passam de simples receptores a construtores do conhecimento. Freire (1975), ao defender os saberes das pessoas, diz que são processos de conscientização, que se assentam na reflexão e tornam os indivíduos sujeitos de conhecimento, sujeitos capazes de analisar a sua realidade e assim desenvolver capacidades para transformá-la. Este enfoque não rejeita o conhecimento dos outros, dos de fora, pois, como defende Domingues (1995), os processos de transformação das comunidades locais devem ser enriquecidos pelos contributos dados por especialistas externos a esses locais. Nessa linha Freire (1975) já oferecia subsídios analíticos para se pensar a constituição coletiva de saberes e práticas ao afirmar que “ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” e que “ninguém se educa a si mesmo – os homens educam-se entre si, mediatizados pelo mundo”.

Integrando esta reflexão à vida das pessoas, Sousa (2003) defende a ideia de que a noção de desenvolvimento humano é aplicado a todo o ciclo vital do organismo do ser humano, abrangendo não só o crescimento e a maturação, mais ligados aos aspectos orgânicos, como também a evolução no ser, mais associada à estimulação vinda do meio físico e social e aos processos internos reguladores. Integra, ainda, a estabilidade e o declínio verificados nesse mesmo ser, no que respeita à funcionalidade das suas características psicológicas.

Diz-se que os sujeitos em uma perspectiva geracional – sejam crianças, jovens, adultos ou idosos são agentes ativos que participam (ou deveriam participar) do seu próprio desenvolvimento, dentro dos contextos em que estão inseridos ao

longo de toda a sua vida. Por sua vez, os idosos inserem-se neste contexto quando promovem o desenvolvimento no sentido da otimização de potencialidades disponíveis, podendo contribuir para sua autonomia, autoconfiança, autoeficácia, competência, entre outros, para facilitar a sua integração nos vários contextos em que está inserido.

A ativação do desenvolvimento psicológico citada por Sousa (2003) situa a possibilidade de aprender ao longo da vida, independente da idade em que o indivíduo se encontra. A ativação do desenvolvimento psicológico, no caso dos idosos, exige determinadas condições, nomeadamente a predisposição para a adesão e efetivo envolvimento nas tarefas de desenvolvimento, de modo que seja possível manter a persistência até ao seu final, avaliando pontualmente os progressos alcançados e suscitando a autonomia, o sentido de responsabilidade, a cooperação, entre outras capacidades.

Complementando esta ideia, Azevedo (2004) observa que o conhecimento ao longo da vida, mais do que preparação para a vida, surge como parte integrante da própria vida, valorizada em todas as suas dimensões. “Já não se pretende aproximar a educação da vida, mas, antes, aprender na e com a própria vida”, observa o autor.

Em todos os momentos de convívio com os idosos rurais desta pesquisa, percebeu-se o esforço dos mesmos para afirmar que a pessoa “velha” é portadora da sua história, de cultura, de experiência de vida, de saber, de existência que deverá ser partilhada com outras gerações. Dessa forma entende-se que o idoso é detentor de conhecimento e que a sociedade necessita valorizar suas experiências como capital, conhecimento colocado solidariamente a serviço da sociedade.

Segundo a ONU (2002), independente das circunstâncias em que se encontram os idosos, estes têm direito a viver num ambiente que valorize suas capacidades. Isso porque, se alguns idosos demandam alta atenção à saúde, por outro lado, a maioria desta população quer continuar ativa e produtiva.

Essa não é a situação encontrada nos municípios estudados, ao contrário, os idosos de algumas localidades sequer acessam informações sobre seus direitos.

Percebe-se que o desafio está em adequar maneiras que incentivem a capacidade produtiva de trabalhadores idosos, para que estes possam e queiram continuar ativos. No entanto, observa-se, na prática, distanciamento entre potenciais

formas de inclusão dos idosos rurais e sua assimilação constitutiva em políticas e práticas institucionais que as garantam.

Segundo Camarano e Pasinato (2004) a habilidade de trabalhar por parte da população idosa dependem do seu estado de saúde, da sua capacidade funcional e das condições do mercado de trabalho. As autoras ainda observam que a aposentadoria compulsória no Brasil e a discriminação aliadas à baixa qualificação da mão de obra são obstáculos à maior participação da população idosa no mercado de trabalho. E, acrescenta-se, essa condição é produtora de exclusão social e isolamento, em particular para idosos rurais.

Soeiro (2010) reafirma essas limitações ao observar que, em Portugal, esta realidade não é diferente, defendendo a ideia de que a idade da aposentadoria não pode ser confundida com a velhice, isso porque muitas pessoas aposentam-se com idades inferiores a 65 anos. Ainda para a autora, apesar de a aposentadoria ser um símbolo social de transição para a velhice e esta, por sua vez, estar associada a noções de teor pejorativo, o setor das pessoas idosas é muito numeroso para ser considerado como passivo.

Nessa mesma perspectiva, considera-se que a experiência de vida proporciona desenvolvimento humano e a integração de capacidades e de conhecimentos, não estando a pessoa idosa proibida de desenvolver sua capacidade de aprender e de intervir, como elemento ativo e criativo no meio em que vive. Envelhecer com saúde, autonomia e independência, o mais tempo possível, constitui, hoje, um desafio à responsabilidade individual e coletiva, com tradução significativa no desenvolvimento econômico dos países.

Este estudo nos permitiu pensar o envelhecimento ao longo da vida, numa atitude mais preventiva e promotora de cultura, saúde e autonomia. Importa reduzir as incapacidades, numa atitude de recuperação global precoce e adequada às necessidades de inclusão individuais e familiares, envolvendo a comunidade, numa responsabilidade partilhada, potencializadora dos recursos existentes e dinamizadora de ações cada vez mais próximas dos cidadãos.

Frente às situações vivenciadas na pesquisa, considera-se que envelhecimento não é um problema, mas uma parte natural do ciclo de vida, sendo desejável que constitua uma oportunidade para se viver de forma saudável e autônoma o mais tempo possível. No entanto o conjunto das vulnerabilidades

identificadas aponta para o comprometimento da sociedade como condição do desenvolvimento de políticas que permitam ações mais próximas dos cidadãos idosos, capacitadoras da sua autonomia e independência, acessíveis e sensíveis às necessidades mais frequentes da população idosa rural e das suas famílias, permitindo minimizar custos, evitar dependências, humanizar os cuidados e ajustar-se às diversidades que caracterizam o envelhecimento individual e o envelhecimento da população como um todo, no conjunto da sociedade.

Barreto (2000, p.46) problematiza esta discussão ao afirmar que na sociedade portuguesa e não só,

Conhecemos, neste século, mil e um progressos: culturais, políticos, sanitários, tecnológicos e de bem-estar. Mas, num caso, talvez num só, o dos idosos, conhecemos mais regressos e crueldade do que progressos. As gerações ativas separam-se dos seus idosos de modo irreversível. A sociedade está organizada para quem produz.

Ainda, segundo o autor, em vez de promover atividades e de prolongar o tempo de utilidade e ocupação, as sociedades esmeram-se em cuidar do limite de idade. As sociedades da eficácia e da competitividade querem os idosos estacionados, tão imóveis quanto possível, tão amestrados quanto imaginável e tanto de boa saúde quanto for útil para os outros, os mais novos: a isso chamam conforto, outros, solidariedade. (BARRETO, 2000).

Mesmo que seja cruel admitir, à realidade dos idosos rurais dos quais nos ocupamos neste estudo correspondem as duras palavras do autor acima, onde se observa uma população que vive sob a salvaguarda dos benefícios previdenciários, porém, “des” envolvidos (fora) da sociedade como um todo.

Na ideia de desenvolvimento ampliado, dir-se-ia que este é um exemplo de modelo reducionista, que leva em conta apenas fatores econômicos, desconsiderando a importância do social, do cultural, do ambiental e dos fatores imateriais que caracterizam o individual e o coletivo rural, seus idosos em particular.

Diante dessa realidade, ousa-se afirmar que o êxodo rural crescente, seja de jovens, adultos ou idosos, está potencialmente relacionado a fatores imateriais que caracterizam a desvalorização do rural e de tudo o que a ele se refere. Desta forma, acredita-se que, para haver um envolvimento da população como construtora da sociedade, é necessário extrair desta realidade suas potencialidades.

Nessa mesma direção, Kageyama (2008) observa que pensar os espaços rurais implica ampliar a visão do rural não apenas como um espaço de produção agrícola, mas como um espaço de construção social. Daí a importância dos saberes e práticas construídos historicamente (de geração a geração) e presentes na memória dos “nossos” idosos rurais.

E, para sintetizar, dir-se-á que não se pretendeu, nesta tese, trazer fórmulas ou soluções para os problemas enfrentados pelos idosos rurais, mas, sim, buscou-se analisar, numa perspectiva do desenvolvimento social ampliado, “dados até então não dados”. Para tanto, empreenderam-se esforços em dar voz aos idosos, visibilidade aos “invisíveis”, na esperança de estimular novos estudos que articulem, complementem e auxiliem na compreensão das nossas formas e diferentes cenários de envelhecer.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo buscou-se analisar o envelhecimento rural nos municípios de Camaquã e Canguçu, e como os direitos dos idosos se concretizam em ações e serviços nesses espaços na perspectiva de desenvolvimento social ampliado, pois, observa-se que, apesar de o Brasil contar com amplo arcabouço legal para garantia dos direitos dos idosos, grande parte desta população encontra-se excluída, dentre estes, e, particularmente, os idosos rurais.

Como resultado constatou-se que a população idosa desses municípios aumentou nos últimos anos, numericamente, representando em Canguçu um aumento de 5,1% e, em Camaquã, 4,61%, assim como a expectativa de vida do primeiro, para o ano de 2010 era maior que do segundo para este mesmo ano, representando 75 e 73 anos, respectivamente. (IBGE, 2000, 2010). Estes primeiros dados possibilitaram concluir que, se levados em conta o envelhecimento demográfico e a expectativa de vida, Canguçu encontra-se mais desenvolvido que Camaquã, quando analisados a partir de uma visão ampliada de desenvolvimento, mesmo sendo este último mais dinâmico economicamente, segundo o PROINTER (2008).

Também como resultado deste estudo observou-se que o oferecimento de ações e serviços aos idosos nos municípios de Camaquã e Canguçu se diferenciam entre os espaços da agricultura familiar, do assentamento rural e das fazendas. Nos assentamentos e nas fazendas há um envelhecimento demográfico maior do que na agricultura familiar, isso porque nos primeiros os filhos não têm como permanecer com os pais, pois as oportunidades de trabalho na fazenda são menores e a terra nos assentamentos é pouca, o que atesta a incapacidade de reprodução social, impactando diferentemente na vida dos assentados e empregados rurais.

Em relação às condições de moradia dos idosos, observou-se que estas são influenciadas pela renda e também se diferenciam entre as categorias analisadas. Ou seja, nos assentamentos as moradias são padronizadas, já as casas dos agricultores familiares geralmente são maiores e se encontram em melhores condições. Por fim, quando existem, as casas dos empregados rurais no geral são

mais precárias, isso porque, após atingirem idades mais avançadas, estes são demitidos das fazendas, muitos ficando sem ter onde morar.

Para fazer frente a esta carência, destacam-se como ações e serviços habitacionais nos municípios de Camaquã e Canguçu o Programa Nacional de Habitação Rural e um auxílio proveniente da Secretaria Municipal da Ação Social, este último acessível para apenas pequenas construções e reformas das moradias de famílias mais vulneráveis, as quais não conseguem acesso ao Programa Nacional de Habitação Rural pela demanda exceder a oferta.

Por sua vez, em relação à oferta de ações e serviços de integração social e lazer aos idosos rurais oferecidos pelas instituições analisadas, estes também se mostraram limitados, além de se concentrarem nos espaços urbanos. Para fazer frente a esta carência, os idosos citaram a igreja, os vizinhos, a “bodega” e principalmente o trabalho como formas de lazer e integração social. Em relação aos vizinhos, estes desempenham diferentes funções na vida dos idosos, podendo-se afirmar que são esses os que oferecem os primeiros auxílios na busca por estratégias que suprem a carência das ações e serviços oferecidos pelo Estado.

Em relação à educação, observou-se que os idosos apresentam alto índice de analfabetismo. Segundo gestores e prestadores de serviço, as instituições analisadas oferecem apenas cursos ligados à produção e artesanato, porém os próprios entrevistados observam que os idosos pouco participam. Para reverter o quadro do analfabetismo não se evidenciam ofertas educacionais.

Assim a educação dos idosos está muito mais ligada à família e ao conhecimento informal, transmitido de geração a geração, do que à escolarização oficial. Estes destacam uma visão crítica à escola, afirmando que os problemas atuais de drogadição, violência, gravidez na adolescência, estão relacionados a esta “nova forma” de transmitir conhecimento através da internet, do computador e da própria escola, que “desconstrói valores”, antes de responsabilidade da família.

Os idosos também salientam que a produção agrícola toma esse mesmo rumo, porque os jovens afastam-se da família e de seus valores para estudar, apropriam-se de outros conceitos, e, ao retornarem para o rural, estão ligados muito mais à economia agrícola do que à sustentabilidade da natureza e do rural como um espaço de vida e conhecimento.

Em relação às ações e serviços de saúde, observou-se que além de limitados, estes se concentram quase que exclusivamente na sede dos municípios. Esta característica se intensifica no município de Camaquã, que, diferente de Canguçu, não possui PSFs nos espaços urbanos nem rurais, assim como oferece Grupos educativos para Diabéticos e Hipertensos apenas na sede do município. Estes dados atestam desigualdades no oferecimento de ações e serviços de saúde que se caracterizam pelo predomínio urbano.

A limitação das ações e serviços de saúde aos idosos também pode ser visualizada através das UBSs, isso porque muitos postos de saúde (Unidades) do interior encontram-se desativados ou contam apenas com uma Técnica de Enfermagem que, conforme a urgência, encaminha os pacientes para a UBS das sedes dos municípios. Para fazer frente à carência dos serviços de saúde públicos, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Camaquã e de Canguçu oferecem aos seus sócios consultas médicas com clínico geral, com valor reduzido. Porém esta oferta não é capaz de suprir toda a demanda por saúde nos municípios analisados, destacando como principais problemas o fato do STR também localizar-se na sede dos municípios e há demora pelo atendimento médico e, principalmente, por especialistas.

Em termos gerais, seja no município de Camaquã, seja em Canguçu, observa-se que existe uma grande distância entre o direito à saúde, estabelecidos pela legislação nacional e sua efetivação. Característica que se agrava quando são analisados os espaços rurais que enfrentam não apenas o problema da escassez, mas também da acessibilidade.

Na análise sobre violência e proteção social não se observou referência à violência física praticada contra os idosos, porém, inúmeras foram as citações dos gestores e prestadores de serviços sobre os casos de abandono e negligência contra esta população. Os idosos, por sua vez, citam outros tipos de violência, dentre elas a humilhação por ser “velho” e a exploração financeira. Houve também um consenso entre os participantes, o de que persiste o machismo no rural, que resiste fortemente ao passado e que as mulheres são mais prejudicadas socialmente.

Em relação às ações e serviços de proteção social, observou-se que gestores e prestadores de serviços afirmam que não são capazes de atender todo

o município, destacando que há espaços rurais desassistidos devido à falta de profissionais nas instituições. O fato de apenas os idosos visualizarem a exploração financeira e a humilhação como violência, possibilita concluir a carência por ações e serviços de proteção social a esta população, o que também não descarta a possibilidade de haver violência física contra os idosos que até então não foram identificadas ou formuladas como queixas ou denúncias aos raros serviços oferecidos.

Em termos de renda e benefícios, concluiu-se que os Benefícios Previdenciários Rurais foram uma das “grandes conquistas” dos idosos rurais de Camaquã e Canguçu. Porém, o acesso a estes se diferencia entre as categorias analisadas, apresentando os assentados e os empregados rurais maiores dificuldades para se aposentarem por idade do que os agricultores familiares. Isso atesta as desigualdades de acesso entre as categorias analisadas.

Frente a esta dificuldade, alguns idosos, principalmente assentados e empregados rurais, buscam os benefícios da LOAS ou do PBF, porém também de difícil acesso, pois na família, na maioria das vezes, há um integrante que recebe alguma renda por benefício, inviabilizando o recebimento múltiplo desses benefícios.

Ainda observou-se que a limitação da oferta de ações e serviços aos idosos em Camaquã e Canguçu é intensificada pelo fato de que poucos profissionais deslocam-se até as áreas rurais, dentre eles estando apenas alguns médicos clínicos gerais, dentistas, enfermeiros, agentes comunitários de saúde e algumas “oficineiras” responsáveis pelos cursos de artesanato.

Por sua vez, segundo os idosos, é mais vantagem deslocar-se até a sede em busca de ações e serviços que esperar um profissional ir até a sua comunidade, informação que confirma a limitação de profissionais acessíveis.

Para os idosos rurais o deslocamento até a sede dos municípios não é uma tarefa fácil, uma vez que a maioria não tem transporte próprio, tendo que depender de transporte coletivo. Os ônibus, por sua vez, também são limitados a determinados dias e horários, sendo que o preço das passagens é elevado, principalmente para os idosos que residem mais distante da sede do município. Por sua vez, as estradas rurais se encontram frequentemente em estado precário, além

de não haver paradas de ônibus protegidas em vários trechos, o que se agrava ainda mais para aqueles com limitações físicas.

Observou-se que as instituições que mais oferecem ações e serviços aos idosos rurais têm atuação no campo da produção, como o STR, a EMATER e as Secretarias Municipais da Agricultura. Por outro lado, as instituições que atuam em ações e serviços sociais e assistenciais, como a Secretaria Municipal da Saúde, da Ação Social, da Educação limitam suas ofertas ao público urbano.

Assim, observou-se também em ambos os municípios o “des” (não) envolvimento dos idosos no sentido de integração nas dinâmicas e políticas sociais, o que gera múltiplas vulnerabilidades para esta população, isso porque, além das limitações físicas consequentes do envelhecimento biofisiológico, enfrentam dificuldades ou ausência de acesso a ações e serviços que lhes são necessários nesta etapa da vida.

Para além dessas situações, há também o problema da forma com que os gestores e os prestadores de serviços visualizam o rural, de um lado envelhecido demograficamente e de outro limitado a uma pequena parcela de agricultores não idosos, que persistem em continuar nessas áreas.

Diz-se, por sua vez, que os que migram para a cidade buscam novas oportunidades e melhor renda, mas frente aos incentivos que, hoje, são disponibilizados para o rural, sendo o PRONAF um exemplo, questiona-se se esses jovens buscam apenas renda e valorização no trabalho.

Tem-se a destacar que os idosos participantes da pesquisa em muitos momentos mostraram-se insatisfeitos com o rumo que o rural e as políticas públicas “estão tomando”. Isso porque observou-se também que, mais do que a necessidade de melhorar a infraestrutura de serviços aos idosos, é preciso combater a exclusão desse grupo populacional da sociedade como um todo. A oferta de ações e serviços a esta população tem seguido os padrões urbanos que não condizem com a realidade do rural. Os jovens, por sua vez, são incentivados a “serem alguém na vida”, geralmente longe dos espaços rurais, pois cada vez mais se intensifica a ideia de que no rural “não há vida”, “não há conhecimento”, não há potencialidades a serem valorizadas.

Com referência ao processo de desvalorização e êxodo das populações rurais esse é mais intenso em Camaquã do que em Canguçu. Camaquã apresenta

um maior número de fazendas e, conseqüentemente, assentados e empregados rurais. Comparando os achados deste estudo com alguns dados secundários, observou-se que Canguçu diferencia-se significativamente de Camaquã quanto à estrutura fundiária, o primeiro município apresentando grande número de pequenas propriedades e algumas fazendas e o segundo caracterizando-se pelo número elevado de fazendas, e assentamentos rurais. Frente às situações descritas, pressupõe-se um maior número de assentados e empregados rurais em Camaquã, diferente de Canguçu que apresenta maior número de agricultores familiares. Esta diferenciação indica maiores desigualdades e, conseqüentemente, maior vulnerabilidade social e programática no município de Camaquã.

Em um esforço de síntese, destacam-se nesta tese que tanto os idosos rurais de Camaquã quanto os de Canguçu encontram-se “des” (não) envolvidos nas ações e serviços que lhes são garantidos pelos direitos constitucionais e pelo Estatuto do Idoso, e, por sua vez, este “des” (não) envolvimento diferencia-se entre as categorias analisadas, encontrando-se os assentados e empregados rurais em piores situações de acesso às ações e serviços que os agricultores familiares e que o dinamismo de Camaquã limita-se ao setor econômico. Neste estudo observou-se que neste último o oferecimento de ações e serviços é menor do que em Canguçu, o que do ponto de vista do desenvolvimento social ampliado atesta maior dinamismo desse município. No entanto, visualizam-se em ambos desigualdades e iniquidades de acesso na oferta de ações e serviços para idosos rurais e urbanos, com visível predomínio e centralização destas em meio urbano.

Mais do que buscar acesso às ações e serviços, os idosos rurais participantes da pesquisa demonstram, em suas percepções, a necessidade de valorização na e da sociedade, expressa nas situações de vida em sua complexidade material e imaterial.

Por esse motivo entende-se a importância da adoção de focos de análise acadêmica, considerando o desenvolvimento social ampliado, pois baseia-se não apenas em fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais, mas vai além, na compreensão das imaterialidades, constitutivas do existir. Acredita-se que o bem estar dos indivíduos, e aqui mais especificamente dos idosos rurais, não diz respeito apenas às suas condições, mas às “situações” em que estes se encontram, e para com as quais temos que ter responsabilidade e comprometimento como cidadãos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. (Coleção Estudos Rurais).

_____; CAMARANO, A. A.; PINTO, M. S. **Como vai?** População brasileira. Brasília: Edição Técnica do IPEA, 1997.

ALCÂNTARA, L., R. **Idosos rurais**: fatores que influenciam trajetórias e acesso a serviços de saúde no município de Santana da Boa Vista/RS. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. p. 33-55.

_____; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

ALONSO, J.A.F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P.S. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul**: causas e perspectivas. Porto Alegre: FEE, 1994.

ANIMAR, T. A. **Desenvolvimento local**: uma oportunidade de futuro! Lisboa: ANIMAR, 1998.

AZAMBUJA, M. P. R.; NOGUEIRA, C. Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.17, n.3, p.101-112, jul./set. 2008.

AZEVEDO, J. Comunidade de aprendentes. O início de um caminho. **Revista Aprender ao Longo da Vida**, Algarve, n. 1, p. 25-28, 2004.

AYRES, J. R. de C. M. **Vulnerabilidade e avaliação de ações preventivas**. São Paulo: Casa de Edição, 1996.

BARRETO, A. **A situação social em Portugal 1960-1998**. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2000.

BELTRÃO, K. et. al. **A população rural e a previdência social no Brasil**: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, 759).

BIOLCHI, M.; SCHNEIDER, S. A previdência social e seus impactos sociais e econômicos no meio rural do Rio Grande do Sul. **Revista de Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 4, p. 27-42, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília, 1998.

_____. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/SAUDE/area.cfm?id_area=169>. Acesso em: 03 jun. 2010.

_____. **Lei nº 8.842**, de 2 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, 1994. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/ido/solei8842.htm>>. Acesso em: 06 set. 2011.

_____. Conselho Nacional da Saúde. **Legislação**: deliberações. Resolução nº. 466 de 12 de dezembro de 2012. Define as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa em Seres Humanos. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2011.

_____. Ministério da Previdência Social. **Panorama da Previdência Social brasileira**. 2. ed. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.395/GM**, de 10 de dezembro de 1999. Política Nacional de Saúde do Idoso. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/3idade/portaria1395gm.html>>. Acesso em: 03 jun. 2010.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília, 2002.

_____. Ministério de Ciência e Tecnologia. **Chamada pública MCT/FINEP/Ação Transversal** - Tecnologias assistivas - Seleção pública de propostas para apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias assistivas para inclusão social de pessoas portadoras de deficiência e de idosos. Brasília, set. 2005. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/10253.html>>. Acesso em: 24 out. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar no Brasil e censo agropecuário 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/sites/default/files/cartilha%20ibge%20agricultura%20familiar.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2014

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Manual operacional do crédito rural PRONAF**. Brasília, 2002.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.741.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2010.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 50-81, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

_____. **Gênero e previdência social rural no Sul do Brasil**. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/Texto%20Anita-G%EAnero%20e%20previd%EAncia%20social-portugues-2001.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

CAETANO, M. A.; MIRANDA, R. B. **Comparativo internacional para a previdência social**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007 (Texto para Discussão, 1302).

CALDAS, C. P. Envelhecimento com dependência: responsabilidades e demandas da família. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p.773-781, maio/jun. 2003.

CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

_____; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 253-292.

COCCO, M. **Violência contra mulheres rurais, agendas públicas municipais e práticas profissionais de saúde: o visível e o invisível na inconsistência do óbvio**. 2012. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

_____; LOPES, M. J. M.; PERETTO, M. Violência e acidentes: concepções de jovens vítimas desses agravos. **Ciência, Cuidado & Saúde**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 228-235, 2009.

_____ et al. Processo de trabalho dos agentes comunitários de saúde: possibilidades e limites. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 134-140, set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v33n3/18.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionais. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul. 2002.

COTRIM, M. S. **Pecuária familiar na “serra do sudeste” do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a origem e a situação socioeconômica do pecuarista familiar do município de Canguçu/RS. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. (Org.). **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural da Região Sul do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, 734).

_____; _____. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 293-319.

DENIS, J. L. ; CHAMPAGNE, F. Análise de implantação. In: HARTZ, Z. M. A. (Ed.). **Avaliação em saúde**: dos modelos conceituais à prática da implantação de programas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997. p. 49-88.

DOMINGUES, P. **Espacios Educativos**. Sobre la Participación y Transformación Social. Barcelona: EUB, 1995.

DONZELOT, J. (Dir.). **Face à l'exclusion**: le modèle français. Paris : Éditions Esprit, 1991.

DUARTE, C. M.; NASCIMENTO, V. B.; AKERMAN, M. Gravidez na adolescência e exclusão social: análise de disparidades intra-urbanas. **Rev. Panam. Salud Publica**, Santo André, v. 19, n. 4, p. 236–243, 2006.

DUBY, G; PERROT, M (Dir.). **História das mulheres**: a Idade Média. Porto: Afrontamento, 1990.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

EPSTEIN, T. S.; JEZEPEH, D. Development - there is another way: a rural-urban partnership development paradigm. **World Development**, Manchester, v. 29, n. 8, p. 1443-1454, 2001.

SCOREL, S. **Vidas ao léu**: trajetória da exclusão social. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

FERNANDES, H. J. **Solidão em idosos do meio rural do Concelho de Bragança**. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Idoso) – Faculdade de Psicologia e Ciência da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2007.

- FERREIRA, J. R. C. **Evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Camaquã-RS**: uma análise da agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- FERREIRA, B. et al. A agricultura familiar e o Pronaf: contexto e perspectivas. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. (Org.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001. p. 124
- FORTIN, M. **O processo de investigação**: da concepção à realização. Loures: Lusociências, 1996.
- FREIRE, P. **A pedagogia do oprimido**. Porto: Afontamento, 1975.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Alívio à pobreza**: diagnóstico e conclusões. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento; Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento; FEE; Pró-Rural 2.000, 1995.
- _____. **Comentários acerca dos números finais do PIB do Rio Grande do Sul e das demais regiões da federação em 2010**. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Social/FEE, 2012.
- GALLO, E. et al. Reforma sanitária: uma análise de viabilidade. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, 1988.
- GARCIA JR., A. R. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GAZZOLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- GERHARDT, T. E.; LOPES, M. J. **Desigualdades sociais e de saúde**: elementos para análise interdisciplinar. 2008. Texto não publicado.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- GIL, A. C. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.
- GOMES, E. S.; BARBOSA, E. F. **A técnica de grupos focais para obtenção de dados qualitativos**. Belo Horizonte: Instituto de Pesquisa e Inovações Educacionais, 1999.

GRAZIANO, J da S. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n. 43, p. 37-50, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

HEREDIA, B.; GARCIA, M. F.; GARCIA JR., A. R. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, N. (Coord.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 37-77.

HINCK, S. The lived experience of oldest-old rural adults. **Qualitative Health Research**, Newbury Park, v. 14, n. 6, p. 779-791, July 2004.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL – ITS. **Tecnologia assistiva nas escolas: recursos básicos de acessibilidade sócio-digital para pessoas com deficiência**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.itsbrasil.org.br/pages/23/TecnoAssistiva.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2012.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura familiar. Primeiros resultados: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. **Censo demográfico 2000**: agregado por setores censitários dos resultados do universo: Região Sul. v. 4. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 06 jan. 2011.

_____. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 out. 2011.

_____. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/brasilemsintese/default.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2010.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006>>. Acesso em: 06 set. 2010.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.blog.planalto.gov.br/pnad-desigualdade-em-queda-no-brasil>>. Acesso em: 06 fev. 2013.

_____. **Sidra**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2012.

_____. **Sidra**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE. **Envelhecimento em Portugal: situação demográfica e socio-econômica recente das pessoas idosas**. Lisboa: INE, 2002.

JACOB, L.; FERNANDES, H. (Coord.). **Ideias para um envelhecimento activo**. Lisboa: RUTIS, 2011.

LEAL, S. M. C. et al. Mulheres e violência em áreas rurais do Rio Grande do Sul. In: MENEGUEL, S. N. (Org.). **Rotas Críticas II: ferramentas para trabalhar com a violência de gênero**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2009. p. 64-82.

_____; LOPES, M.J.M; GASPAR, M.F.M. Representações sociais da violência contra a mulher na perspectiva da enfermagem. **Interface – Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 15, n. 37, p. 409-424, 2011.

LIMA-COSTA, M. F.; VERAS, R. Saúde pública e envelhecimento. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 700-701, maio/jun. 2003.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London. Routledge, 2001.

LOPES, M. J. Divisão do trabalho e relações sociais de sexo: pensando a realidade das trabalhadoras do cuidado de saúde. In: _____. MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Org.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 76-105.

_____. Do poder normativo à concepção de desenvolvimento humano – a busca da sustentabilidade em saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 20, n. esp., p. 123-129, 1999.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida**. Passo Fundo: SOBER, 2003.

_____. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KALACHE, A. O mundo envelhece: é imperativo um pacto de solidariedade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, jul./ago. 2008.

MANN, J. et al. (Org.). **A Aids no mundo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ABIA; IMS; UERJ, 1992.

MANNHEIM, K. O problema das gerações. In: _____. **Sociologia do conhecimento**, v. 2. Porto: RES, [1928]. p. 115-176.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 12, 1994.

MISSIO, M.; PORTELLA, M. R. Atenção aos idosos rurais no contexto da família: um desafio para a equipe do Programa da Saúde da Família. **Boletim da Saúde**, Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul; Escola de Saúde Pública, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 25-36, 2003.

MORAIS, E. P. de. **Envelhecimento no meio rural: condições de vida, saúde e apoio dos idosos mais velhos de Encruzilhada do Sul – RS**. 2007. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

_____ et al. Os idosos mais velhos no meio rural: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 374-383, abr./jun. 2008.

MOTTA, A. B. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 225-250, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v25n2/05.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____; WELLER, W. Apresentação: a atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 175-184, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v25n2/02.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

NERI, A. L. (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Edições SESC, 2007.

NETTO, M. P. O estudo da velhice: histórico, definição do campo e termos básicos. In: FREITAS, E. V. et al. (Org.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 2-12.

OLIVEIRA, A. R. **Educação e exclusão: uma abordagem ancorada no pensamento de Karl Marx**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

OLIVEIRA, L. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 33, p. 49-61, fev. 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Carta de Ottawa para a Promoção da Saúde**. Genebra, 1986.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Plano de ação internacional para o envelhecimento** – Madri 2002. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

_____. **A ONU e a velhice**: mudanças de paradigma. Recife, 2010. Disponível em: <<http://portaldoenvelhecimento.org.br/noticias/geral/a-onu-e-a-velhice-mudanca-de-paradigmas.html>>. Acesso em: 18 fev. 2010.

_____. **Declaração universal dos direitos humanos**. Portugal, 1948. Disponível em: <http://www.Direitoshumanos.usp.br/conter/Onu/Sist_glob_trat/texto/texto1>. Acesso em: 06 fev. 2013.

_____. **Princípios das Nações Unidas para o idoso**. Portugal, 1991. Disponível em: <<http://vascofernandes.wordpress.com/lei-direitos-dos-idosos-c-r-portuguesa-l-nacional/>>. Acesso em: 18 out. 2013.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE - OPS. **Exclusión en salud en países de América Latina y el Caribe**. Extensión de la protección social en salud. Washington: OPS; OMS; ASDI, 2003.

PAIM, J. et al. **O sistema de saúde brasileiro**: história, avanços e desafios. Rio de Janeiro, 2011. (Série Saúde no Brasil 1). Disponível em: <<http://download.thelancet.com/flatcontent/assets/pdfs/brazil/brazilpor1.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2011.

PAZ, A. A; SANTOS, B. R. L; EIDT, O. R. Vulnerabilidade e envelhecimento no contexto da saúde. **Acta Paul Enferm.**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 338-342, 2006.

PEREIRA, R. C. J. Longevidade: prêmio ou castigo? **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, 1984.

PERISTA, H. (Coord.). Gênero e envelhecimento: planejar o futuro começa agora. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Gênero. **Cadernos condição feminina**, Lisboa, 2012.

PINTO, J. L. G. et al. Características do apoio oferecido a idosos de área rural assistida pelo PSF. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 756-764, 2006.

PLOEG, J. D.; LONG, A.; BANKS, J. Rural development: the state of the art. In: _____. (Ed.) **Living countryside**: rural development processes in Europe the state of the art. Netherlands: Elsevier, 2000. p. 8-17.

POPAY, J. et al. **Understanding and tackling social exclusion**. Final report to the WHO Commission on Social Determinants of Health from the Social Exclusion Knowledge Network. Lancaster, 2008.

PRADO, A.R.A. Acessibilidade na gestão da cidade. In: ARAUJO, L.A.D. **Defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p. 9-29.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**. a verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano. Brasília, 2010.

RAMOS, M. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

RAPOPORT, A. General systems theory: a bridge between two cultures. Third annual Ludwig von Bertalanffy. **General Systems**, Michigan, v. 23, p. 149-156, 1978.

RAYNAUT, C. Interfaces entre a antropologia e a saúde: em busca de novas abordagens conceituais. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 149-165, 2006.

REIS, C. S. et al. **Diagnóstico de saúde da comunidade**. Trabalho apresentado no Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem Comunitária, Unidade Curricular Enfermagem Comunitária I. Instituto Politécnico de Beja, 2010.

ROESE, A. **Fluxos e acesso dos usuários a serviços de saúde de média complexidade no município de Camaquã, RS**. 2005. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ROGERS, C. C. The graying of rural America. **Forum for Applied Research and Public Policy**, Knoxville, v. 15, n. 4, p. 52-55, Winter 2000. Disponível em: <<http://forum.ra.utk.edu/Archives/PDF/15.4.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2011.

ROGERS, G. What is special about social exclusion approach? In: _____; GORE, C.; JOSÉ, F. (Org.). **Social exclusion**: rethoric, reality, responses. Cambridge, International Institute for Labor Studies, 1995. p. 204

ROSA, M. F. G. **Serviço de apoio domiciliário**: um estudo sobre a qualidade de dos serviços 2012. Dissertação (Mestrado em Gerontologia Social) – Faculdade de Educação e Comunicação, Universidade do Algarve, Faro, 2012.

ROSANVALLON, P. **La Nueva Cuestión Social**: repensar el Estado providencia. Buenos Aires: Manantial, 1995.

SANTOS, B. S. de. (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1988.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M.A.V. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. **Teoria e Evidência Econômica**, Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 117-149, 2000.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2001.

SILVA, J. C. Da velhice e assistência social no Brasil. **A Terceira Idade**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 54-64, 2006.

SILVA, F. G. S. da. et al. **Proposta metodológica para quantificar a exclusão social no meio Rural**. Porto Alegre: SOBER, 2009.

SIQUEIRA, M. E. C. de. Velhice e políticas públicas. In: NERI, A. L. (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Edições SESC, 2007. p. 209-223.

SOEIRO, M. A. S. **Envelhecimento português: desafios contemporâneos**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

SOUSA, C. **Características psicológicas de la persona adulta**. Valência: Diálogos, 2003.

SQUEIRE, A. **Saúde e bem-estar para pessoas idosas: fundamentos básicos para a prática**. Loures: Lusociência, 2005.

STARFIELD, B. **Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002.

SUZEL, M. B. **Projecto de Intervenção Sócio-educativo “Seniores em Segurança”**. 2010. Dissertação (Mestrado em Gerontologia Social) – Escola Superior de Educação, Universidade do Algarve, Faro, 2010.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 2, n. 2, p. 21-41, 2005.

TONEZER, C. **Idosos rurais de Santana da Boa Vista – Rio Grande do Sul: Efeitos da cobertura previdenciária**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TONNEAU, J. P.; TEIXEIRA, O. A. Políticas públicas e apoio institucional à agricultura familiar no Brasil: agroecologia e estratégias de desenvolvimento rural. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 2, p. 295-303, jul./dez. 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS. **Evolução e diferenciação da agricultura, transformação do meio natural, e**

desenvolvimento sustentável em espaços rurais do sul do Brasil. Relatório técnico parcial. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural; Faculdade de Economia, 2005.

_____. **Desenvolvimento rural na ‘Metade Sul’ do Rio Grande do Sul:** sistemas de relações, mecanismos e dinâmicas sociais e naturais. Relatório técnico parcial. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural; Faculdade de Economia, 2008.

_____. **Evolução e transformação da agricultura e desenvolvimento sustentável:** contribuições para a elaboração de políticas públicas para a “Metade Sul” do Rio Grande do Sul. Relatório técnico parcial. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural; Faculdade de Economia, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. **Agricultores familiares:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

_____. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WOORTMANN, K. Velhos camponeses. In: LAHUD, A. **Terceira idade:** ideologia, cultura, amor e morte. Brasília: UnB, 2004. p. 55-70.

_____; WOORTMANN, E. Velhos camponeses. **Humanidade, Terceira idade,** Brasília, n. 46, p. 132-139, 1999.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul intitulado: Velhices rurais na perspectiva do desenvolvimento social ampliado – estudo de casos múltiplos na Metade Sul do Rio Grande do Sul, de responsabilidade das pesquisadoras: Prof^a Dra Marta Julia Marques Lopes e Doutoranda Cristiane Tonezer.

Os objetivos do estudo consistem em analisar ações e serviços oferecidos aos idosos nos espaços rurais de Camaquã e Canguçu, municípios da Metade Sul do Rio Grande do Sul.

A pesquisa não oferece riscos, e seu nome permanecerá no anonimato.

Algumas perguntas poderão gerar um certo desconforto, por isso mesmo que tenha concordado em participar, você poderá desistir a qualquer momento, sem ter que dar qualquer justificativa ou explicação.

Ao assinar este Termo de Consentimento, você declara também que permite o registro e uso das imagens fotográficas, na garantia de que estas, assim como todas as informações geradas nesta pesquisa, serão mantidas e utilizadas somente para este fim.

Data ___/___/_____

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora

Pesquisadora:

Cristiane Tonezer

Contato: Rua João Pessoa, 31 – Campus Central – Porto Alegre, RS

Fone: (51) 91698299

Orientadora:

Profa. Dra. Marta Júlia Marques Lopes

Contato: Escola de Enfermagem

Fone: (51) 33085201

Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS

Fone: (51) 33083629

ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

Plataforma Brasil - Ministério da Saúde

Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Pró-Reitoria de Pesquisa - PROPESQ

PROJETO DE PESQUISA

Título: Velhices rurais: Políticas públicas para o envelhecimento nos municípios de Camaquã e Canguçu - Rio Grande do Sul

Área Temática:

Pesquisador: Marta Julia Marques Lopes

Versão: 1

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CAAE: 03020612.6.0000.5347

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Número do Parecer: 80891

Data da Relatoria: 31/05/2012

Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa qualitativa sobre a velhice no mundo rural da metade sul gaúcha a ser aplicado a um universo constituído por gestores de políticas públicas e idosos das cidades de Camaquã e Canguçu. O projeto será aplicado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS como projeto de doutorado de Cristiane Tozer.

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa objetiva colher dados qualitativos sobre vivências e percepções da velhice e da aplicação de políticas públicas de modo a aprofundar o conhecimento sociológico da questão, através de seleção e entrevista com gestores de políticas públicas e informantes idosos no meio rural através de entrevistas e observações a serem conduzidas in loco na região durante o ano de 2012. A pesquisa utiliza-se de uma amostragem de 54 informantes, definida pelos critérios tipificados na análise qualitativa, exposta nas referências do projeto, os quais serao entrevistados, assim como de discussão em grupos focais formados por parcelas desses informantes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos são a exposição inadequada dos dados confidenciais dos informantes. No entanto, eles estão devidamente abordados na apresentação da pesquisa e no termo de consentimento livre e esclarecido. Os benefícios são o conhecimento das realidades e aplicações das políticas públicas para idosos no meio rural da metade sul gaúcha, o que permite aprimorar a aplicação e ajustar o foco de tais políticas tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos idosos destas e de outras regiões.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa está teoricamente bem sustentada, seus objetivos são claros, em referencias claras e adequadas, com metodologia consistente com os objetivos e cronograma exequível, sendo socialmente relevante e eticamente adequada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE está apresentado conforme os requisitos da legislação, incluindo-se o telefone do comitê de ética em pesquisa da UFRGS.

Recomendações:

Recomenda-se a aprovação do projeto de pesquisa.

Jose Artur Lelir

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências ou inadequações.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

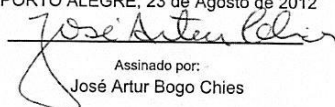
Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Encaminhe-se.

Nº CAAE: 03020612.6.0000.5347

PORTO ALEGRE, 23 de Agosto de 2012



Assinado por:
José Artur Bogo Chies

ANEXO B – ARTIGO: SÃO BRÁS DE ALPORTEL E SEUS “VELHOTES” – AÇÕES E SERVIÇOS AOS IDOSOS RURAIS EM PORTUGAL

Cristiane Tonezer, Carolina Souza, Marta Júlia Marques Lopes

1 Introdução

Este artigo é resultado do estágio de doutorado realizado em Portugal, busca descrever e analisar ações e serviços oferecidos aos idosos¹⁸ rurais do concelho de São Brás de Alportel, localizado no sul do país, na região do Algarve.

O estudo assenta-se no fato de que, em termos numéricos, o índice de envelhecimento em Portugal registou um aumento contínuo nos últimos 40 anos, aumentando de 27 indivíduos idosos por cada 100 jovens, em 1960, para 103, em 2001. Em valores absolutos, a população idosa em Portugal aumentou quase um milhão de indivíduos, passando de 708.570, em 1960, para 1.702.120, em 2001 (INE, 2002). Dados mais atuais dos censos de 2012 mostram que Portugal conta com mais de 2 milhões de pessoas com 65 ou mais anos, representando 19% da população total. (INE, 2012).

No rural, por sua vez, segundo Faria, Oliveira e Simões (2012), até 1945, cerca de 80% da população portuguesa vivia da agricultura, porém, na década de 60 a população urbana foi intensificada devido ao elevado êxodo rural juvenil. Como consequência desta migração, ainda segundo os autores, os espaços rurais em Portugal tornaram-se envelhecidos, causando problemas como o isolamento da população idosa, a desertificação e a descapitalização da agricultura, estes últimos estendendo-se até os dias atuais. Hoje, segundo Faria, Oliveira e Simões (2012), os idosos vivem em pequenas localidades com baixo nível educacional, sobrevivendo com baixos salários com reflexos do valor das pensões de reforma.

A situação de pobreza, isolamento, dificuldade de acesso, vulnerabilidade e abandono vivido por muitos idosos no rural de Portugal intensifica a necessidade de analisá-la, destacando-se a importância de pensar formas de inclusão dessa população. Frente a estas informações, o *objetivo central* deste artigo é conhecer,

¹⁸ Em Portugal consideram-se idosas pessoas com 65 anos ou mais.

descrever e analisar como os direitos estabelecidos pela sociedade portuguesa concretizam-se em ações e serviços aos idosos rurais de São Brás de Alportel.

2 Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo, com caráter exploratório, descritivo e analítico. Em relação aos participantes da pesquisa, constituíram-se por indivíduos de diferentes instituições locais públicas e não públicas, responsáveis pelo oferecimento de ações e serviços aos idosos de São Brás de Alportel (11 entrevistados), assim como por idosos residentes no rural deste concelho (15 entrevistados). Os instrumentos utilizados na geração de dados foram baseados em documentos de políticas públicas, fontes documentais locais, dados sociodemográficos secundários e entrevistas semiestruturadas. Em relação à análise dos dados, optou-se pela análise de conteúdo temático com base em Minayo (2001). Respeitando as normativas (466, 2012) éticas em pesquisa, utilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por todos os participantes em duas vias e garantiu-se sigilo e anonimato.

3 Os idosos de São Brás de Alportel - resultados

Parte-se de uma breve caracterização da localidade de São Brás de Alportel, logo após descrevem-se as instituições e os participantes da pesquisa, por fim analisam-se as ações e serviços que são prestados aos idosos rurais deste concelho.

3.1 O espaço rural analisado, as instituições e os participantes da pesquisa

São Brás de Alportel é um dos 16 concelhos da região do Algarve, com 150,05 km² de área e 10.846 habitantes (INE, 2013). Encontra-se entre os quatro concelhos de Portugal que possui apenas uma freguesia¹⁹.

¹⁹ Portugal conta com 18 distritos, 308 concelhos e 4260 freguesias, diferenciando-se do Brasil, em que a divisão da federação se resume a estados, municípios, e o distrito federal. As freguesias, por sua vez, são as menores divisões administrativas de Portugal, diferente do Brasil onde o município é a menor unidade político-administrativa. A freguesia em Portugal é governada por uma Junta de

Com base na economia da cortiça²⁰, no período entre 1991 e 2001, São Brás de Alportel foi considerado o quarto concelho do país com maior crescimento populacional, com um aumento da população de 33,3 %, quando em Portugal se registrava uma variação de 5,3 %, (INE, 2000). No entanto, São Brás de Alportel continua revelando uma densidade populacional mais baixa, de 82 hab/Km², do que a registrada para o país, que é de 115,4 hab/Km². Este número deve-se à grande concentração da população nos espaços urbanos e de maior dispersão na ocupação nos espaços rurais. (REIS et al. 2010).

Destaca-se, por sua vez, que o envelhecimento da população, no concelho de São Brás de Alportel, assume proporções acentuadas, verificando-se que em 2001 havia em média 157 pessoas com mais de 65 anos para cada 100 com menos de 15 anos. Em conformidade com este cenário, o concelho tem registrado altas taxas de mortalidade. (INE, 2000). O INE ainda não disponibilizou dados mais atuais referentes à diferentes localidades de São Brás de Alportel, mas os dados supracitados e os resultados desta pesquisa demonstram o elevado envelhecimento populacional, que se acentua no rural.

As instituições que fizeram parte desta pesquisa em São Brás de Alportel foram: o Centro de Apoio à Comunidade, a Guarda Nacional Republicana (GNR), o Centro de Saúde, a Santa Casa de Misericórdia, a Instituição Particular de Solidariedade Social da Serra do Caldeirão (IPSS), a Junta de Freguesia e a Associação de Agricultores. Em relação à localização, a maioria das instituições localiza-se na sede do concelho, apenas a IPSS da Serra do Caldeirão localiza-se em outro concelho denominado Loulé, assim todas atendem tanto o público rural quanto o urbano.

Entrevistaram-se 11 gestores e prestadores de serviços das instituições supracitadas, todos com ensino superior completo. Em relação ao tempo de serviço nas instituições, este variou, de um entrevistado com mais de dez anos, três, de seis a dez anos, quatro, de dois a cinco anos, e três, menos de um ano.

Freguesia, um órgão executivo que é eleito pelos membros da respectiva Assembleia de Freguesia, à exceção do presidente. A Assembleia de Freguesia é um órgão eleito diretamente pelos cidadãos recenseados no território da freguesia. A função que a freguesia exerce em Portugal não encontra similar oficial no Brasil, por isso varia de município para município. A correlação mais direta seriam os bairros com suas associações de moradores. (FREITAS, 2006).

²⁰ Material de origem vegetal da casca do sobreiro com grande poder isolante. Serve como matéria prima para artigos de decoração, componentes para calçados, rolhas, além de abastecer o setor industrial de diversos segmentos, dentre eles a automobilístico, de bebidas, construção e alvenaria.

Conclui-se, a partir destes dados, que a maior parte dos entrevistados que prestam serviços aos idosos de São Brás de Alportel estão há pouco tempo nas instituições, porém todos possuem formação superior, o que pode indicar maior qualificação para o trabalho em ações e serviços à população idosa.

A pesquisa contou também com a participação de 15 idosos rurais de São Brás de Alportel. Estes apresentavam idades entre 71 e 83 anos. O grupo de participantes também contemplou um maior número de mulheres (nove), se comparado com o número de homens (seis), assim como maior número de idosos casados (12) e três mulheres viúvas.

3.2 Ações e serviços aos idosos rurais de São Brás de Alportel

Segundo participantes da pesquisa, São Brás de Alportel caracteriza-se pelo elevado envelhecimento populacional, informação confirmada pelos dados do INE (2013), que mostra um aumento de 1,6 % da população idosa para os anos de 2001 a 2011. Por sua vez, o envelhecimento no rural é ainda mais acentuado, “eu sempre conheci o rural de São Brás com muitos velhotes”, “no rural de São Brás só há velhos”, observam os participantes da pesquisa.

Tendo em vista o envelhecimento demográfico no concelho de São Brás de Alportel, que se intensifica no rural, buscou-se analisar ações e serviços oferecidos aos idosos rurais deste concelho, destacando que esta análise se constituiu a partir dos dados coletados em campo. Os dados são, portanto, inéditos e indicam caminhos para a compreensão do investimento local em ações e serviços aos idosos no concelho.

Por sua vez, destaca-se que as categorias analíticas foram compostas, pela análise das ações e serviços de renda, saúde, habitação, proteção social, educação, integração social e lazer, e acessibilidade a bens e serviços (transporte), sucessivamente, por vezes articulando-se entre si.

Em termos de renda, destaca-se que em Portugal a universalização dos direitos sociais foi implementada gradualmente, mas a um ritmo acelerado, abrangendo cidadãos de todas as condições sociais. Ressalta-se que, entre 1975 e 1986, aumentou o número de pensões²¹ de velhice, possibilitando a criação de um

²¹ Para este estudo, pensão em Portugal é sinônimo de benefício no Brasil.

regime não contributivo, assim como a integração de regimes especiais como o Regime Especial de Segurança Social Agrícola (RESSA). (CAPUCHA et al. 2005).

Atualmente em Portugal, segundo Martins (2013), as pensões podem ser do regime contributivo ou não contributivo, independente de os idosos terem descontado para a Segurança Social. Assim, se pertencem ao regime contributivo podem ter direito à “pensão de velhice” ou à pensão por invalidez. A primeira é uma prestação mensal para pessoas que tenham chegado à idade da reforma (65 anos ou mais), esta tem como objetivo compensar a perda da remuneração de trabalho. A segunda (pensão por invalidez) consiste em uma prestação mensal com objetivo de compensar a perda de remunerações, resultante da incapacidade antecipada para o trabalho.

No caso de pertencerem ao regime não contributivo podem beneficiar-se de pensões sociais e de viuvez. A pensão social é um benefício para os nacionais residentes no país, que não se encontrem abrangidos por qualquer regime de proteção social; que não tenham rendimentos líquidos de qualquer natureza, ou não exceda 30% da remuneração mínima garantida à generalidade dos trabalhadores, quando se trata de uma pessoa isolada, ou 50% se for casal. A pensão por viuvez, por sua vez, é uma prestação atribuída ao cônjuge do falecido pensionista que, por si só, não tem direito a qualquer pensão de sobrevivência, enquanto mantiver o seu estado civil. Para ter direito à mesma, não pode estar abrangido por nenhum regime contributivo. (CAPUCHA et al. 2005).

Hoje o Regime Especial de Segurança Social Agrícola (RESSA), pertencente ao subsistema de solidariedade social, apesar de ser contributivo, estabelece um regime globalmente mais favorável se comparado aos outros setores de atividades já enquadradas no regime geral, sendo que o valor mínimo das pensões por velhice ou por invalidez do RESSA não podem ser inferiores a 60% do valor da remuneração mínima mensal garantida a todos os trabalhadores.

Ao falarmos dos idosos rurais entrevistados de São Brás de Alportel, observa-se que, dos 15 participantes da pesquisa, sete recebem apenas aposentadoria por idade, sendo que o valor varia conforme a contribuição dispendida ao longo da vida. Por sua vez, cinco idosos recebem duas aposentadorias por idade, uma de Portugal,

outra da França²². Segundo estes, “se uma pessoa trabalhou mais anos na França recebe mais da França, se trabalhou mais em Portugal, recebe mais de Portugal”. Também, duas idosas recebem aposentadoria por idade e pensão por morte do cônjuge e outro idoso recebe pensão por invalidez. Em síntese, todos os idosos entrevistados recebem pelo menos um benefício previdenciário que varia de 215 € a 485 €²³ por indivíduo entrevistado.

Ao serem questionados se recebem outra renda, além das supracitadas, seis observam que não, e nove que já receberam, “mas depois que ardeu tudo, não há mais nada para vender”. Destaca-se que se referem a um incêndio ocorrido no ano anterior desta pesquisa. Esse fato foi, seguidamente, citado pelos idosos entrevistados, isso porque esta população é comumente vítima de incêndios que atingem suas moradias e boa parte da produção para a venda e consumo. Destacaram que, se por um lado o cultivo permanente como as oliveiras, as alfarrobeiras, os pinheiros e sobreiros, “que rendiam algum dinheiro” à população rural, esses cultivos foram quase que totalmente perdidos no último incêndio; por outro lado, a produção temporária mais voltada para o autoconsumo “ressurge dia pós dia”, segundo participantes das instituições “para reviver estes espaços rurais”.

Para dar suporte a esta população, vítima do incêndio de 2012, um projeto financiado pela União Europeia denominado “Projeto Lara”, auxilia na reconstrução das casas atingidas, assim como incentiva a produção para o autoconsumo e o cultivo de espécies permanentes. Segundo uma prestadora de serviço do Centro de Apoio a Comunidade, a população entende a importância de continuar cultivando para o autoconsumo, mas “perderam a esperança de voltarem a ganhar algum dinheiro com a produção permanente”, isso porque “espécies como o sobreiro, por exemplo, demoram em média 30 anos até começarem a dar algum lucro”.

A análise desta situação fortalece a afirmação de que o rural analisado neste estudo, enfrenta um processo de envelhecimento crescente. Como exemplo observa-se que “Lara” é “o nome de uma das únicas meninas que moram aqui [referindo-se ao rural de São Brás de Alportel]”. Por sua vez, esses idosos também citam que os incêndios se tornam cada vez mais intensos, devido às características

²² Os benefícios recebidos da França decorrem do fato de que nos anos 60 houve uma grande migração da população rural de Portugal para a França na busca por melhores salários.

²³ Na época da pesquisa o valor do salário mínimo em Portugal era de 485 €, a taxa de câmbio para esta mesma época variando entre R\$ 3,02 e R\$ 3,03.

demográficas, já que, “no passado havia pessoas mais jovens aqui”, que conseguiam cuidar das suas terras, “não deixando criar capoeira, agora está tudo abandonado, só tem velho, e o fogo se alastra mais fácil”, observa idoso entrevistado de 81 anos.

Em relação às moradias dos idosos, não houve prejuízos, pois não foram atingidas pelo incêndio, porém a produção permanente e para autoconsumo foi quase que totalmente destruída, atingindo a produção na propriedade de 11 dos 15 idosos deste estudo.

Frente a esta situação, hoje, os idosos rurais de São Brás de Alportel sustentam-se com os benefícios da previdência, e, em nenhum momento foram citadas outras rendas, apenas a produção para o autoconsumo, que para os representantes das instituições é importante “mesmo após uma grande catástrofe, pois continua sendo um meio de suporte aos idosos que residem neste concelho”.

Ao serem questionados, os idosos, se estavam satisfeitos com a renda que recebiam da previdência, sete dentre os 15 observaram que não, destacando que o dinheiro dos benefícios é baixo não sendo capaz de suprir todas as despesas. Dentre esses observou-se que os mais queixosos eram aqueles que recebiam menos do que a metade de um salário mínimo mensal e, além disso, apresentavam um ou mais problemas de saúde, o que os fazia “gastar muito dinheiro” principalmente com medicamentos.

A baixa renda dos idosos rurais comprova-se a partir dos dados do INE (2010) onde se observa que o valor médio das pensões da Segurança Social em Portugal foi de 256,8€ para o ano de 2010, e, para este mesmo ano, foi possível observar desigualdade significativa entre o valor médio das pensões do regime geral (que era de 413,56€) e o valor médio das pensões rurais (que era de 224,62€), ou seja, o valor médio das pensões em Portugal do regime geral para o ano de 2010 é quase o dobro do valor médio das pensões rurais.

Em relação aos serviços de saúde específicos à população idosa, segundo Soeiro (2010), existe hoje em Portugal uma série de programas propostos pelo Ministério da Saúde e do Emprego e Segurança Social, dentre eles destacando-se o Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII). Este visa garantir os direitos das pessoas idosas a uma vida condigna, na busca pela inclusão e melhoria da qualidade de vida. De igual modo, as Unidades de Apoio Integrado visam prestar

cuidados temporários, globais e integrados a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, de acordo com a avaliação médica, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas não carecem de cuidados clínicos com internações hospitalar.

Em relação a São Brás de Alportel, observou-se que a principal instituição que oferece ações e serviços de saúde à população idosa é o Centro de Saúde que se localiza na sede do concelho. Porém, segundo entrevistada desta instituição, este é “muito deficiente”, pois não contempla todas as demandas da população e “não tem urgência, nem hospital”. A entrevistada também observa que, caso haja necessidade de consulta com especialista, o Centro de Saúde encaminha o paciente “para outros concelhos”, o que, segundo os idosos, não é uma tarefa fácil, principalmente devido à demora no atendimento.

Ainda, em relação aos serviços de saúde, observa-se que o Centro de Saúde de São Brás de Alportel disponibiliza, com apoio da Câmara Municipal, uma Unidade Móvel que se desloca pelas áreas rurais de quinze em quinze dias com um (a) enfermeiro (a) que, apesar de importante, segundo entrevistado do Centro de Saúde, “limita-se a medir a pressão arterial e inserir insulina”.

Outro serviço do Centro de Saúde de São Brás que merece descrição contempla quase que exclusivamente idosos, é o Apoio Domiciliário Integrado, porém, destaca-se que nenhum dos 15 idosos entrevistados é contemplado por este serviço. Assim, como observa entrevistada do Centro de Saúde, “felizmente no momento são poucos os idosos que precisam do Apoio Domiciliário Integrado em São Brás, em média uns 15 e rurais são apenas dois”.

Em relação ao Apoio Domiciliário Integrado, destaca-se que os custos variam entre 0 a 250 € mensais, conforme a renda média familiar, ou seja, “quanto menor a renda da família, menor é o valor cobrado por este serviço, podendo haver idosos que não pagam nada”. As ações desenvolvidas pelo Apoio Domiciliário Integrado são visitas de médicos, enfermeiras, além de toda assistência para a higiene e alimentação do idoso.

Hoje em Portugal, segundo Soeiro (2010), muitos dos fatores determinantes da saúde das pessoas idosas ultrapassam os limites da ação do setor específico da saúde, nomeadamente os relacionados com a segurança e inadaptação dos ambientes urbanos ou rurais e os relacionados com a proteção social, a habitação e

os transportes, a educação e o trabalho formal e informal, a violência, a negligência ou os abusos físico, psicológico, sexual ou financeiro.

Porém, ainda segundo o autor, não existe em Portugal uma estratégia nacional, regional e local, que promova o envolvimento das várias medidas numa perspectiva integrada, ao longo da vida, para um envelhecimento com qualidade. Isso porque o modelo atual de prestação de cuidados de saúde, está mais organizado para responder aos episódios agudos de doença, tornando-se, portanto, desadequado para responder às necessidades gerais de uma população em envelhecimento. Destaca-se, neste caso, os idosos rurais de Portugal, que enfrentam demandas distintas, se comparadas às dos idosos urbanos, as quais não são levadas em conta na prática pelo PAII. (SOEIRO, 2010).

Em relação à habitação e às condições materiais de vida em Portugal, de acordo com o INE (2012) havia no ano de 2011, 797.851 alojamentos familiares habitados exclusivamente por pessoas idosas, representando cerca de 20% do total de moradias ocupadas.

Segundo o artigo 72º da Constituição da República Portuguesa (2005),

As pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social.

Neste sentido, e de modo a melhorar as condições habitacionais das pessoas idosas em Portugal, o Ministério da Saúde (2004) lança o Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas, que pretende promover o desenvolvimento de ambientes otimizados de independência e autonomia. Com este intuito o programa recomenda que as pessoas idosas sejam informadas acerca da identificação e remoção de barreiras arquitetônicas, das tecnologias de apoio que favorecem a sua segurança e independência e das técnicas de prevenção de acidentes domésticos.

Em relação às características das habitações dos idosos nos espaços rurais de São Brás de Alportel, observou-se, durante a pesquisa a campo, que estas são construções antigas, “da época em que a cortiça rendia muito dinheiro”, observam os participantes. Estes acrescentam que “hoje ninguém mais quer construir aqui”. Observou-se, por sua vez, que as moradias, apesar de antigas, são quase que em sua totalidade de alvenaria, com banheiros internos, vários quartos, grandes

cozinhas e salas. Porém, dos 15 idosos participantes da pesquisa, nenhum citou adaptações que previnam acidentes domésticos nas moradias.

Também nos espaços rurais de São Brás de Alportel, observaram-se muitas casas abandonadas, algumas por famílias inteiras que buscaram nos centros urbanos melhores condições financeiras, em outras, “os idosos que lá moravam já faleceram e os filhos já não querem mais saber daquele lugar [referindo-se ao rural]”, observa prestadora de serviço da Junta de Freguesia.

Outro entrevistado que presta serviço aos idosos observa que o Centro de Apoio à Comunidade já tentou oferecer apoio para construção de novas casas rurais nesse concelho, para novos moradores, “tentamos reviver aqueles lugares, mas não houve interessados”.

Esta análise destaca, em relação à proteção social e os idosos, que Portugal segue as orientações das Nações Unidas para o Idoso (ONU, 1996), que tem como princípio assegurar a toda esta população “proteção, reabilitação, estimulação mental e desenvolvimento social, num ambiente humano e seguro”. Mas, apesar disso, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV, 2013) observa que, mesmo havendo um aumento significativo da proteção aos idosos em Portugal, (de 179% entre os anos 2000 a 2012), este aumento “apenas representa uma pequena ponta do iceberg”.

Em São Brás de Alportel, por sua vez, observa-se que a maioria das instituições analisadas oferecem, de alguma forma, ações e serviços ligados à prevenção e combate à violência aos idosos, dentre estas instituições, destacando-se a Guarda Nacional Republicana (GNR) e o Centro de Apoio a Comunidade.

Segundo entrevistado da GNR, no ano de 2012, foram registrados quatro casos de violência contra os idosos rurais de São Brás de Alportel. Desses, a totalidade das vítimas é do sexo masculino (quatro). Porém, confrontando as informações, observa-se que o tipo de crime que prevalece são os furtos e as burlas contra homens casados que, por estarem no domínio financeiro da família, são também os responsáveis por fazer a denúncia na GNR, o que faz pensar que mulheres também sejam vítimas deste tipo de violência, mas quem faz a denúncia é o homem.

Esse tipo de violência praticado contra os idosos está diminuindo no rural devido a um programa chamado “Geração de Mãos Dadas” que tem como principal

objetivo a preservação contra a violência (entrevistado da GNR). A figura 1 ilustra este programa.

Figura 1 – Integração intergeracional e interinstitucional



Fonte: Pesquisa de campo, fotografia pela autora, C.T, São Brás de Alportel, 2013.

Além da GNR, o programa “Geração de Mãos Dadas” integra outras instituições de São Brás de Alportel, dentre elas o Centro de Apoio à Comunidade, o Centro de Saúde e algumas escolas do concelho. Segundo entrevistada do Centro de Apoio à Comunidade, o programa resume-se em ações que levam os alunos da sede urbana de São Brás de Alportel até os idosos rurais para que os primeiros ensinem aos segundos como devem proceder quando um estranho chega em sua casa, assim como ensinam aos idosos reconhecerem as notas falsas de dinheiro, que são comumente apresentadas às vítimas na intenção destes trocarem por suas notas verdadeiras.

Juntamente com o Centro de Apoio à Comunidade, a GNR também desenvolve um projeto chamado “Apoio ao Idoso”, projeto que tem o objetivo de prevenir e diminuir a violência contra os idosos. Este, por sua vez, concretiza-se a partir de visitas às moradias dos idosos, “a gente faz assim, um militar vai na casa do idoso de tempos em tempos para ver se está tudo bem com este idoso, caso este militar visualize algum sinal de maus tratos contra um idoso comunica-se com o Centro de Apoio à Comunidade que faz um acompanhamento nesta família através de um psicólogo”. (Entrevistado da GNR)

Observa-se que em São Brás de Alportel a GNR não trabalha apenas na identificação de violência física contra idosos, mas contra todos os tipos de violência,

dentre elas a psicológica, a qual se manifesta geralmente na forma de abandono e de negligência, “tem idosos que estão muito isolados, sozinhos, sem apoio algum, aí nós comunicamos ao Centro de Apoio à Comunidade que oferece um profissional”. (Entrevistado da GNR).

A partir das observações dos entrevistados, observa-se que o que prevalece em termos de violência nestes espaços são os furtos nas residências e as burlas, muito em consequência do isolamento em que estes idosos encontram-se.

Por sua vez, o próprio isolamento pode ser analisado como um tipo de violência, mas este depende da percepção de cada indivíduo. Segundo Fernandes (2007), nos dias de hoje a solidão atinge muitos idosos, sendo por isso considerada um dos principais problemas da velhice em Portugal. Porém, diz o autor, é necessário distinguir entre o viver só e o sentir-se só, pois muitos são os casos de idosos que, apesar de preferirem viver sós, não suportam sentir-se sós, já que isto implica um afastamento involuntário dos outros.

Muitos dos idosos rurais de São Brás de Alportel (6 dentre os 15) afirmam sentirem medo de ficarem sozinhos. O medo, segundo estes, decorre do isolamento em que se encontram, isso justificando a presença de muitos cães, que têm dupla função, “proteger e fazer companhia”, observa idoso de 71 anos.

Nesse concelho, observa-se que se o isolamento dos idosos rurais é uma realidade, não houve nenhuma referência à negligência. Esta condição pode estar associada à disponibilidade do oferecimento do Apoio Domiciliário, que, diferente do Apoio Domiciliário Integrado, não necessita de profissionais da área da saúde, por este motivo é mais acessível economicamente, variando entre 0 a 120 € mensais, conforme a renda da família, observa entrevistada da IPSS da Serra do Caldeirão. Entre as funções do Apoio Domiciliário, destacam-se o auxílio à alimentação, à higiene pessoal, à limpeza da casa e das roupas dos idosos, todas sendo desempenhadas na própria moradia.

Em São Brás de Alportel, duas instituições oferecem este serviço, a Santa Casa de Misericórdia e o IPSS da Serra do Caldeirão. A primeira localiza-se na sede do concelho de São Brás e a segunda em um concelho vizinho denominado Loulé. Para São Brás de Alportel quem faz o atendimento é a IPSS da Serra do Caldeirão.

Os idosos, ao se referirem à violência, observam que “ninguém nunca me tratou mal, meu marido sempre me tratou bem, agora minha filha, meu genro e

minhas netas me tratam bem”, conforme idosa de 76 anos. Também, ao serem questionados se conhecem outros idosos que já sofreram algum tipo de violência, estes (15) negaram.

Nesse sentido destaca-se que, apesar de os entrevistados das instituições citarem que existe um isolamento grande no rural, os idosos desta pesquisa, embora sitam medo de ficarem sozinhos, não se sentem vítimas do abandono, atribuindo grande importância à família e aos vizinhos, assim como certa aversão aos cuidados das instituições existentes no município “posso ficar aqui sozinho, mas ir para um lar de idosos nem pensar que vou”, observam eles.

Em relação à constituição familiar, a maioria, 14 dentre os 15 idosos, tiveram durante suas vidas apenas um filho. Este fator pode estar relacionado às dificuldades de sobrevivência que estes idosos enfrentaram no passado, muitos tendo que emigrar para a França na busca de melhores condições de vida, situações essas que contribuem para o aumento do envelhecimento demográfico rural, associado à baixa natalidade.

Hoje, dos 15 idosos entrevistados, 13 moram com apenas uma pessoa, na maioria destes casos com o cônjuge (12), sendo que apenas uma idosa mora com um filho. Ao perguntar se estes estavam satisfeitos com esta condição, todos responderam positivamente.

Por sua vez, duas idosas que referiram morar sozinhas têm opiniões bem distintas desta situação. A idosa de 76 anos observa: “não gosto de morar sozinha, é aborrecido, a pessoa quando fica sozinha é aborrecido”. A idosa de 82 anos não se importa de estar nesta situação, devendo-se muito ao fato de que sua filha e seu genro moram muito próximos à sua residência. Essa idosa cita ter relações fortes de vizinhança, principalmente com outra idosa que se encontra na mesma condição que ela, “tenho uma vizinha que eu fico bastante junto também, que mora logo aí sozinha, ela já tem 87 anos e a gente se dá muito bem”.

Mesmo que a maioria dos idosos entrevistados residam com pelo menos mais uma pessoa, muitos destes e, principalmente, as mulheres (4 mulheres e um homem) demonstram medo de ficarem sozinhos no futuro, caso o cônjuge venha a falecer, observando cumplicidade nessa relação, também confirmando certa dependência, principalmente entre os casais. Os idosos que se encontravam na

condição de casados citavam seguidamente durante as entrevistas o tempo que estavam juntos com o (a) companheiro (a), este variando de 35 a 50 anos.

As situações citadas auxiliam na visualização do isolamento em que os idosos se encontram, sendo que muitas vezes o (a) parceiro (a) é a única companhia por dias seguidos. Encontravam-se moradias muito distantes e isoladas, sem nenhum vizinho próximo, onde se via apenas o casal e um cachorro. Era impossível deixar de sentir certa tristeza e era inevitável não se questionar quem iria morar naquele lugar quando aquelas pessoas não mais existissem. As histórias de vida, a forma de cultivar a terra, a casa, tudo parecia estar caminhando para um fim. O abandono de muitas moradias rurais de São Brás de Alportel e outras evidências.

Figura 2 – Sossego, cumplicidade e companheirismo no rural de São Brás de Alportel



Fonte: Pesquisa de campo, fotografia pela autora, C.T, São Brás de Alportel, 2013.

Em relação à violência e ao gênero, apesar de observar certa “libertação” e autonomia das mulheres após viuvarem em São Brás de Alportel, estas são limitadas. Isto porque, se por um lado as mulheres têm a liberdade de sair, ir ao café, a um encontro com as amigas, que antes não era possível caso o marido não permitisse, por outro, estas têm consciência que estão sendo vigiadas pela comunidade, “que cobra integridade ao marido até após a morte deste”, observam alguns participantes das instituições analisadas.

Ao serem confrontadas estas informações com as dos idosos rurais, observa-se que o recasamento é algo raro, principalmente nos casos de viuvez. Dos 15 idosos analisados, 12 são casados e mantêm-se com o (a) mesmo (a) companheiro (a), e as três viúvas afirmam que assim desejam permanecer até a morte.

Em relação à educação, Faria (2012) observa que em Portugal, apesar de o século XVII trazer uma imagem do velho associada à sabedoria, no século XIX a industrialização trouxe o princípio da divisão do trabalho e a estruturação dos grupos sociais, onde os indivíduos mais velhos veem cada vez mais reduzido o seu espaço de influência e, simultaneamente, são encarados como um problema social para o capitalismo.

Quaresma (2006) complementa esta análise ao observar que expressões como “sociedade da informação” e “economia do conhecimento” são cada vez mais correntes na linguagem do dia a dia, porém os idosos, muitas vezes, encontram dificuldade para acompanhar tantas mudanças, devido a problemas relacionados à baixa escolaridade e ao analfabetismo, assim como as dificuldades cognitivas e físicas enfrentadas pelos idosos em Portugal. Em relação ao analfabetismo, segundo o INE (2010), nove em cada cem portugueses não sabiam ler nem escrever no ano de 2009, sendo na maioria idosos rurais.

Por sua vez, em São Brás de Alportel esta realidade não é diferente, observando-se que, dos 15 idosos rurais entrevistados nesse concelho, três não frequentaram a escola em nenhum momento de suas vidas (duas mulheres e um homem) e 12 apenas frequentaram a escola de três a quatro anos.

Ao demandar aos prestadores de serviços elementos sobre a educação dos e para os idosos neste concelho, todos observaram que estes têm baixa escolaridade, “as pessoas que lá moram têm muito pouco estudo, viveram toda vida e não

puderam estudar muito”. (Entrevistado da Associação da Agricultura de São Brás de Alportel).

Em relação às iniciativas relacionadas à educação aos idosos em São Brás de Alportel, os participantes citaram a “Universidade Senior”, porém, segundo entrevistada da Junta de Freguesia deste concelho, nenhum idoso rural participa devido à distância das suas residências até a sede.

As “Universidades Sênior”, segundo entrevistados das instituições, vêm desempenhando papel importante em toda a sociedade portuguesa, “não apenas para educar, mas também integrar, valorizar e tornar os idosos mais ativos”. Por sua vez, destaca-se que estas não oferecem diploma aos alunos, assim como, os professores podem ser os próprios idosos, o que faz com que estes, além de aprenderem, sintam-se valorizados, também ensinando o que sabem.

No que se refere à valorização, mesmo tendo baixa escolaridade, estes idosos orgulham-se do que sabem e citam que “para ter conhecimento não é preciso curso”, pois o que precisavam aprender “aprenderam com seus pais e avós”. Uma idosa entrevistada também observa que “ninguém sabe mais fazer agricultura do que nós agricultores”.

Apesar de não ser uma realidade do concelho de São Brás de Alportel, hoje já existem em Portugal “Escolas Sênior Rurais”, nestas destacando-se as atividades ligadas à agricultura e à informatização, o que possibilita aos idosos se integrarem na sociedade como um todo e torná-los mais ativos”. (Participante das instituições).

Ainda em relação a São Brás de Alportel, observa-se que as instituições que promovem integração social e lazer aos idosos são a Junta de Freguesia e o Centro de Apoio à Comunidade, sendo a primeira responsável pelo Projeto “Sênior em Movimento e Coração Ativo” e pelos Chás Dançantes, e a segunda, pelo projeto “Mais Viver, Mais Aprender”.

Em relação ao Projeto “Sênior em Movimento e Coração Ativo”, este se localiza e contempla apenas a população idosa urbana de São Brás de Alportel, isso porque, segundo entrevistado da Junta de Freguesia, “é difícil um idoso rural se deslocar até aqui”. Por sua vez, destaca-se que o projeto consiste em oferecer à população idosa “aulas de ginástica duas vezes por semana” o que, segundo eles, promove tanto integração social entre os idosos quanto auxilia positivamente na saúde dos mesmos.

Outra iniciativa da Junta de Freguesia são os “Chás Dançantes” que também se localizam na sede do concelho de São Brás de Alportel e contam apenas com a participação dos idosos urbanos. Descrevendo este serviço, destaca-se que os “Chás Dançantes” têm como finalidade unir os idosos em um ambiente, “faz-se um baile, nós também oferecemos chá e os idosos trazem, eles próprios, bolo, pães, chouriços e depois fazem uma troca entre eles, é bonito e nós passamos aí uma tarde juntos”, observa entrevistado da Junta de Freguesia. A participação dos idosos rurais é importante pela distância em que estes se encontram da sede do concelho.

Outra instituição que desenvolve atividades de integração social e lazer aos idosos de São Brás de Alportel é o Centro de Apoio à Comunidade, através do Projeto “Mais Viver Mais Aprender”, porém este, diferente dos supracitados, é oferecido apenas aos idosos rurais. Segundo entrevistada dessa instituição, este projeto surgiu para dar resposta ao diagnóstico realizado com os idosos rurais do concelho, o qual concluiu a existência de um “significativo isolamento social” nestes espaços (REIS et al.,2010). A figura 3 ilustra as atividades que são desenvolvidas pelo projeto “Mais Viver Mais Aprender”.

Figura 3 – “Sempre aprendemos algo novo”: Conhecimento e integração entre idosos rurais de São Brás de Alportel



Fonte: Pesquisa de campo, fotografia pela autora, C.T, São Brás de Alportel, 2013.

Esse Projeto consiste no deslocamento de alguns profissionais do Centro de Apoio à Comunidade, de ônibus, até as áreas rurais de São Brás de Alportel, passando pelas casas dos idosos que vão embarcando neste transporte até chegar à comunidade rural “lá se desenvolve uma programação que busca levar informação e integrar estes idosos”. Esse projeto iniciou apenas com palestras, mas com o

tempo observou-se a importância também que os idosos da serra atribuem ao convívio, por este motivo, “em todo encontro, após as palestras faz-se um momento de convivência, onde cada idoso leva um prato de comida para compartilhar com os participantes”. (Entrevistado do Centro de Apoio a Comunidade).

Os idosos também destacaram a importância desta ação, ao observarem que “no projeto Mais Viver, Mais Aprender nós temos a possibilidade de nos encontrar com os amigos”, acrescentam também que esta ação possibilita “sair de casa”, “passar um pouco porque faz bem”.

Ao inquiri-los sobre a integração social e o lazer, os idosos destacaram a importância dos bares na vida dos homens e da igreja católica e dos vizinhos na das mulheres. Destaca-se, por sua vez, que, mesmo observando que em algumas localidades de São Brás de Alportel as relações de vizinhança tenham diminuído com o passar do tempo, estas continuam desempenhando papel importante na vida dos idosos.

Em Portugal, segundo Suzel (2010), algumas iniciativas de integração social e lazer estão sendo pensadas para o rural, dentre estas destacam-se os Centros de Convívio. Estes, segundo a autora, são centros em nível local, que pretendem apoiar o desenvolvimento de um conjunto de atividades sócio-recreativas e culturais destinadas aos idosos de uma determinada comunidade. Observou-se que em São Brás de Alportel este serviço ainda não é oferecido, mas os gestores e prestadores de serviço afirmam que é uma meta do concelho de São Brás de Alportel e destacam que possivelmente será implantado em uma comunidade rural, “já que lá existem muitos velhotes e poucas ações para eles”.

Em síntese, observa-se que apenas algumas ações e serviços deslocam-se até o rural, sendo estes o projeto “Mais Viver, Mais Aprender” e a Unidade Móvel de Saúde. Para ter acesso aos demais serviços, os idosos rurais necessitam deslocar-se até a sede do concelho.

No que se refere aos deslocamentos dos 15 idosos, apenas cinco afirmam ter meio de transporte próprio (dois homens e duas mulheres), os demais se deslocam com um ônibus disponibilizado pela Câmara Municipal que “o disponibiliza gratuitamente todas as quartas-feiras”.

A questão da mobilidade é problema também para as crianças do rural que não conseguem deslocar-se até a sede do concelho para estudar. Os entrevistados

citam que “as poucas crianças que têm, ou não estudam, ou residem na sede urbana, geralmente em casas de parentes”. Isso reforça que no rural de São Brás de Alportel existem poucas crianças e as que lá se encontram enfrentam desde cedo os problemas de acessibilidade a recursos educacionais e sociais de um modo geral.

4 Considerações finais

Este artigo buscou analisar as ações e serviços que são oferecidos aos idosos rurais do concelho de São Brás de Alportel, o qual enfrenta um processo de envelhecimento crescente, com destaque para o rural, onde esta característica se intensifica como consequência do êxodo juvenil.

Como resultado observou-se que o rural mostra-se cada vez mais envelhecido e as ações e serviços que são oferecidos pelas instituições locais localizam-se quase que em sua totalidade na sede urbana, dificultando a mobilidade da população idosa rural em particular.

Esse problema se intensifica quando se observa que muitos idosos rurais vivem quase que exclusivamente com os benefícios da previdência, em muitos casos não suficientes para atender todas as necessidades básicas que aumentam com a idade, principalmente quando o assunto é saúde.

Em relação às ações e serviços de saúde, observou-se que, além de limitados, a maioria localiza-se na sede do concelho, deslocando-se até os espaços rurais apenas uma Unidade Móvel, que conta com um número limitado de profissionais.

Em termos de habitação e condições materiais, não obstante observar que as moradias apresentam-se em boas condições, nenhuma tem adaptação aos idosos. Também não há demanda para construção e/ou reforma de novas casas, isso porque, segundo estes, ninguém mais quer morar no rural, devido ao isolamento geográfico e aos incêndios frequentes com perdas de bens e da produção agrícola.

O isolamento também é uma questão que intensifica a violência, esta se concretizando principalmente através de furtos e das burlas contra os idosos rurais. Para fazer frente a este problema, algumas instituições investem em serviços de prevenção, porém estes se centralizam próximo à sede do concelho, sem garantias

de acessibilidade, fazendo com que os idosos mais demandantes destes serviços se encontrem desassistidos.

Observou-se apreensão dos participantes da pesquisa quanto ao futuro do rural de São Brás de Alportel. Muitos deles acreditam que, em poucos anos, não haverá mais pessoas morando lá, o que, segundo eles, gera, dentre outros problemas, a intensificação dos incêndios e a perda de saberes e valores tradicionais presentes até então.

A pequena oferta de ações e serviços nos espaços rurais faz com que o problema do êxodo rural se intensifique também entre a população mais velha, pois apesar de os idosos demonstrarem amor ao lugar onde vivem, têm consciência de que, em um determinado momento, terão que migrar para a sede de algum concelho a fim de ficarem mais próximos dos serviços, principalmente de saúde.

As ações e serviços ligados à educação estão ausentes no rural de São Brás de Alportel, diferente da sede do concelho que conta, por exemplo, com uma “Universidade Sênior”. Por sua vez, em relação à integração social e ao lazer, os idosos rurais contam com o projeto “Mais Viver, Mais Aprender”, uma iniciativa do Centro de Saúde que possibilita a esta população, além de participarem de palestras, integrarem-se socialmente.

E para concluir, dir-se-á que a realidade analisada é muito próxima à de muitos rurais do Brasil. O poder público está distante geograficamente e na implementação das políticas na vida prática dos idosos. O ritmo de crescimento da população idosa em todo Portugal tem sido tão acelerado nos últimos anos, que as ações e serviços não têm conseguido acompanhá-lo e satisfazê-lo, com destaque para o rural, o qual se encontra ainda mais envelhecido e isolado.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A VÍTIMA – APAV. **Violência Contra Idosas e Idosos**. 2013. Disponível em: <http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/comunicacao_audicao_pessoa_idosas_AR_25_jun_2013.pdf>. Acesso em: 18 out. 2013

CAPUCHA, L.; et. al. **Metodologias de avaliação**: o estado da arte em Portugal, Sociologia, Ed. Portugal, 2005.

FARIA, D., OLIVEIRA, M., SIMÕES, J. A. Políticas Públicas de Defesa e Promoção dos Direitos dos Idosos. **Revista Portuguesa de Bioética**, Aveiro. v. si, n. 16, p. 67-79, 2012.

FERNANDES, H. J. **Solidão em Idosos do Meio Rural do Concelho de Bragança**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Idoso) – Faculdade de Psicologia e Ciência da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2007.

FREITAS, D. B. **A fragmentação político-administrativa do estado de bem-estar em Portugal e no Brasil: I Realidade ou utopia? II Autonomia versus igualdade**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídico-políticas) – Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE. **Envelhecimento em Portugal: Situação Demográfica e socio-econômica recente das pessoas idosas**. Lisboa: Instituto nacional de estatística, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE. **O envelhecimento em Portugal: situação demográfica e socio-económica recente das pessoas**. Documento preparado pelo Serviço de Estudos sobre a População do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População. Lisboa: INE, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE. **Destaque de 3 de fevereiro de 2012**. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE. **Condições de Vida e Rendimento das Famílias: indicadores de risco de pobreza e de desigualdade na distribuição do rendimento**. 2010. Disponível em: <www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp>. Acesso em 17 out. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA – IPEA. **Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano**. 2000. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 24 de março de 2014.

MARTINS, R. M. L. **Envelhecimento e políticas públicas**. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millennium/Millennium32/10.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas.** (Despacho Ministerial de 08/06/2003). Lisboa: Direcção Geral de Saúde, 2003.

PORTUGAL. Constituição (1974). **Constituição da República Portuguesa.** Portugal, Lisboa, 2005.

QUARESMA, M. L. A Evolução das Aspirações e Necessidades da População Envelhecida: Novas Perspectivas de Actuação e Intervenção. **Cadernos Sociedade e Trabalho**, n. 7, Lisboa, 2006.

REIS, C. S. et al. **Diagnóstico de Saúde da Comunidade.** (Trabalho apresentado no Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem Comunitária, Unidade Curricular Enfermagem Comunitária I). Instituto Politécnico de Beja. 2010

SOEIRO, M. A. S. **Envelhecimento português:** Desafios contemporâneos. Dissertação. 2010. (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

SUZEL, M. B. **Projecto de Intervenção Sócio-educativo “Seniores em Segurança”.** 2010. Dissertação (Mestrado em Gerontologia Social) – Escola Superior de Educação, Universidade do Algarve, Faro, 2010.

Fonte: Portugal, 2013.